

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

MARIANA GENTILI PEREZ

INSTRUMENTALIDADE EM PSICOLOGIA:
APROXIMAÇÕES COM SUA PRÁXIS NA REALIDADE BRASILEIRA

CAMPINAS

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

MARIANA GENTILI PEREZ

INSTRUMENTALIDADE EM PSICOLOGIA:
APROXIMAÇÕES COM SUA PRÁXIS NA REALIDADE BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Psicologia da Escola de Ciências da
Vida, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
como exigência para obtenção do título de Mestre em
Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Elane Borges de Carvalho CRB 8/9313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

150
P438i

Perez, Mariana Gentili

Instrumentalidade em psicologia: aproximações com sua práxis na realidade brasileira / Mariana Gentili Perez. - Campinas: PUC-Campinas, 2023.

110 f.: il.

Orientador: Raquel Souza Lobo Guzzo .

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós graduação Stricto Sensu em Psicologia, Escola de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia. 2. Formação profissional - Psicologia. 3. Instrumentalidade da psicologia. I. Guzzo , Raquel Souza Lobo. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Ciências da Vida. Programa de Pós graduação Stricto Sensu em Psicologia. III. Título.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

MARIANA GENTILI PEREZ

INSTRUMENTALIDADE EM PSICOLOGIA:
APROXIMAÇÕES COM SUA PRÁXIS NA REALIDADE BRASILEIRA

Dissertação defendida e aprovada em 7 de novembro de 2023
pela Comissão Examinadora.

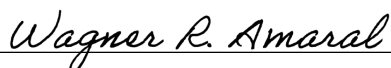
Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo
Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão
Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
(PUC-Campinas)



Prof. Dr. Rodolfo Augusto Matteo Ambiel
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
(PUC-Campinas)



Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina
(UEL)



AGRADECIMENTOS

Às minhas amigas, parceiras de caminhada acadêmica e pessoal, Daniela Delmando, Laís de Castro, Larissa Castelhão de Sousa, Laura Lorenzetti e Letícia Gonzales Martins, por todo o apoio, construções conjuntas, estudos e reflexões. Com vocês, aprendo a ser uma melhor pesquisadora, psicóloga e pessoa todos os dias.

À minha orientadora Professora Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo, por me ensinar muito mais do que produzir um projeto de pesquisa. Agradeço pelos ensinamentos teóricos, metodológicos, práticos e, principalmente, políticos. Espero conseguir fazer jus ao tanto que me inspira todos os dias a lutar por uma psicologia brasileira comprometida com a realidade.

Para Marcos Antonio Barbieri Gonçalves, assim como uma vez disse Yolanda Guerra em agradecimento a Evaldo Vieira, Marcos foi responsável por “boa parte e pela parte boa da minha formação”. Agradeço por me ensinar, na prática e com afeto, a dimensão ético-política da psicologia.

Aos meus pais José Carlos Perez e Sandra Regina Gentili, agradeço pelo apoio incondicional que me ofertaram a vida toda, possibilitando que eu chegasse até esse momento. Espero fazer jus à criação que me deram. Também agradeço minha “boadrastra” Nilce Aparecida Pereira, que me acolheu como filha e me apoiou como mãe. À minha irmã Caterina Gentili Perez, por todo o apoio, carinho, ajuda e exemplo que me dá. Sem você, não seria metade da pessoa que sou hoje, muito menos do que ainda serei. Ao meu irmão Alessandro Gentili Perez, pelos incentivos de me superar cada vez mais, e pelos questionamentos que me fazem ter mais certezas do meu papel nesse mundo.

Às amigas e amigos André Olyntho de Arruda, Fernanda Garcia Ferreira, Gabriella Finatti, Mirella Alves, Taís Musetti Pizani e Victória Pereira Puttini, por serem família para mim, pelo apoio, parceria e cumplicidade.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, sobretudo Rodolfo Augusto Matteo Ambiel, Letícia Lovato Dellazzana-Zanon, Vera Lucia Trevisan de Souza e Vera Engler Cury, por fazerem parte fundamental da minha formação como pesquisadora. Sou grata por partilharem conhecimento, ensinamentos e momentos de reflexões.

Por fim, agradeço a Deus pelos caminhos que abre para eu trilhar, as pessoas que coloca em minha vida e a força que recebo para continuar.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa é caracterizar o conceito presente de instrumentalidade em documentos institucionais selecionados da psicologia como orientador de uma prática profissional na realidade brasileira. Historicamente, a formação profissional nos cursos de graduação permanece distante do contexto social. Este estudo baseia-se no conceito de Instrumentalidade como a característica histórica que a profissão adquire ao constituir e atingir objetivos, utilizando formas de mediação das demandas atribuídas à profissão. Trata-se de uma pesquisa documental baseada na análise das contradições geradas nas relações complexas e dialéticas do contexto, e sua compreensão dos fenômenos como sujeito passivo de mudanças. Os conceitos de instrumentalidade disponíveis na literatura brasileira foram explorados para delinear como o conceito pode ser aplicado ao campo da psicologia. Foram analisadas as Diretrizes Nacionais Curriculares dos cursos de graduação em psicologia, Referências Técnicas selecionadas e o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Nessas fontes de informações, foram buscadas evidências da instrumentalidade da psicologia, bem como as normas referentes à formação e prática profissional, analisando encontros e desencontros. Para análise das informações, foi utilizado o *software Atlas.ti*. Essa análise contribui para o levantamento de informações que suscitaram discussões acerca da formação básica em psicologia. Por se tratar de um conceito pouco explorado pela categoria, foi possível contribuir para as discussões sobre os rumos ético-políticos da profissão, tendo como norte a construção de uma psicologia socialmente envolvida. Este estudo foi financiado em parte pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

Palavras-chave: Psicologia; Instrumentalidade; Curso de Graduação em Psicologia.

ABSTRACT

The main objective of this research is to characterize the present concept of instrumentality in selected institutional documents of psychology as a guide for a professional practice in Brazilian reality. Historically, professional training in undergraduate courses remains distant from the social context. This study is based on the concept of Instrumentality as the historical characteristic that the profession acquires when establishing and achieving objectives, using forms of mediation of the demands attributed to the profession. It is a documentary research based on the analysis of the contradictions generated in the complex and dialectic relations of the context, and its understanding of the phenomena as a passive subject of changes. The concepts of instrumentality available in Brazilian literature were explored to outline how the concept can be applied to the field of psychology. The National Curriculum Guidelines for undergraduate psychology courses, selected Technical References and the Psychologist's Code of Professional Ethics were analyzed. In these sources of information, evidence of the instrumentality of psychology was sought, as well as the norms referring to training and professional practice, analyzing agreements and disagreements. To analyze the information, the Atlas.ti software was used. This analysis contributes to the collection of information that raised discussions about basic training in psychology. Because it is a concept little explored by the category, it was possible to contribute to the discussions about the ethical-political directions of the profession, having as its north the construction of a socially involved psychology. This study was partially funded by the National Council for Scientific and Technological Development – Brazil (CNPq).

Keywords: Psychology; Instrumentality; Undergraduate Course in Psychology.

Índice de Tabelas e Figuras

Tabela 1: <i>Número de ocorrências de códigos encontrados nos documentos selecionados</i>	73
Tabela 2: <i>Coocorrência dos códigos nos documentos selecionados</i>	93
Figura 1: <i>Componentes Materiais e Simbólicos</i>	27
Figura 2: <i>Fontes de informação</i>	67
Figura 3: <i>Definições teóricas dos códigos</i>	70
Figura 4: <i>Análise das informações</i>	71
Figura 5: <i>Proporção de ocorrência de códigos no documento Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS</i>	74
Figura 6: <i>Proporção de ocorrência de códigos no documento Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica</i>	75
Figura 7: <i>Proporção de ocorrência de códigos no documento Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência</i>	77
Figura 8: <i>Proporção de ocorrência de códigos no documento Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011)</i>	78
Figura 9: <i>Proporção de ocorrência de códigos no documento Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023)</i>	79
Figura 10: <i>Comparativo de proporção de ocorrência de códigos nos documentos Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023) e Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011)</i>	80
Figura 11: <i>Proporção de ocorrência de códigos no documento Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações</i>	81
Figura 12: <i>Proporção de ocorrência de códigos no documento Código de Ética do Psicólogo</i>	82
Figura 13: <i>Comparativo da proporção de ocorrência dos códigos encontrados nos documentos Código de Ética do Psicólogo, Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023) e Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº5, de 15 de Março de 2011)</i>	83
Figura 14: <i>Proporção de ocorrência do código “Dimensão ético-política” nos documentos selecionados</i>	84
Figura 15: <i>Proporção de ocorrência do código “Dimensão teórico-metodológica” nos documentos selecionados</i>	85
Figura 16: <i>Proporção de ocorrência do código “Dimensão técnico-operativa” nos documentos selecionados</i>	86
Figura 17: <i>Proporção de ocorrência do código “Ética Deontológica” nos documentos selecionados</i>	87
Figura 18: <i>Proporção de ocorrência do código “Instrumentalidade” nos documentos selecionados</i> ..	88
Figura 19: <i>Proporção de ocorrência do código “Intencionalidade” nos documentos selecionados</i> ..	90
Figura 20: <i>Nuvem de palavras dos conteúdos identificados referente ao código “Intencionalidade” nos documentos selecionados</i>	91
Figura 21: <i>Comparativo da porcentagem de ocorrência dos códigos “Dimensão ético-política”, “Dimensão teórico-metodológica” e “Dimensão técnico-operativa” nos documentos selecionados</i> .	92
Figura 22: <i>Síntese da instrumentalidade em psicologia</i>	99

Lista de Siglas e Abreviaturas

- ABEP:** Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
- ABEPSS:** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABRAPEE:** Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
- ABRAPSO:** Associação Brasileira de Psicologia Social
- APAF:** Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças
- CAPs:** Caixas de Aposentadoria e Pensão
- CFESS:** Conselho Federal de Serviço Social
- CFP:** Conselho Federal de Psicologia
- CNE:** Conselho Nacional de Educação
- CREAS:** Centros de Referência Especializado de Assistência Social
- CREPOP:** Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
- DCNs:** Diretrizes Curriculares Nacionais
- FENPB:** Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira
- Fies:** Fundo de Financiamento Estudantil
- FNDE:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- ISEB:** Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- ISOP:** Instituto de Seleção e Orientação Profissional
- MCTI:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- MEC:** Ministério da Educação e Cultura
- OMS:** Organização Mundial da Saúde
- ONU:** Organização das Nações Unidas
- PEPG-PSO:** Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- Projeto ECOAR:** Espaço de Convivência Ação e Reflexão
- PUC Campinas:** Pontifícia Universidade Católica de Campinas
- PUC-RJ:** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- PUC-SP:** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- UFJF:** Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT	6
Índice de Tabelas e Figuras	7
Lista de Siglas e Abreviaturas	8
Introdução e apresentação	10
Objetivos.....	19
Objetivo geral.....	19
Objetivos específicos.....	19
Capítulo I - Instrumentalidade	20
Bases para o entendimento: categorias de análise e forças produtivas	20
Instrumentos e seu papel na sociedade.....	26
Instrumentalidade, formação e projeto ético-político da psicologia	38
Capítulo II - Psicologia e seus processos históricos	40
Esforços ulteriores de uma compreensão necessária.....	40
Capítulo III - (Des) Encontros entre a formação e atuação profissional	48
A formação em psicologia no Brasil	48
A atuação profissional da psicologia brasileira.....	53
Capítulo IV - Método	63
Considerações acerca do método	63
Fontes de informação	66
Procedimentos	67
Capítulo V - Resultados e Análise.....	73
Capítulo VI - Conclusões	96
Sínteses.....	96
Limitações e indicações de estudos futuros	101
Referências	103

Introdução e apresentação

Considerando que, no presente trabalho, nos propomos a investigar a psicologia¹ e sua práxis na realidade brasileira, precisamos realizar uma leitura da conjuntura sobre o contexto do qual partiremos.

Em março de 2020, presenciamos o início de uma pandemia mundial que gerou alterações rápidas e expressivas nas nossas formas de se relacionar (Gallegos et al., 2020). Covid-19 foi o nome dado para a doença infecciosa de coronavírus SARS-CoV-2. Ela foi registrada, pela primeira vez, em dezembro de 2019, na cidade de Wuban, na China. Desde então, foram descobertas novas variantes do vírus. Os principais sintomas são: “perda de paladar ou olfato, congestão nasal, conjuntivite, dor de garganta, dor de cabeça, dores nos músculos ou juntas, diferentes tipos de erupção cutânea, náusea ou vômito, diarreia, calafrios ou tonturas.” (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2020).

Por se tratar de uma infecção respiratória, sua transmissão se dá pelo contato entre as pessoas. Quanto maior a exposição e, portanto, a circulação do vírus, maior é a chance de mutação do vírus, gerando variantes até então desconhecidas (OMS, 2020). Por conta disso, compreendemos a importância das medidas sanitárias, assim como da necessidade de rápida vacinação populacional para remediar a propagação acelerada do vírus.

Passamos a adotar uma política de distanciamento físico e novos protocolos sanitários. Para isso, foram necessárias que outras ferramentas de mediação fossem empregadas, seja no ambiente educacional, no trabalho, ou nas relações pessoais. Essas mudanças acarretaram não somente em alterações no comportamento individual, mas também no nível coletivo, com consequências psicossociais para a população (Gallegos et al., 2020). Por conta disto, observamos um grande movimento de substituição das atividades presenciais para as remotas, com a utilização das tecnologias disponíveis.

Contudo, é necessário compreender que essa realidade não se estendeu para toda a população brasileira. O privilégio de trabalhar de casa, pelas vias remotas, foi possível apenas para uma parcela populacional. No Brasil, a pandemia evidenciou a fragilidade estrutural das políticas públicas. Isso, somado às características e implicações da infecção causada pelo Coronavírus, mostrou-se de forma expressiva nos índices de contaminação e mortes (Guzzo et

¹ Ao realizar retomadas históricas acerca das práticas do design, Pater (2020) traz as origens e problemáticas do uso da caixa alta. O autor aborda como a utilização da letra maiúscula responde a um sistema hierárquico de relações de poder. Portanto, neste trabalho, utilizaremos o termo “psicologia”, com letra minúscula para tratarmos desta ciência e profissão, assim como demais ciências abordadas neste trabalho.

al., 2021). Até o momento, setembro de 2023, foram confirmados 703.719 óbitos causados pelo Coronavírus no Brasil (Brasil, 2022).

Além do risco iminente à vida, observamos impactos diretos nas possibilidades de sobrevivência da população, seja pelo aumento expressivo nas taxas de desemprego; dos preços inflacionados dos alimentos; do afastamento das crianças da escola (onde se alimentavam e passavam os dias enquanto os responsáveis estão no trabalho); e da falta de garantia de acesso às tecnologias por grande parte da população. Compreendemos, portanto, que a pandemia de Covid-19 configura uma crise que ultrapassa a saúde, expressando-se econômica e politicamente. Essa instabilidade em diversas dimensões da vida cotidiana produz um sentimento generalizado de impotência e insegurança (Guzzo *et al.*, 2021).

No dia cinco de maio de 2023, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o fim da pandemia de Covid-19, como emergência de saúde pública. Contudo, o vírus continua presente em mutação. As pessoas ainda são infectadas, porém, com menor taxa de transmissão e mortalidade. Isso se deve ao aumento da imunidade por conta da campanha mundial de vacinação (Organização Mundial da Saúde, 2023). Apesar de não ser mais considerada uma situação de urgência mundial, suas consequências se mostram de forma presente e expressiva.

Mas, qual o papel da psicologia nesse cenário? Onde atua, com qual objetivo e como o faz? Se buscamos a superação das desigualdades e violações de direitos, podemos tensionar a psicologia para que esta possa somar no processo de desideologização. Alcançaremos tal objetivo pelo movimento de tomada de consciência, visando realizar transformações no âmbito do cotidiano. Se a psicologia tradicional não consegue contemplar as questões complexas das demandas sociais, é necessário a construção de uma outra psicologia, que realize uma escolha ética e política no fazer profissional (Guzzo & Ribeiro, 2019).

Tendo em vista esse contexto, reflito sobre minha experiência na formação em psicologia. Em 2014 ingressei no curso de graduação de psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Meu interesse pela profissão veio, desde o início, pelas possibilidades de atuação no campo social. Contudo, durante a graduação, me deparei com ressalvas à estrutura e conteúdo do curso, considerando enfoque e aplicabilidade no campo. Tendo em vistas a construção histórica da profissão no Brasil, principalmente nas duas primeiras décadas, a formação em psicologia teve como foco predominante a prática clínica (Martín-Baró, 1998).

Se nos propusermos, aqui, pensar sobre a forma como a psicologia media condições materiais no exercício profissional -assim como a ação dos psicólogas² nas demandas sociais- devemos nos atentar para qual formação estas tiveram. Muitas vezes a psicologia é considerada como um “curso de elite”. Para Yamamoto, Falcão e Seixas (2011), esse conceito provém da hierarquização dos cursos de ensino superior, atribuindo maior prestígio social a determinadas profissões. Esse processo relaciona-se com a taxa de concorrência nos vestibulares e o poder aquisitivo dos estudantes.

A formação em psicologia no Brasil desenvolveu-se localizada, em um dado momento histórico, sendo caracterizada por marcos sociais que determinaram sua criação e regulamentação. Onde, como, e com quais fundamentos ético-políticos são formados estes profissionais? Partindo de um estudo acerca desta problemática compreendemos que a formação ocorre, majoritariamente, com as seguintes características: em instituições privadas de ensino; com formação generalista, com enfoque na área da saúde; na região sudeste do país, mais especificamente em cidades localizadas no interior dos estados; e com atribuição de conceito médio nos sistemas de avaliação de ensino superior (Lisboa & Barbosa, 2009).

Para discutir a formação em psicologia no Brasil é necessário ter em mente, primeiramente, de que população se fala (Guzzo et al., 2022). Segundo o CensoPsi 2022 (Sandall et. al., 2022), até o momento de realização da pesquisa, contamos com 428.791 psicólogas inscritas no CFP no Brasil, com concentração expressiva na região sudeste, apesar de caracterizar um maior deslocamento para as demais áreas quando comparado aos estudos anteriores. As pesquisas realizadas apontam que a categoria profissional é, predominantemente, jovem, do gênero feminino, com uma ampla diversidade de etnias e orientação sexual.

O CensoPsi 2022 também aponta que 67% das profissionais formadas em psicologia tiveram suas graduações concluídas em instituições privadas, sendo que 47% dessas declaram estar satisfeitas com a formação recebida. Contudo, para compreender o significado e valor desse último dado, devemos levar em conta o nível de criticidade presente na formação dessas profissionais. Ou seja, os cursos que promovem uma formação mais crítica tendem a receber avaliações mais críticas também. Isso nos atenta para o tipo de profissional que o Brasil tem formado para trabalhar na área de psicologia (Guzzo et al., 2022).

Com relação à área de atuação, a grande maioria das profissionais se identificam com a área da Clínica, sobretudo as egressas de instituições de ensino superior privadas. A segunda

² Compreendendo que a categoria profissional da psicologia é composta, majoritariamente, por profissionais identificadas com o gênero feminino, trabalharemos com o termo “psicólogas” para nos referirmos aos trabalhadores desta área de atuação ao longo deste trabalho.

área de atuação com maior índice de interesse é a Social, seguida pela área da Saúde e Hospitalar. Principalmente nas respostas de egressas de instituições de ensino superior públicas, há um interesse crescente de atuação na área da docência. As demais áreas apresentam um índice de respostas inferior a 13%. Ou seja, falamos de uma categoria profissional majoritariamente feminina, branca, heteroidentificada, egressa de instituições privadas de ensino, com atuação na área clínica (Guzzo et al., 2022).

Durante minha graduação, pude perceber essa caracterização de forma expressiva. Com a chegada ao quarto ano, questionei se faria sentido continuar neste curso. Essa reflexão surgiu pois não compreendia o enfoque clínico como a principal possibilidade de realização profissional. Nesse sentido, me aproximei de discussões teóricas das pautas sociais, que traziam uma análise da realidade objetiva. Em 2017, iniciei o estágio extracurricular em psicologia na Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Unidade Campinas). O estágio trouxe a mim novas perspectivas frente à profissão, possibilitando vislumbrar a ação de uma psicologia comprometida com a realidade social: uma prática implicada na superação das relações de opressão. Compreendi, neste momento, que muitas das minhas indagações frente ao curso de formação vinham de sua construção e perpetuação histórica.

Com o intuito de aprofundar meu conhecimento e ajustar a lente teórica na leitura da realidade, recorri a autores que trazem respostas aos meus questionamentos. Para compreender as possibilidades de ação, a pedagogia de Paulo Freire; para compreender de onde partem as respostas às demandas profissionais, a perspectiva do sujeito de Klaus Holzkamp; para escancarar o direcionamento e papel da psicologia, a psicologia da libertação de Ignacio Martín-Baró; para realizar uma leitura de mundo e de suas contradições, o materialismo histórico-dialético de Marx; e para compreender como se dá o desenvolvimento humano, a psicologia histórico-crítica de Vigotski.

Essas leituras, articuladas com minha prática profissional, tornam possível analisar a existência de uma prática orientada à resistência. Contudo, permeada por constantes processos de reflexão profissional, entendo a prática como histórica e politicamente localizada. Ao mesmo tempo, me deparei com a aplicação da psicologia, como ciência e profissão, na classificação e subjetivação de sujeitos à sua condição socialmente designada para a manutenção das relações de poder. Pude observar, na prática profissional de servidores públicos, a utilização dos conhecimentos e técnicas para justificar estas relações e fazer da psicologia um instrumento de poder. Acerca dessa problemática, Gonçalves (2015) traz a compreensão da necessidade do embasamento teórico na prática profissional do psicólogo servidor público. Para ele, a

psicologia se vale do seu suposto poder como ciência de pautar “verdades” previamente estabelecidas, gerindo a manutenção das diferenças sociais.

Em 2020, ingressei como profissional em campo no Projeto ECOAR – Espaço de Convivência Ação e Reflexão. A iniciativa, agora como programa da prefeitura de Campinas, busca a inserção da psicologia nas escolas públicas municipais e é vinculado ao Grupo de Pesquisa “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação” da PUC Campinas. Atuar como profissional na escola me faz compreender a importância da presença da categoria na Educação, não apenas na concretização de objetivos para a psicologia como profissão, mas visando a efetivação e garantia de direitos. Pensando no contexto da América-Latina, observamos uma realidade marcada pelo histórico de exploração, desigualdade e regimes ditatoriais (Guzzo et al., 2019).

Acerca da realidade latino-americana, Ianni (1988) nos lembra de como ocorreu a revolução burguesa em nosso território: apesar de ter ocorrido, não foi capaz de consolidar a democracia. Os processos democráticos mostram-se descontínuos e episódicos, sendo interrompidos constantemente por golpes de Estado. Contudo, a revolução burguesa sucedeu ao instaurar o mercado nacional, polos industriais, proletarização dos trabalhadores, processos migratórios, acúmulo de capital e agravamento da desigualdade social.

Compreendemos que a revolução burguesa não conseguiu transformar os trabalhadores em um povo de cidadãos, mas constituiu um Estado forte, gestor das políticas governamentais que articula organizações às conquistas da população. As origens da antidemocracia caminham por estas vias e declaram justamente o oposto: se vale da defesa, segurança, e preservação da própria democracia. Este movimento se dá pelo pretexto de um povo visto como anarquista e desorganizado. As lutas populares, portanto, são encaradas como “sintomas de desordem” (Ianni, 1988, p. 19), em um movimento de criminalização da sociedade civil.

Assim, compreendemos algo muito explícito: a manipulação ideológica da questão social, utilizando-se da imanência de suas sequelas fragmentadas como instrumentos de disputa e manobra política. Aqui, a questão social se reveste da segurança e repressão, facilitando a instauração de regimes ditatoriais com o enfraquecimento de um povo que não se entende cidadão, pois não foi ensinado a ser visto como tal (Ianni, 1988). Neste sentido, me questiono: a formação em psicologia tem possibilitado o preparo das profissionais da área para a atuação profissional em contexto brasileiro?

Como profissional atuando no campo da educação pública, observo que a percepção dos educadores acerca do trabalho realizado pela psicologia nas escolas é permeada por resistência e desconfiança. Analisamos essa resistência quando buscamos a história da psicologia nos

espaços educativos. Assim, podemos compreender que a visão dos educadores frente à psicologia está marcada por sua característica histórica.

Para reverter tal panorama, é necessário também reajustar o olhar da psicologia: não mais voltado ao comportamento observável (Martín-Baró, 1997), que a levou a tal caminho, mas redirecionando-o para o compromisso com o enfrentamento à expressão da chamada questão social³. Como, de fato, efetivar o compromisso da psicologia no fazer profissional? Relaciono essa reflexão com os conhecimentos que adquiri no curso de Pós-graduação “Especialização em Instrumentalidade em Serviço Social: Uma Perspectiva Crítica” na PUC Campinas, com conclusão em maio de 2021. Esta formação me trouxe questionamentos acerca de instrumentos⁴ utilizados pela psicologia, tornando possível uma relação com as experiências vivenciadas como estagiária na Defensoria Pública. A aproximação do conceito aprofundado de instrumentalidade ampliou meu campo de análise e compreendi uma possibilidade de implicação profissional.

Parto aqui da concepção de instrumentalidade trazida por Guerra (2000), aplicada ao Serviço Social, como a característica histórica que a profissão adquire ao passo que se constitui e concretiza objetivos. Este processo compreende o fazer profissional como ferramenta para a mediação da questão social. Portanto, implica na transformação da realidade por meio de respostas profissionais objetivas no nível do cotidiano. Partindo da concepção do trabalho como ato de produção e reprodução social, por meio do fazer teleológico⁵, compreendemos que todo trabalho tem instrumentalidade e esta, por sua vez, está subordinada ao pôr teleológico (Guerra, 2014).

No campo da psicologia, o conceito de instrumentalidade vem sendo tratado, expressivamente, pela discussão de metodologias, técnicas e instrumentos. Essa concepção caracteriza um olhar formalista acerca do termo, e o constringe à dimensão técnico-operativa do fazer profissional. Ou seja, do “como fazer”. A deificação da metodologia e fetichização dos instrumentos e técnicas limitam a potência de mediação da instrumentalidade na construção do projeto profissional (Guerra, 2014).

A instrumentalidade, nos termos discutidos por Guerra (2014), tem sido tratada com certo preconceito. Essa problemática surge da remissão que a discussão traz do pensamento conservador acerca do termo. Para a ciência hegemônica a instrumentalidade seria definida

³ Para Yamamoto (2007) a questão social pode ser compreendida como o conjunto das complexas expressões/contradições emergentes do capitalismo (desigualdade, luta de classes).

⁴ Pareceres, relatórios, avaliações, diagnósticos, entre outros.

⁵ Capacidade de projeção das intencionalidades na mobilização de meios na concretização dos objetivos que possibilita reflexões acerca de como e se fazer (Guerra, 2014).

como “conjunto de meios, instrumentos e técnicas de intervenção profissional e a ele se limitado” (p 24).

Guerra (2014), na apresentação à 10ª edição do livro "A Instrumentalidade do Serviço Social" realiza uma reflexão sobre os, até então, 18 anos do início deste debate. Para a autora, o conceito não se mostra presente nas produções de conhecimento científico de forma expressiva. Portanto, compreendemos que esta discussão deve ser retomada como pré-condição para o avanço da profissão. Sendo que, esse processo, emerge da retomada dos pressupostos teóricos e ético-políticos que traçam os caminhos da categoria.

Tal conceito foi - e ainda é - abordado no campo do Serviço Social. Será que podemos pensá-lo na psicologia? Em levantamento bibliográfico em bases de dados disponíveis online, observei que pouco se fala desta relação de forma íntima. A busca foi realizada por meio da utilização das palavras-chaves “psicologia”, “instrumentalidade”, "instrumentalidade em psicologia" e “instrumentalidade da psicologia” nos seguintes bancos de dados: SciELO, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Repositório Institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Periódicos Capes, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados e Arca. Contudo, vale ressaltar a compreensão de que nunca teremos a totalidade das produções. O que podemos observar é que esta discussão não vem sendo posta em evidência, de forma expressiva, na área da psicologia.

Por meio da busca nestes bancos de dados previamente explicitada, não foram encontradas produções que discutam a instrumentalidade, nos termos trazidos por Guerra (2000), na área da psicologia. A pesquisa encontrada que mais se aproxima desse conceito foi a realizada por Alcará e Guimarães (2007), na qual estudaram a percepção de instrumentalidade como fator motivacional para estudantes em seu percurso de aprendizagem. Nesse estudo, a instrumentalidade é definida como o “aluno percebe que as atividades realizadas no presente consistem em meios para atingir as suas metas futuras” (p. 117). Já no estudo realizado por Borges e Filho (2001), a instrumentalidade foi estudada como o “grau de relação percebido entre a execução (total do desempenho) e a obtenção dos resultados” (p. 178), a “proporção em que seu desempenho é útil para sua consecução (p. 180).

Em outra pesquisa encontrada, a instrumentalidade é previamente abordada como a “aceitação de um conceito ou de uma descrição em uma comunidade de cientistas dependerá, fundamentalmente, do quanto auxilia o cientista para operar de forma efetiva sobre uma parcela da realidade. Esta instrumentalidade define a validade de uma descrição da realidade” (Borba & Tourinho, p. 90). Os demais estudos encontrados abordam a instrumentalidade de forma

similar às anteriormente explanadas aqui, muito relacionadas à motivação no trabalho, na aprendizagem e na auto-estima/ imagem.

O que eu buscava era uma visão crítica da instrumentalidade voltada à própria psicologia, da prática no cotidiano. Portanto, é relevante que esforços sejam feitos nessa direção, para somar a este campo do saber. Considerando a relevância da reflexão sobre o conceito, o que busco compreender é: seria possível repensar a instrumentalidade, de forma aprofundada, no campo da psicologia? Como pode nos auxiliar a repensar o projeto de profissão da psicologia, a adoção deste ponto de análise??

Pressuponho que esta análise possa contribuir para a área do conhecimento da psicologia, como ciência e profissão. Este olhar pode gerar reflexões sobre a formulação de suas diretrizes e processo de regulamentação para a atuação nos diversos campos nos quais se encontra. Além disso, pode contribuir para a ampliação da discussão acerca da instrumentalidade na área da psicologia, pouco explorada, como explicitado anteriormente. Investigar essa relação pode trazer subsídios para construção de uma psicologia socialmente implicada, entendendo a produção científica como a busca por compreender a realidade, mas também de agir sobre ela (Guzzo, 2018).

Segundo uma análise realizada por Guzzo (2018), a ciência é uma produção humana, orientada por uma finalidade determinada, constituinte de e constituída por dado contexto e momento histórico. Considerando esse caráter, compreendemos que toda produção de conhecimento é movida por um interesse e revestida por um sentido político. Essa pesquisa não foge desse movimento. O que propomos é justamente a necessidade de aprofundarmos a compreensão acerca dos instrumentos e procedimentos empregados pela psicologia. Intencionamos fazê-lo por meio da discussão da instrumentalidade. Assim como postula Guzzo (2018, p.144) “a ciência sempre abre a possibilidade da transformação social”.

Mediante tal panorama, esta pesquisa tem como objetivo aprofundar a discussão sobre instrumentalidade em psicologia; refletir sobre a aplicabilidade da formação, enquanto ferramenta de mediação para atuação profissional nas demandas sociais; investigar como a instrumentalidade vem sendo abordada pela psicologia; realizar apontamentos sobre a práxis da psicologia no Brasil; contribuir para repensar a construção do projeto ético-político da psicologia.

O presente trabalho está estruturado por capítulos. Começaremos pela explicitação dos objetivos. Em seguida dividiremos a fundamentação teórica em três capítulos. O primeiro capítulo propõe-se a pensar e conceituar a instrumentalidade, assim como postular termos e concepções fundantes e necessárias para a discussão que aqui propomos. O segundo capítulo

pretende discutir a psicologia e seus processos históricos, com recorte na realidade histórica e social brasileira. O terceiro capítulo pretende realizar uma análise acerca dos cursos de formação em psicologia e a prática profissional da categoria no Brasil.

No quarto capítulo tratamos da questão do método, das fontes de informação e procedimentos. O quinto capítulo é dedicado aos resultados e discussões das informações obtidas. Por fim, no sexto capítulo, realizamos a síntese da reflexão, postulando possibilidades e limites da pesquisa. Além disso, o sexto e último capítulo compreenderá o apontamento de estudos futuros necessários.

Objetivos

Objetivo geral

- Caracterizar o conceito presente de instrumentalidade em documentos institucionais selecionados da psicologia como orientador de uma prática profissional.

Objetivos específicos

- Investigar como a instrumentalidade vem sendo abordada pela psicologia nos documentos selecionados;
- Compreender como a instrumentalidade se traduz na operacionalização da formação como ferramenta de mediação para atuação profissional nas demandas sociais;
- Caracterizar a vinculação da instrumentalidade com as orientações da prática profissional em psicologia.

Capítulo I - Instrumentalidade

No primeiro capítulo desta pesquisa, nos debruçamos sobre a Instrumentalidade. Para chegar nessa discussão, será necessário um esforço anterior de retomar conceitos centrais e estruturantes, as categorias de análise de Marx (trabalho, práxis, mediação, hegemonia, contradição e totalidade). Assim, poderemos partir de um entendimento esclarecido sobre as bases do que falaremos.

Partindo dessa compreensão, seguiremos para uma retomada do conceito de instrumentalidade, assim como da nossa compreensão acerca do conceito e função do instrumento, perpassando pelas dimensões do trabalho (técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política). Por fim, realizaremos uma breve reflexão sobre a discussão da instrumentalidade na construção do projeto ético-político profissional.

Bases para o entendimento: categorias de análise e forças produtivas

Para iniciarmos a discussão acerca da instrumentalidade, precisamos, anteriormente, definir o que entendemos por alguns dos conceitos que serão aqui utilizados. Um conceito central que precisamos definir é o de forças produtivas. Partindo de um estudo crítico das obras de Marx e demais autores marxianos, Korsch, no oitavo capítulo de seu livro intitulado “Karl Marx”, se debruça sobre o presente conceito. Korsch (2018) compreende as forças produtivas no caráter de capacidade de trabalho humano, este sendo realizado por meio de instrumentos - também produzidos pelo trabalho humano - na busca pela satisfação de suas necessidades. O autor nos elucida que as forças produtivas materiais compreendem também a ciência, a técnica e a organização social.

Assim, passamos a compreender dois caracteres da força produtiva: (1) o técnico-natural, o qual se refere às relações estabelecidas entre o ser humano e a natureza; e (2) o histórico-social, referindo-se às relações entre seres humanos, como a exploração da força de trabalho (Korsch, 2018). Portanto, partimos do entendimento de que as forças produtivas e, ou seja, a capacidade de produção humana, possibilita construções materiais que realizam a produção e reprodução da vida humana. Assim, podemos entender a própria classe revolucionária como uma força produtiva, se não a maior de todas.

Ora, se as forças produtivas dizem respeito à capacidade de produção humana, qual é sua ligação com as relações de trabalho? A resposta não poderia ser outra senão: representante de contradições que emergem das tensões estabelecidas entre si. Estas contradições, segundo Korsch (2018) não devem ser lidas de forma simplista, apenas como contraposições dialéticas,

mas sim como uma construção oriunda do conflito entre força e modos de produção, historicamente localizados. Assim, se põe por terra a divisão simplista e fragmentada entre resultados técnicos e aplicação social destes, estabelecendo-se uma totalidade, conceito este que será elucidado ao longo deste capítulo. Ou seja, diz respeito às construções do modo de produção realizadas por meio das forças de produção, mas também limitante e alienante destas últimas, gerando contradições que rompem em revoluções, forças produtivas por excelência. Revolução esta que se caracterizaria pelo movimento contrário ao alienante, ou seja, pela apropriação dos instrumentos materiais produzidos pela soma das forças produtivas individuais.

Tratando-se de relações alienantes e possibilidades de transformações, poderíamos realizar uma relação com o que nos traz Holzkamp (2016). Quando questionado se os seres humanos podem atuar de forma irracional, Holzkamp problematiza nosso entendimento sobre o que vem a ser a racionalidade. O autor compreende que, muitas vezes, os seres humanos agem de forma contrária aos seus próprios interesses. Contudo, compreender essas ações como irracionais implicaria em classificá-las como inexplicáveis, sem fundamento ou estrutura originária. Holzkamp propõe outra análise frente a tais comportamentos. Partimos do entendimento de que o ser humano age de forma racional, contudo, frente a suas condições materiais imediatas de vida, podendo agir com recursos limitados. Isso implica, muitas vezes, em atos que vão contra seus próprios objetivos. Contudo, denominá-los como irracionais implica na negação das condições que limitam sua ação, apagando as contradições emergentes do contexto social, assim como as relações sociais e a característica humana daquele de quem se fala. Falamos, aqui, de alguém privado do controle de suas condições de vida.

Holzkamp (2016) acerca deste movimento, nos traz o conceito de auto inimizade, caracterizado pela crença subjetiva de realizar uma ação supostamente em prol da satisfação das necessidades do sujeito quando, na realidade, é uma ação pautada na hierarquia social, como fato imposto a ele. Ao contrário de uma irracionalidade, podemos falar de uma racionalidade limitada. Esta, por sua vez, realiza a função de evitar riscos maiores, partindo da contradição entre a satisfação de suas necessidades e o risco de chocar-se com instâncias hierarquicamente superiores. Ou seja, o sujeito não realiza esforços pelo controle de suas condições de vida pelo medo de um risco maior, direto à sua integridade física.

Poderíamos associar esta forma de agir abordada por Holzkamp com a razão instrumental abordada por Guerra (2014). Segundo a autora, esta se caracteriza pela realização de objetivos imediatos, limitada à operações fragmentadas e descontextualizadas. A razão instrumental encerra respostas imediatas e pontuais no exercício do trabalho desejante de eficiência e utilidade. Em contrapartida, a razão dialética parte de uma concepção

emancipatória, incorporando a contradição e seus movimentos, assim como a negatividade e a própria razão instrumental. Contudo, esta segunda forma de razão busca a lógica dos processos sociais, assim como os caminhos para sua transformação.

Assim como nos alerta Korsch (2018), não podemos cair no erro de compreender forças produtivas como meras medições descontextualizadas. Faz-se necessário entendê-las em seu caráter dialético, constituinte e constituído de totalidade. Realizar uma análise tecnicista destes conceitos elaborados por Marx não nos auxiliará a superar os obstáculos teóricos, metodológicos e práticos que envolvem e constituem as problemáticas encontradas na teoria e prática do fazer profissional.

Para fazê-lo precisamos, anteriormente, partir da definição de alguns conceitos centrais desta discussão. Oliveira *et al.* (2013) realizaram uma sistematização das categorias de análise de Marx, apresentando as principais colaborações de demais autores marxianos para a construção dos conceitos.

As categorias de análise no Materialismo Histórico-dialético são desenvolvidas com o propósito de análise dos fenômenos sociais, emergentes da relação entre seres humanos e destes com a natureza. Apesar de serem definidas separadamente, por questões didáticas, elas não podem ser vistas tendo fim em si mesmas, como isoladas ou estáticas. As categorias de análise, assim como todos os fenômenos sociais partem de uma relação indissociável em um processo de constante transformação pela ação humana. Elas partem de uma relação histórica localizada e desenvolvida na prática social (Oliveira *et al.*, 2013).

Uma das categorias de análise mais abordadas é a do trabalho. Assim como já trabalhado aqui anteriormente, partimos da compreensão de trabalho como a ação do ser humano na natureza, em seu processo de transformação desta para a satisfação de suas necessidades. Como nos alertam Oliveira *et al.* (2013), o trabalho não se encerra puramente na atividade. Compreendemos que os demais animais também realizam atividades ao longo de suas vidas. Contudo, apenas o ser humano realiza o trabalho. Isso parte da noção acerca do termo “necessidades”: os animais realizam atividades guiadas pela necessidade de sobrevivência. Já os seres humanos estabelecem suas próprias necessidades, e realizam transformações na natureza para atendê-las e, ao fazê-lo, também se modificam.

Outra característica fundamental que diferencia a atividade humana é a qualidade de projeção: o homem antecipa e projeta o que será realizado, tornando a ação passível de mudança, por meio da utilização de instrumentos, antes mesmo de sua concretização. Para fazê-lo, o ser humano utiliza instrumentos, também construídos por meio do trabalho (Oliveira *et al.*, 2013). Holzkamp (2016) avalia tal característica humana como uma vantagem seletiva, uma

vez que possibilita a uma previsão e generalização dos instrumentos criados. Ou seja, não se faz necessária a criação de um novo instrumento frente a cada nova necessidade.

Ou seja, quando falamos da ação da psicologia, estamos falando sobre um trabalho e, portanto, uma ação desenvolvida em relação com demais seres humanos, historicamente e socialmente localizado, que se vale da utilização de instrumentos (sejam eles passíveis de materialização física ou não) na realização da transformação da natureza.

Compreendemos que o trabalho está inserido na práxis, mas que nem sempre ocorre de forma crítica, podendo ocorrer de forma alienada e alienante, por meio de funções fragmentadas e mecânicas. Mas, o que seria a práxis? Esta segunda categoria analítica, segundo Paulo Netto e Braz (2006) se destina a todas as objetivações humanas, sendo o trabalho uma de suas formas. Ou seja, o trabalho está inserido dentro da práxis, mas a segunda não se limita ao primeiro.

Segundo Guerra (2014), a práxis pode ser compreendida como as formas de objetivações humanas, no processo de conversão dos meios em busca de suas finalidades. Para fazê-lo, são desenvolvidas mediações (como a linguagem, a consciência e o conhecimento). Para Paulo Netto e Braz (2006) a práxis pode voltar sua ação na natureza para seu controle e exploração, por meio do trabalho. Além disso, a práxis resulta em construções materiais, localizadas em diversas dimensões, como na ciência ou na arte, produzindo obras e valores. Por meio desta explanação, os autores definem o ser humano como um ser criativo e capaz de gerir sua própria atividade, sendo produtor e produto de sua atividade.

Segundo Kosik (1969), há um debate sobre o real significado da práxis na modernidade. Muito mais do que a relação entre teoria e prática, a práxis trata do caráter dialético entre homem e natureza, compreendendo o primeiro como ser que transforma e é transformado. Além disso, o autor nos traz a importância de repensar o que concebemos como teoria e prática.

A praxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A praxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade (p. 201).

Ou seja, compreendemos a práxis como uma atividade criativa, que se constrói e reconstrói com o passar da história, se relacionando com essa, partindo das construções previamente realizadas pelos seres humanos, do acúmulo de conhecimento, cultura, técnicas e demais instrumentos que utilizamos para realizar as transformações sociais que, ao fazê-las, nos transformam de volta. Nesse sentido, a história não é passada, é criada: é um produto prático da ação humana, da práxis (Kosik, 1969).

De forma contraditória, a alienação opera na mesma via, porém em direções opostas. Por meio das relações entre seres humanos, o trabalho pode não cumprir seu propósito de humanização, uma vez empregado na exploração do homem pelo homem, em um movimento de objetificação do ser social (Oliveira *et al.*, 2013) como mera ferramenta; como um de seus instrumentos. Como problematiza Guerra (2014), é assim que se dá a reprodução social: no processo de transformação do ser humano em instrumentos de outros (compra e venda da força de trabalho), operando a favor da hegemonia que sustenta um determinado projeto societário.

Mas, como o homem realiza o trabalho, seja ele alienante ou não? Utilizando-se de mediações. A mediação é uma categoria de análise destinada à compreensão das construções sociais complexas que se interligam na ação do homem. Segundo Cury (1985, p.43) “a história é o mundo das mediações”, ou seja, as mediações são as teias das relações dialéticas entre os fenômenos sociais, impossíveis de serem dissociadas. Contudo, assim como toda categoria analítica, esta é histórica e, portanto, superável e transitória, em constante processo de transformação associado ao desenvolvimento social.

Assim, compreendemos a mediação como desveladora da dinâmica dialética dos fenômenos, em sua totalidade. Por sua vez, a categoria analítica totalidade se designa a muito mais do que uma primeira leitura de seu conceito nos possibilita imaginar. A totalidade não diz respeito à soma de partes, muito menos de um todo coeso passível de fragmentação. A totalidade se caracteriza pelo que supera esta soma, ao produto criado nesta complexa relação de fenômenos que não se finda em si mesmos, nem em seu conjunto, mas que cria, por meio das contradições, algo que o extrapola (Oliveira *et al.*, 2013).

Assim, compreendemos que o ser humano cria a totalidade por meio da práxis. Para acessar ela, se faz necessário compreender a unidade dialética que a funda, histórica e socialmente. Contudo, partimos do pressuposto de que a totalidade só se torna possível partindo da existência da contradição, uma vez que opera na busca de um entendimento gerado por uma contestação. Oliveira *et al.* (2013) sistematizam a categoria analítica contradição como a “qualidade dialética da totalidade, é fundamentalmente constituída por esta última e subordinada a ela” (p.12). Ou seja, é nos constantes movimentos dialéticos que ocorrem na totalidade que emergem contradições, por meio da criação de fenômenos que não se solucionam. Assim, as contradições emergem de condições criadas ao longo da história do ser humano e, para serem superadas, requerem também a superação destas condições.

Ou seja, quando falamos de violência, desigualdade social, fome e miséria, falamos também de contradições sustentadas por condições materiais de vida em um sistema de produção e reprodução de vida baseado na exploração do homem pelo homem. Aqui, podemos

realizar um último esforço na compreensão deste movimento de reprodução. Segundo Cury (1985) a reprodução, como categoria analítica, destina-se à análise dos processos sociais que tendem à manutenção das condições existentes de vida e suas relações, mesmo que adversas. Ou seja, falamos também sobre seu caráter contraditório, ao se tratar de um movimento, uma ação empregada, mas que não busca a transformação, e sim a manutenção, na suavização das contradições que desvelam as condições desumanas criadas.

Esta análise pode encerrar um processo fatalista. Em advertência a isso, Oliveira *et al.* (2013) nos lembram sobre a possibilidade de o sujeito superar estas condições, rumo à emancipação. Isso só se torna possível pela apropriação dos meios científicos, culturais e educacionais, produtos da ação humana. Assim, se torna possível sua ação transformadora no meio que o cerca, produz e o influencia. Não nos cabe adentrar, profundamente, na reflexão acerca da emancipação humana e política. Portanto, realizaremos uma breve explanação acerca da problemática, suscita, mas capaz de instrumentalizar nossa discussão.

Partindo da análise de dois textos de Marx, “Sobre a Questão Judaica” de 1843 e “Glosas Críticas Marginais ao Antigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’ de um Prussiano” de 1844, Souza e Domingues (2012) realizam uma sistematização que traz as principais diferenças entre a emancipação humana e a emancipação política. A emancipação política é um movimento realizado pela burguesia, resultante da revolução política que os liberta do sistema feudal e instaura as condições necessárias para a criação do sistema capitalista. Em contraposição, a emancipação humana seria um processo a ser realizado pela classe trabalhadora, resultante da revolução social que superaria o sistema de classes, dando fim à exploração do homem pelo homem.

Nestes termos, a emancipação política caracteriza-se como a emancipação do Estado em relação à religião, não se subordinando e agindo em função desta, mas sim de si mesmo. Isso não significa que as religiões, as contradições e as explorações sejam extintas. Ao Estado, interessa libertar-se da religião para este ser livre, não os homens. Apesar de caracterizar notórios avanços, a emancipação política tem limites evidentes (Souza & Domingues, 2012).

Assim, observamos que a burguesia, por meio da revolução política, tem sua ascensão como uma classe revolucionária, fortalecendo-se por meio de interesses comuns com as demais classes: o fim do sistema feudal. Uma vez dominante, a burguesia passa de classe revolucionária à reacionária, em busca da conservação do poder estabelecido, com a instauração de um Estado - democrático - que atenda e defenda seus interesses. Portanto, a emancipação política se configura como uma liberdade formal, porém parcial e não universal. Aqui, se fala de igualdade

jurídica - perante à lei -, mas passa longe da igualdade sócioeconômica, a qual implicaria no colapso do sistema de classes (Souza & Domingues, 2012).

Assim, quem se torna livre, de fato, é o mercado, livre para explorar as forças produtivas agora disponíveis a ele e tendo o Estado como instrumento de gestão e repressão dos trabalhadores (Lessa & Tonet, 2011). Por meio de processos de conscientização, a classe trabalhadora se entende como antagônica à burguesia e, somente assim, se torna possível sua mobilização contra a exploração de sua mão de obra. É por meio do processo de tomada de consciência das contradições emergentes do sistema capitalista de produção e reprodução da vida que se torna possível a diferenciação dos interesses divergentes das classes nele inseridas (Souza & Domingues, 2012).

A inserção do proletariado na política, apesar de lhe conferir igualdade perante à lei, não altera suas condições materiais de vida. Ou seja, sua luta não mira em uma maior participação no Estado, e sim de sua supressão, por funcionar como instrumento de manutenção das explorações. Assim, compreendemos que a revolução social se configura como o caminho para a construção de uma sociedade emancipada, verdadeiramente humana (Souza & Domingues, 2012).

Isso não significa que o trabalhador não deve participar dos movimentos políticos, muito pelo contrário. As lutas políticas da classe trabalhadora devem ser dirigidas tendo em vista a revolução social, com o objetivo final da emancipação humana na “substituição da sociabilidade capitalista pela sociabilidade comunista” (Souza & Domingues, 2012, p. 80).

Instrumentos e seu papel na sociedade

Pino (2005), ao abordar o conceito de cultura em Vigotski, nos traz uma maior elucidação acerca do que compreendemos por instrumentos. O autor nos relembra que a ação humana - o trabalho, a transformação da natureza - se dá por meio dos instrumentos e símbolos criados ao longo da história. Na psicologia Histórico-Cultural, entendemos instrumentos e símbolos como elementos complementares que procedem do trabalho humano, de forma conjunta, “como mostra a história, evolução técnica e evolução simbólica marcham juntas ao longo da história do homem permitindo a construção dessa mesma história” (p.90).

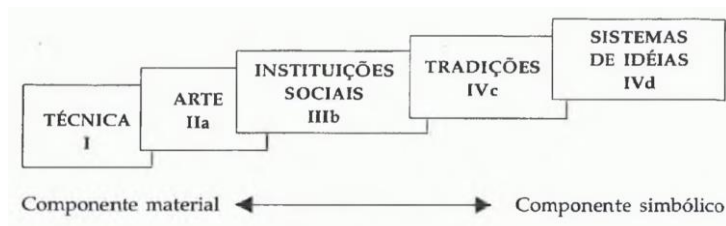
Portanto, os instrumentos e os símbolos constituem formas complementares de produção da cultura. Os instrumentos configuram mediações na transformação da natureza, ao passo que os símbolos mediam as relações entre seres humanos. Os instrumentos tornam possível a ação técnica, assumindo uma forma material que contém, por sua vez, uma ideia, ou significado. Já o símbolo, motor da ação simbólica, produz uma ideia, a qual será expressa por

meio de uma forma material. Ou seja, a ação humana é, justamente, a relação entre símbolos e instrumentos. Ambos geram produtos culturais e são, ao mesmo tempo, produtos desta mesma ação.

Conforme abordado por Pino (2005), as produções humanas podem ser divididas em dois grupos: (1) produtos da ação física; e (2) produções da ação mental. O primeiro se refere às mediações realizadas pela técnica, contendo uma forma material vinculada a um significado: o objetivo impulsionador desta ação. Já o segundo diz respeito ao uso de meios simbólicos sobre objetos simbólicos, exteriorizada por formas materiais. Aqui, podemos elencar as produções artísticas, as instituições sociais, as tradições e os sistemas de ideias.

Para elucidar este segundo, Pino (2005) nos traz a seguinte figura:

Figura 1:
Componentes Materiais e Simbólicos



Fonte: Pino (2005)

Ou seja, mesmo que em diferentes níveis, a produção simbólica reveste-se de produção técnica para a concretização da ação humana sobre a natureza. Ao passo que a produção material contém produção simbólica que a fundamenta, lhe confere significado e razão de ser.

Mas, por meio de quais mediações esta ação instrumentalizada opera? Pela utilização de instrumentos. Segundo Holzkamp (2016) os instrumentos têm grande impacto na história humana. Partimos, aqui, do entendimento de que os instrumentos caracterizam grande peso no processo evolutivo humano. Holzkamp, ao abordar a natureza humana, nos traz que o caráter social se encontra, previamente, no seu caráter natural. Para o autor, a natureza humana é dialética, sendo impossível dissociar o social da natureza. Contudo, em dado momento histórico da evolução, pelo processo de desenvolvimento da humanidade, o caráter natural passa a exercer menor peso do que o social nas determinações da vida. O autor nos elucidar três estágios da história humana que ilustram e fundamentam esse processo.

Para Holzkamp (2016), os indivíduos passam a desenvolver o trabalho coletivo em funções parciais - divisão do trabalho -, visando um objetivo em comum. Em seguida, são desenvolvidos instrumentos de apoio. O que mais nos interessa neste momento é o caráter dos

instrumentos criados: diferentemente dos demais animais que, por meio da utilização de objetos encontrados na natureza, realizam suas atividades para suprirem sua necessidade de sobrevivência, o ser humano passa a desenvolver instrumentos prevendo suas utilizações futuras no exercício do trabalho, para atividades diferentes. Isso possibilita que o ser humano crie e altere as condições materiais de vida, uma vez que parte das construções concretas previamente estabelecidas. Ou seja, ao exercer o trabalho, não precisa reinventar as condições necessárias para sua realização: parte de uma construção prévia que, ao decorrer do processo histórico, se complexifica e se altera

Corroborando com este pressuposto, Guerra (2014) reforça que a criação de meios para atender às necessidades humanas fundam o primeiro ato histórico. Ou seja, compreendemos que o processo de hominização se dá pela mediação de instrumentos. Assim, é possível dizer que a instrumentalidade é parte constitutiva do ser humano como ser social.

Tratando-se de instrumentos, é necessário diferenciá-los quanto à sua essência e aplicação. Há uma diferença fundamental entre instrumentos de trabalho e instrumentos do trabalho humano. Enquanto o primeiro diz respeito à divisão do trabalho, seja este manual ou intelectual, o segundo diz respeito ao conjunto de produtos criado pela humanidade em seu processo social evolutivo na busca pela satisfação de suas necessidades. Ou seja, mesmo quando empregados na mediação das demandas, os instrumentos podem ser utilizados na divisão do trabalho de forma alienada e alienante, caracterizando um “trabalho morto” (Guerra, 2014, p. 221), uma vez que a necessidade a ser suprida se encontre externa ao sujeito, imposta pela produção do sistema capitalista, atendendo aos interesses deste. Ou seja, na lógica de trabalho capitalista, os instrumentos sofrem um processo de reificação. Não deixam de ser elementos de mediação, mas se desnudam de seu caráter histórico-político e se vestem de objetos empregados na direção de um resultado esperado: a produção.

Na prática profissional e na ciência - dimensões que não deveriam ser dissociadas - esta dinâmica prevalece. É esperado que a ciência estude os fenômenos em sua imanência na busca de relações de causa e efeito; na prática profissional, espera-se o emprego de técnicas e instrumentos padronizados que atuam nas causas para produção de efeitos desejados. Compreendendo que nosso objeto de estudo, na psicologia, é o ser humano, é exigido que a ciência em questão se utilize de procedimentos genéricos e objetivos, sendo indesejável a presença de valores e concepções políticas acerca do fenômeno humano. Isso caracterizaria a neutralidade científica e sua eficácia, ideia importada das ciências exatas (Guerra, 2014).

Ao decorrer do processo histórico e social, as relações e construções humanas se complexificam, exigindo que novas formas de atuar sobre estas sejam criadas. Portanto, é

necessário que novos instrumentos, procedimentos e técnicas realizem a mediação das questões sociais. Contudo, é esperado que se faça sem subverter a ordem, em um processo de renovação conservadora.

Guerra (2014) nos elucidada que o profissional, ao utilizar os instrumentos de seu arcabouço profissional, é mais do que um mero aplicador de técnicas e procedimentos, sendo um crítico. A autora compreende esta característica uma vez que, para ter o domínio sobre a técnica, o profissional deve conhecer suas finalidades e as formas empregadas nesta direção. Contudo, observa-se um movimento de supremacia da técnica pela técnica, findada em si, substituindo a essência do trabalho pelo que era para ser, nas palavras da autora, um acessório, um meio de mediar as intervenções. Para superar esta problemática, é necessário ter em mente a dimensão política e ética do trabalho, não delimitada pela instrumental. Para as discussões sobre instrumentalidade que se seguem neste trabalho, ressaltamos a importância de se ter em mente a concepção de instrumento e considerações abordadas até aqui.

Instrumentalidade

A intencionalidade, como categoria de análise, pode ser entendida como o direcionamento da ação profissional. Muito mais do que o objetivo imediato da ação, diz respeito à intenção final, o propósito maior que guia o fazer profissional. A intencionalidade perpassa pelas escolhas teóricas, metodológicas e éticas, mas as ultrapassa, sendo necessário superar o pragmatismo e assumir uma postura que não gera contradições entre o dizer e o agir, a cisão entre a teoria e a prática. É esta categoria que guia a intervenção profissional, embasando suas escolhas (Falla Ramírez, 2017).

Não podemos confundir a intencionalidade com a dimensão ético-política da profissão, como se fossem exatamente a mesma coisa. Estas duas se relacionam, mas é a pertinência da intencionalidade que permite que a intervenção profissional seja guiada visando a transformação social, com sentido ético-político (Falla Ramírez, 2017). Em outras palavras, a compreensão ético-política é o sentido e a intencionalidade a direção da ação. Assim, podemos dizer que compreender a intencionalidade requer uma clareza do projeto societário da profissão, o “para quê” esta categoria profissional age no mundo. E aqui, me questiono: a psicologia tem clareza do propósito de sua ação? E, mais especificamente: a psicologia tem um projeto societário em mente que guia sua intencionalidade e, caso o tenha, é unísono?

Quando falamos de instrumentalidade, falamos também de intencionalidade e de teleologia. Quando falamos de teleologia, a compreendemos como a capacidade de mobilização dos meios para alcance dos objetivos, realizando projeções de suas intencionalidades antes

mesmo de concretizá-las. Esse processo possibilita a reflexão acerca do fazer ou não fazer, assim como da escolha dos meios empregados neste processo. É a teleologia que nos funda a autonomia, entendida como certo nível de liberdade dentro das circunstâncias possíveis. Assim, para Guerra (2014), “toda postura teleológica encerra instrumentalidade” (p.26).

O sufixo “idade” expressa capacidade, qualidade ou propriedade. Seguindo este raciocínio, a Instrumentalidade pode ser definida como capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, por meio de um processo sócio-histórico. Este processo desenvolve um modo de ser da profissão no confronto entre condições objetivas (produção material da sociedade/ realidade material) e condições subjetivas (escolhas dos sujeitos, qualificação e competência, preparo técnico etc.) do exercício profissional (Guerra, 2000).

Segundo Guerra (2000) é a instrumentalidade que possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais por meio da modificação/ transformações de condições objetivas e subjetivas na realidade social no nível cotidiano⁶. Portanto, dar instrumentalidade implica em alterar o cotidiano que demanda sua intervenção, transformando condições em instrumentos de intervenção. Contudo, para a autora (2014), a instrumentalidade só é atribuída aos meios e técnicas pelo exercício do trabalho, na conversão dos meios em instrumentos no pôr teleológico.

Pelo trabalho, o Homem transforma a natureza, a si e aos outros, reproduzindo a sociedade. A práxis, enquanto ação transformadora, tem instrumentalidade, elencando a capacidade de transformação dos objetos em instrumentos que atendam às necessidades humanas e transforme produtos naturais em úteis. Compreendemos aqui o trabalho como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, que depende da existência, criação e transformação dos meios de condição objetiva e subjetiva. Assim, manipulam e controlam a matéria natural para gerar o resultado. Essa conversão de objetos naturais em úteis é um processo teleológico, e é aqui que reside o caráter emancipatório do trabalho (Guerra, 2000).

Uma vez que a instrumentalidade se dá no trabalho, é necessário que esta esteja alocada na realidade, respondendo aos movimentos desta última, com sua característica histórica e dialética (Guerra, 2014). Para fazê-lo, é necessário que esteja acompanhada de uma razão que lhe sustente tais características. A razão ontológica, quando empregada neste processo, possibilita revestir a instrumentalidade como mediação, como um fio condutor de referenciais teórico-metodológicos, assim como de valores e princípios que orientam a prática profissional.

⁶ Para Guerra (2014), é no cotidiano que ocorrem as contradições, sendo este a complexa síntese de múltiplas determinações.

Quando falamos de instrumentalidade tratamos da discussão de meios e fins: análise da lógica que sustenta as escolhas profissionais. Portanto, a suposta neutralidade da categoria se mostra impossível, uma vez que compreendemos as implicações éticas e políticas que cerceiam o trabalho.

Como a instrumentalidade e seu processo de conversão de objetos naturais em meios para alcance de objetivo, se localiza na relação entre homens, ela existe em um determinado contexto. No sistema capitalista, os homens passam a ser instrumentos para outros homens, exemplo máximo expresso pela compra e venda da força de trabalho. Aqui vemos a instrumentalidade se converter em instrumentalização das pessoas, sendo uma condição da existência e permanência da ordem burguesa, garantida por instituições e organizações. A ordem capitalista detém a prática de converter as instituições e práticas sociais em instrumentos/meios de reprodução do capital por meio de profundas transformações societárias (Guerra, 2000).

Tendo em vista a chamada “questão social”, o Estado passa a desenvolver um conjunto de medidas econômicas e sociais, demandando de especializações e instituições para servir aos seus objetivos. Para darmos continuidade a esta discussão, cabe, aqui, uma elucidação acerca da chamada “questão social”. No sistema produtivo capitalista, a produção se torna cada vez mais coletiva, ao passo que a apropriação dos lucros, cada vez mais monopolizada. Segundo a autora, as políticas sociais são, justamente, uma tentativa de gestão da questão social, buscando um equilíbrio mínimo entre os interesses do capital e as necessidades básicas para manutenção e sobrevivência da mão de obra.

Paulo Netto (2011) nos traz uma reflexão acerca das expressões da chamada questão social em tempos de capital monopolista. Segundo o autor, o capitalismo de monopólio eleva as contradições emergentes da totalidade que o configura, com novas formas de exploração e alienação. O Estado também ganha novas configurações também, servindo, neste ponto, como operador das condições básicas à manutenção deste sistema produtivo, conservando a força de trabalho físico, pelo menos em um nível que ainda a mantenha funcional.

Aparentemente de forma paradoxal, o Estado sistematiza, institui e instrumentaliza direitos sociais, contudo, apenas para gerar uma noção de suposto consenso que assegure o desempenho da força produtiva. O Estado no capitalismo de concorrência tratava das expressões da questão social a nível de evitar erupções de mobilização social que ameaçaram seu funcionamento. No capitalismo monopolista, passa a ser necessário observar as sequelas da questão social como internas e fragmentadas, instituindo uma série de ações permanentes (Paulo Netto, 2011).

Para tanto, as políticas sociais administram estas sequelas a ponto de gerar condições gerais para a produção. Isso não significa que o Estado compreende a questão social em sua totalidade, muito pelo contrário. A instrumentalização de serviços para atender à população demandante ocorre de forma fragmentada: são tratados fragmentos da totalidade das sequelas da questão social, atribuindo suas raízes à ordem natural, e não à histórico-político-econômica que de fato é. Assim, as políticas sociais tratam de problemáticas, supostamente, particularizadas, como a fome, o desemprego, a falta de escolas e a crise habitacional, como se tratássemos que questões particulares, fundadas em si e naturais (Paulo Netto, 2011).

Como agravante, mesmo fragmentando-as, é necessário estabelecer uma ordem prioritária de atendimento, tendo em vista os escassos recursos destinados. Esta priorização se dá por meio da lógica de redução das disfuncionalidades. Ou seja, a questão social não é abordada, jamais, em sua totalidade, apenas em suas sequelas, em suas refrações. Tratá-la de forma ampla implicaria em um confronto direto aos interesses do capital (Paulo Netto, 2011).

Considerando que: (1) a utilidade de uma profissão se dá pela necessidade social, a qual se transforma - por meio de mediações - em demandas para a profissão; (2) na sociedade capitalista temos as classes sociais fundamentais (trabalhadores e capitalistas); (3) as necessidades de ambas são antagônicas (Guerra, 2000), questiono: a utilidade da profissão está a responder a qual necessidade?

Guerra (2014), ao discutir sobre a razão instrumental que cerceia o trabalho da assistente social no Brasil, problematiza as relações e ações profissionais provenientes desta lógica. As demandas destinadas à categoria, por meio desta racionalidade instrumental, engendram respostas profissionais imediatas. Ou seja, ao serem levados à compreensão dos fenômenos em sua aparência, à maneira como se apresentam, as assistentes sociais devem apresentar respostas imediatas. Isso implica em uma necessidade de criação de modelos teóricos e metodológicos passíveis de generalizações e replicações, como um manual pronto de fluxos a serem seguidos em determinadas situações.

Ao fazê-lo, criam-se modelos cristalizados de intervenção que retiram o caráter social da prática profissional, transmutado em um conteúdo funcional que atende aos interesses da ordem burguesa. As intervenções passam, então, a ser mediadas pelas contradições e objetificações dos fenômenos sociais. Assim como explicitado por Guerra (2014), a criação, existência e manutenção de uma categoria profissional se legitima pelas necessidades históricas da sociedade, vinculadas aos modos e condições materiais de vida deste contexto.

Partindo da análise de como se dá o processo de divisão do trabalho, sua institucionalização e o estabelecimento de funções, Guerra (2014) problematiza as demandas

antagônicas destinadas ao Serviço Social. De um lado, o compromisso de atuar nas expressões da questão social, questionando e se opondo ao Estado e, de outro, a necessidade de responder aos interesses deste, vinculada à manutenção da existência da categoria profissional e a resposta exigida frente às demandas a ela destinadas.

Na psicologia, podemos observar essa contradição presente - conforme abordaremos no segundo capítulo deste trabalho - em sua origem e fragmentação teórico-metodológica. Nos deparamos com o dilema entre duas psicologias: a clínica privada que responde às necessidades de uma sociedade em processo de mudança produtiva, no tratamento e ajustamento dos indivíduos; e a psicologia socialmente implicada, na busca pela construção de ações que favoreçam processos emancipatórios.

Compreendemos, então, que o valor da especialidade profissional reside na sua capacidade de resposta às demandas atribuídas. Esta lógica culmina no imperativo do resultado à forma: a escolha e aplicação dos instrumentos é livre, contanto que atenda ao produto desejado. Aqui, estamos falando de ações instrumentais, voltadas à concretização de objetivos imediatos. Na psicologia, observamos o mesmo movimento na demanda constante de sua atuação linear e objetiva: avaliação⁷, diagnóstico e tratamento. Assim, são realizadas avaliações categóricas que culminam em diagnósticos que, por sua vez, delimitam encaminhamentos imediatos, passíveis de generalização e replicação sistemática.

Segundo Guerra (2014), a divisão do trabalho no modelo capitalista demanda uma atividade passível de reprodução sistemática, seguindo a lógica de atendimento das necessidades de forma imediata e a facilitação da substituição da força de trabalho. Neste caso, o trabalhador. Isso implica na “hierarquização, normalização, padronização” (p. 212) do trabalho. Para a autora, as assistentes sociais encontram dificuldade em se localizar nesta lógica, pela falta de compreensão de seu pertencimento à classe trabalhadora. Por conta disto, a dimensão política da profissão corre risco de ser apagada, dando margens à dimensão técnico-operativa como imperador do delineamento teórico-metodológico da ação profissional. Mas, quais são as demais dimensões que compreendem o trabalho?

Costa (2008) abordou a instrumentalidade, como o complexo conjunto de conhecimentos que é, por meio da sistematização das três dimensões do trabalho do Assistente Social: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A autora retoma a instrumentalidade, assim como abordada por Guerra (2014), e reforça seu caráter de capacidade

⁷ Para um maior entendimento acerca do tema, em especial no campo de atuação da educação, indicamos a leitura da dissertação de mestrado de Gonzales (2021) intitulada “(Des) Articulação Escola e Rede de Saúde: Desafios no Acompanhamento do Desenvolvimento Infantil”.

da profissão em mediar as questões sociais por meio dos instrumentos disponíveis à categoria. Contudo, conforme explicitado anteriormente, compreendemos que não basta uma aplicação sistemática e isolada destes instrumentais. É necessário que o profissional reconheça as diversas dimensões que envolvem seu trabalho, realizando a leitura, análise e intervenção de forma contextualizada.

Para realizar esta reflexão precisamos, anteriormente, compreender que a instrumentalidade começa a ser desenvolvida antes mesmo do exercício profissional. Sua construção também está presente na formação, nos componentes curriculares, nos estágios curriculares e nas demais experiências provenientes dos cursos de graduação. Contudo, ela extrapola esse momento, pois requer uma constante atualização e reformulação, por se tratar de uma capacidade que implica na visão e ação no mundo de forma dinâmica, não cristalizada e modular (Costa, 2018).

A dimensão teórico-metodológica diz respeito à relação entre a teoria e a prática, sobre a capacidade de integração, articulação e troca entre as duas. Compreender esta dimensão do trabalho implica no entendimento de que a lente teórica, assim como o método, não pode ser reduzida a procedimentos por si mesmos, em uma cadeia protocolar, genérica e estática. Aqui, a teoria é vista como um processo de constante reconstrução da realidade no nível do pensamento, que acompanha os movimentos da produção e reprodução da vida social. Partimos do pressuposto de que a realidade não se revela de forma imediata ao profissional. Ou seja, é necessário que este lance mão de mediações que adentrem nas condições materiais, nas contradições, e possibilite o entendimento do fenômeno em sua complexidade. E, além disso, que torne possível a análise e articulação de suas partes para o entendimento da totalidade (Costa, 2018).

Pensar a dimensão teórico-metodológica nos traz fundamentos para analisar as diretrizes curriculares dos cursos de formação. Quando pensada isoladamente, a dimensão teórico-metodológica pode até possibilitar uma leitura mais apurada da realidade. Contudo, sem articulá-la com as demais dimensões do trabalho, se mostra insuficiente para o pleno exercício da práxis, correndo-se o risco de separar, novamente, a teoria da prática, em um processo de abstração teórica que não se fundamenta com e na prática. A lente teórica só nos é útil quando temos uma apropriação da realidade. Portanto, a dimensão teórico-metodológica deve estar alinhada a um constante processo de leitura da conjuntura, possibilitando a realização de escolhas metodológicas viáveis ao contexto em questão. Assim, compreendemos que a teoria e o método nos fornecem fundamento e direcionamento na análise dos fenômenos sociais, levando em consideração sua historicidade (Iamamoto, 2000). Falamos, portanto, do trabalho

em sua totalidade. Ou seja, compreendemos que a teoria é necessária e nos afere ferramentas para a prática. Contudo, ela não se sustenta por si só, pois não fornece todos os critérios necessários para uma ação segura. Portanto, se faz necessária a prática, sobretudo a prática social (Konder, 1981).

A dimensão ético-política se refere à lente que possibilita ver as contradições que cerceiam o trabalho, compreendendo as forças contraditórias que exercem função no fazer profissional. Essa dimensão possibilita que o trabalho leve em conta o direcionamento de suas ações, sua intencionalidade, na escolha do método. Em outras palavras, partindo de seu direcionamento ético, da compreensão dos valores que guiam e estabelecem os objetivos do fazer profissional. Partimos do pressuposto de que “a liberdade é o valor ético-moral fundamental” (Costa, 2018, p. 55), uma vez que esta se caracteriza pelo pleno exercício de realizar escolhas e atribuição de valores. Assim, compreendemos que agir de acordo com a ética, implica em agir com liberdade.

Lessa e Tonet (2011) nos trazem uma sistematização que elucida a questão da ética e da moral. Como já abordado aqui anteriormente, por meio do trabalho, o ser humano produz história e, por ela, é também constituído. No processo histórico de produção e reprodução da vida, os diferentes modos de produção - construídos pelo ser humano - caracterizam certa forma de sociedade que, por sua vez, incide sobre a forma como os seres humanos se desenvolvem.

Nos sistemas de produção pré-capitalista, a reprodução social e individual caminhavam juntas: o indivíduo era entendido como tal enquanto pertencente ao coletivo. No período feudal, as famílias recebiam seus sobrenomes de acordo com a região na qual residiam e trabalhavam, por exemplo. A legitimidade individual se dava pela dimensão social, em sua relação com a totalidade na qual se insere. Não há sentido, nestes períodos, do indivíduo fora da sociedade. Com a passagem ao modo de produção e sociabilidade capitalistas, ocorre uma cisão entre o individual e o social: a validação da existência individual se dá pelo dinheiro, pela acumulação de capital. Aqui, observamos um descompasso entre a reprodução social e a individual. As necessidades individuais - sejam elas autênticas ou não - se sobrepõem às coletivas. Estas últimas se subordinam ao enriquecimento privado, produzindo indivíduos despidos da noção da dimensão genérica, coletiva ou social (Lessa & Tonet, 2011).

Se aplicarmos este entendimento para a discussão da moral, chegamos à conclusão de que a moral burguesa - e, portanto, emergente no sistema de produção capitalista - se caracteriza como hipocrisia. Por meio dos valores morais, dissemina-se a recomendação para que os indivíduos sigam as regras que mantêm a ordem vigente. Contudo, todos compreendem que estas mesmas leis devem ser transgredidas caso tal ato gere lucro (Lessa & Tonet, 2011).

A ética, por sua vez, se configura de forma contrária à moral burguesa, pois se destina às verdadeiras necessidades humanas, sejam elas individuais ou coletivas. Compreendendo a moral instaurada pela lógica burguesa como conservadora, a ética é, por excelência, revolucionária. Portanto, se o objetivo é a emancipação humana, a ética se mostra como elemento fundamental, ao passo que o sistema produtivo capitalista utiliza a sociedade como mero instrumento de sua reprodução (Lessa & Tonet, 2011).

Quando falamos de ética deontológica nos referimos, especificamente, à ética profissional. O termo grego *déon* denota caráter de obrigação, justiça ou necessidade. Nesse sentido, a deontologia carrega um sentido da necessidade de seguir normas para o alcance dos objetivos em questão. Com o decorrer do tempo, a ética deontológica passou a ser compreendida como o conjunto de deveres a ser seguido em relações sociais, em especial, as de caráter profissional. Assim, a deontologia se refere ao conjunto de normas a serem seguidas pelos profissionais ao estabelecerem relações com seus clientes e colegas de trabalho, sistematizados na modernidade, nos códigos de ética profissionais (Passos, 1993).

Assim, compreendemos que, ao contrário da moral conservadora ou liberal, que cerceiam as opções do indivíduo à tradição e ao individualismo, a moral socialista parte do objetivo da emancipação humana, ou seja, da liberdade de escolha do sujeito (Guerra, 2014). Assim, compreendemos que o fazer profissional precisa estar eticamente alinhado e, para fazê-lo, se faz necessária a compreensão das construções sociais, das condições materiais de vida e, portanto, de qual direcionamento e implicações políticas devem ser trilhados no emprego de sua ação sobre o real.

Por fim, a dimensão técnico-operativa diz respeito aos instrumentos, procedimentos e demais técnicas empregadas no trabalho, como mediação das demandas. Neste quesito, os instrumentos são considerados como força de potência do trabalho, como mediações escolhidas conforme a lente teórico-metodológica, no direcionamento da intencionalidade ético-política do trabalho. Assim como a teoria, os instrumentos não podem ser cristalizados. Precisam acompanhar o movimento de complexificação das construções e relações sociais. Para fazê-lo, é necessário que se vista também de seu caráter político. Assim como nos sintetiza Costa (2018):

O objetivo ao se forjar a instrumentalidade do assistente social é torná-lo mais do que um agente técnico, um profissional atento às finalidades e objetivos, assim como às consequências do seu trabalho. Um profissional técnico, mas também intelectual, capaz de realizar leituras críticas da realidade social, num processo investigativo por meio de

sucessivas aproximações, identificando os nexos que constituem os fenômenos, ou seja, apreendendo as mediações (p.60).

Ou seja, o entendimento das dimensões do trabalho nos evidencia a necessidade da compreensão de sua totalidade. Para além de compreender, é necessário que a atuação profissional seja guiada por meio deste entendimento: da indissociação do caráter teórico, prático, metodológico, político, ético e instrumental do trabalho.

Para Guerra (2014), outra problemática é a cisão entre trabalho manual e intelectual, fragmentando-o e impossibilitando ser visto em sua totalidade. Por meio desta divisão, os regulamentos e normas estabelecidos pelas organizações sociais geram uma dupla reação do trabalhador: a falta de controle sobre suas escolhas profissionais antagonizadas pela falta de delineamento político-teórico-metodológico que embasam e sustentam a ação, culminando na arbitrariedade e “bom senso” dos sujeitos.

Assim, temos quatro condições adversas ao pleno exercício profissional: a tomada do fenômeno em sua aparência, a desconsideração da dimensão política do trabalho, sua função antagônica e a sobreposição do conteúdo pela forma. Essas condições engendram uma prática instrumentalizada, operacionalizada na dimensão instrumental da profissão. Assim, “a instrumentalidade da profissão tanto conserva e reproduz aspectos do modo de ser capitalista quanto os nega e os supera” (Guerra, 2014, p. 217).

Muito se fala, no senso comum, que “na prática, a teoria é outra”, referindo-se à aparente incapacidade de a teoria guiar a prática, separando estas duas dimensões, como se fossem passíveis de dissociação. Guerra (2014) nos alerta que a consequência desta cisão é o estabelecimento de teorias focalizadas pela lógica burguesa que, de fato, pouco têm a contribuir na mediação das questões sociais complexas. Podemos pensar essa problemática como uma discussão fundamental na articulação entre formação e prática profissional. As teorias, o conteúdo apresentado e apreendido nos cursos de graduação em psicologia, dão aporte e instrumentalizam o profissional para a atuação nas políticas públicas?

Quando separada da realidade material, das contradições, da totalidade, a teoria passa a fundamentar-se em conceitos abstratos, representativos de concepções estáticas da realidade que, por si só, é movimento. Quando esta teoria passa a embasar o método do trabalho, nos deparamos com uma prática burocratizada. Assim, o método passa a ser visto como uma sequência de procedimentos a serem empregados em determinadas situações, em uma sequência pré-estabelecida do trabalho. Assim, justificam-se modelos cristalizados de intervenção, que são aplicados de forma indiscriminada, “prevalecendo uma relação de

exterioridade entre sujeito e objeto e de neutralidade entre os sujeitos envolvidos nesse processo” (Guerra, 2014, p. 233).

Esta lógica permite, apenas, que os profissionais respondem às demandas partindo da experiência empírica, com a homogeneização dos procedimentos divididos socialmente às especialidades profissionais. Em contrapartida, conforme nos traz Iamamoto (2000), o engajamento político, por si só, se mostra insuficiente na concretização de objetivos e transformações necessárias para a categoria. É necessário que este esteja alinhado à bases teórico-metodológicas sólidas, que embasam as ações, configurando-se uma dimensão essencial no complexo dinamismo das práticas profissionais.

Mas por que realizamos esta discussão? Quando falamos da necessidade de alinhar teoria e prática, considerar a dimensão política do trabalho, estabelecendo uma direção, uma intencionalidade para a prática profissional, estamos falando das potencialidades que a categoria tem na mediação das questões sociais. Mas, então, estamos atribuindo uma responsabilidade de transformação social à uma categoria profissional? Guerra (2014) nos alerta que não cabe à uma profissão a transformação social, assim como não se deve realizar o movimento completamente oposto. É imprescindível considerarmos a - e nos apoiarmos na - dimensão política e ética da profissão e, portanto, do trabalho humano, tendo em vistas as tensões entre classes sociais antagônicas no sistema produtivo que cerceia nossa ação na realidade.

Instrumentalidade, formação e projeto ético-político da psicologia

Vigotski (1996) nos traz a concepção de que a psicologia demonstrou significativo desenvolvimento de seus instrumentos, contudo, por meio do estabelecimento de leis básicas e sistematizações lineares. Para o autor, esse movimento da categoria deve ser rompido: precisamos escolher um caminho.

Para Tanamachi (2014) o equívoco da psicologia se encontra na substituição de referenciais revolucionários por reformistas. Para gerar uma mudança no posicionamento da psicologia, tal movimento deve ocorrer caminho à transformação social, acompanhada da transformação política. Neste sentido, a psicologia histórico-cultural de Vigotski, desenvolvida a partir do método materialista histórico-dialético, é posta como possibilidade de concretização desta transformação. A visão de mundo e de Homem proposta por tal método prevê uma concepção ética na busca pela emancipação humana, e compreende o trabalho como via para transformação (Tanamachi, 2014).

Uma vez que as relações de opressão são mantidas por processos de alienação (Tanamachi, 2014) observamos que o método materialista histórico-dialético parte de análises e intervenções que consideram o contexto e relações que envolvem a problemática em questão, sem isolá-la, compreendendo sua natureza complexa e dinâmica. Esse processo é revestido por uma intencionalidade, precedido por uma concepção final projetada acerca da ação (Oliveira *et al.*, 2013). Para alterar a realidade precisamos, portanto, alterar também as condições objetivas que a sustentam (Tanamachi, 2014).

Se nosso foco, como profissionais da psicologia e, portanto, agentes de uma ciência que atua sobre o mundo, é a emancipação humana, devemos compreender as condições objetivas e instrumentais que sustentam nossa prática. Tal reflexão nos levará a compreensão de qual concepção está sendo projetada: a da emancipação política (liberdade de mercado) ou a da emancipação humana. É por meio dessa análise que se torna possível vislumbrar transformações no fazer profissional e na expressão da psicologia nas demandas sociais, buscando pela transformação e não pela adaptação. É proposta aqui uma psicologia que realiza o resgate histórico das demandas postuladas pela educação, buscando possibilidades de transformação no âmbito do real, na superação das condições que sustentam a problemática em questão (Tanamachi, 2014).

Segundo Guerra (2014) a instrumentalidade contribui para a construção do projeto ético-político crítico quanto mais enriquecida ela for. Uma instrumentalidade enriquecida implica em ter clareza sobre o projeto, dotar-se de uma racionalidade que permita lançar luz sobre os objetivos explicitando o horizonte a ser alcançado. Além disso, implica em um domínio da teoria que permita construir esse caminho, com a escola de métodos, instrumentos e meios adequados aos seus princípios.

Guerra (2014) nos apresenta algumas formas possíveis para enriquecer a instrumentalidade: a coletivização das demandas; a quebra com a lógica culpabilizante de indivíduos por sua situação concreta; a luta contra a precarização do trabalho; a construção de espaços de discussão em ambiente de trabalho; e a luta contra a mercantilização do ensino na defesa de uma formação de qualidade. Assim, a discussão acerca da formação profissional se faz fundamental, visando criar condições para profissionais que estejam preparados, com formação sólida e claro posicionamento ético e político.

Capítulo II - Psicologia e seus processos históricos

Neste segundo capítulo discutiremos sobre a psicologia e alguns de seus marcos históricos relevantes para esta pesquisa. Pretendemos retomar, brevemente, pontos da criação e regulamentação da profissão no Brasil. Ao fazê-lo, buscamos evidenciar as principais características que desenvolveu neste processo: quem são os profissionais de psicologia no Brasil e qual formação eles têm recebido?

Esforços ulteriores de uma compreensão necessária

Para iniciar esse capítulo é necessário, primeiramente, compreender por que trilhamos este caminho. Por que compreendemos que, para discutir instrumentalidade em psicologia na atualidade, se faz necessário retomar marcos e processos históricos desta ciência e profissão? Compreendendo que as profissões são construtos históricos, estas desenvolvem um dado papel, sentido, modo de ser e função na dinâmica social. Assim como Iamamoto (2007) realiza este esforço com relação ao serviço social, a psicologia como ciência e profissão deve ser localizada histórica e socialmente para compreendermos sua expressão na realidade, sobretudo, brasileira.

Araujo (2021) realizou um estudo em busca das origens da psicologia como ciência. O autor se dedicou a compreender a relação entre o nome e a prática: precisamos do nome posto para algo existir, ou não? Para o autor, se nos dedicamos a compreender a história de algum fenômeno como a psicologia, nós precisamos compreender, anteriormente, ao que seu nome - o termo que lhe delimita - se designa. Assim, nos questionamos onde, quando e com qual propósito a psicologia surge.

Com a criação do laboratório de Wundt, parece haver um consenso na origem da psicologia como ciência no século XIX. Contudo, recuos podem ser realizados até as obras de Aristóteles. O nome “psicologia” tem seus primeiros registros no século XVI. Contudo, seria possível alegar que esta ciência não existia antes de sua nomenclatura? E, além disso, o que ela estuda? Se retornamos ao nome grego encontramos duas partes que o constituem: “psykhé” e “logos”. Se logos se refere ao ato de estudar algo, portanto, a psicologia se referiria ao estudo da psykhé. Termo este que pode ser compreendido de diversas formas, até mesmo sem conotação psicológica. Em sua retomada acerca deste conceito, Araujo (2021) encontra nas obras de Homero os primeiros relatos da psykhé com conotação psicológica, definido como a alma do indivíduo, com suas características afetivas, volitivas e cognitivas, posteriormente abordadas em Platão como a tripartição da alma.

Contudo, encontramos o primeiro registro do termo “psicologia” apenas no século XVI, nas obras de Johann Thomas Freigius, filósofo alemão. Aqui, ela é associada à história dos animais e às ciências da natureza e à física. Neste momento, este campo de estudo se dedicava à explanação e compreensão do corpo, assim como de suas funções fisiológicas. No final do século XVI novos registros são feitos por Rudolph Goclenius, mudando o direcionamento da psicologia para o estudo da origem da alma humana. Neste momento, o estudo passa a se aproximar mais da metafísica e da filosofia do que da física. É somente no século XVIII que a psicologia passa a ser aceita como ciência, tendo o filósofo alemão Christian Wolff como autor de peso significativo neste processo.

Para Wolff a psicologia é: “a parte da filosofia que trata da alma. Por isso, a psicologia é a ciência das coisas que são possíveis por meio das almas humanas” (Wolff, 1728, p. 29-30, §.58, *apud* Araujo, 2021). Aqui, podemos observar uma mudança fundamental na lógica acerca desta ciência. Wolff compreende a psicologia como o estudo da alma humana (pensamento, desejo e sentimento), mas também do que ela produz, de como ela se manifesta no concreto. Partindo da compreensão acerca da complexidade deste estudo, Wolff defende a necessidade da criação de uma ciência específica. Assim, nos questionamos: Quando Wolff fala sobre o que é possível por meio da alma humana, poderíamos indagar se o autor compreendia a psicologia em seu caráter de mediação, mesmo que de forma indireta?

Wolff defendia, também, que a psicologia fosse dividida em duas facetas de ação e estudo: A psicologia empírica e a racional. A psicologia empírica se destinaria à psicometria, ao estudo e mensuração dos processos mentais. Para o autor, a alma poderia ser quantificada, se tratando de um fenômeno localizado em certo corpo, sendo este finito e, portanto, passível de matematização (Wolff, 1732, p. 403, §.522, *apud* Araujo, 2021).

Este raciocínio nos leva a uma compreensão passível de problematização. Para Wolff (1751/2003, p. 107, §.191, *apud* Araujo, 2021), se podemos quantificar e medir as funções da alma e, portanto, suas ações, podemos chegar à verdade, uma vez que esta se circunscreve à experiência. Assim, seria possível utilizar tais verdades como fundamentos para a moral, a lógica e a política. Partindo de tal raciocínio, refletimos sobre a problemática da construção e aplicação dos instrumentos diagnósticos. Se estipulamos como verdade absoluta o que parte da experiência, e entendemos a alma como passível de quantificação/ delimitação, como compreendemos o contexto, a ética e a política?

É assim que o nome “psicologia”, embora fundamental para a consolidação e o desenvolvimento da ciência psicológica, vai ganhando distintas configurações, sempre dependentes de uma ampliação ou restrição do conceito de alma ou mente subjacente.

Ao se desenvolver historicamente como ciência, doutrina ou teoria, a psicologia vai se configurando em relação a certos recortes da realidade, enquanto outros são ignorados. Assim, o termo “psicologia” nunca abarca a totalidade dos assuntos psicológicos, mesmo quando seu uso é ampliado (Araujo, 2021, p.1238).

Araujo (2021) nos leva à uma reflexão sobre as múltiplas possibilidades de compreensão da psicologia como ciência, seu objeto de estudo e sua ação no mundo. Além disso, passou a compreender o termo “psicologia” como insuficiente para tratar do que a ciência aborda. Mesmo que de forma breve, retomar estes marcos e reflexões principais nos auxiliarão na reflexão aqui proposta. Passamos a defender que se mostra extremamente necessário definir o que compreendemos como psicologia, o que buscamos estudar e como intencionamos fazê-lo antes de iniciar algum estudo. Assim, devemos esclarecer de qual psicologia falamos e defendemos, de qual contexto partimos e quais as condições sócio-históricas que o circunscrevem.

Mas, por que estudar os marcos históricos da psicologia se mostra fundamental? Segundo Mota *et al.* (2018) podemos compreender a história da psicologia como uma importante ferramenta para análise e mudança de fenômenos associados à ciência e profissão. Sem estabelecer uma lógica linear de causa e efeito, realizar esforços para conhecer o percurso trilhado na construção e regulamentação de uma profissão, pode nos auxiliar a adotar um olhar mais crítico frente às suas práticas na atualidade. Assim, encontramos no estudo da história uma ferramenta de análise e ação, tornando possível observar o que se mantém e o que se transforma ou modifica. Ian Parker (2014) nos traz a concepção da psicologia que nos auxiliará a trilhar esse percurso. Para o autor, a ciência abarca uma ampla gama de teorias e práticas, muitas vezes incompatíveis entre si.

No início dos cursos de graduação, recebemos informações de diversas “psicologias”, abordadas de forma pontual e superficial, dando-nos a falsa impressão de haver um todo coerente enxergado por diferentes pontos de vista, que convivem em harmonia. Uma das formas encontradas para justificar essa junção impossível é a segregação em áreas específicas de saberes psicológicos. Assim, justifica-se que cada área possa partir de um ponto, de uma visão de mundo, de uma concepção de ser humano, e de uma proposta teórica e prática, prática esta já posta aqui como ineficaz no estudo realizado por Araujo (2021).

Mas como chegamos neste patamar? A psicologia surge como forma de compreensão individual no fim do século XIX, respondendo às demandas de uma sociedade em transformação. Essas transformações acarretaram mudanças estruturais societárias em suas principais instituições, como o estado, a família e o trabalho. Isso implica na necessidade

crecente de ciências que se dediquem à manutenção da ordem social. Segundo Boechat (2017) a construção da psicologia brasileira se relaciona intrinsecamente a este processo, alinhada às elites e seus interesses sociais.

Com a concepção de propriedade privada trazida pela expansão do capitalismo, a noção e percepção de que lugar que ocupamos no mundo também foi alterada. Assim, a propriedade privada passa a se fundir com os planos individuais. Para defender tais planos e aspirações, é necessária a instauração de uma noção individualizante e competitiva, caracterizando um “individualismo possessivo” (Parker, 2014, p. 21). Isso parte e se sustenta na noção de possibilidade da mobilidade de classes a partir do acúmulo de capital.

Para tornar possível essas novas formas de relações de trabalho e posse, se fez necessária uma estrutura individual que partisse da educação e preparo do ser humano para tal realidade. A família se mostra como uma instituição primordial nesse processo. As crianças eram preparadas para o mundo do trabalho, e as mulheres à família nuclear. Parker (2014) nos trás a concepção de que os sistemas de opressão se atualizam para adequar-se ao sistema econômico/social vigente. Neste momento histórico, observamos o mesmo movimento de intensificação dos sistemas patriarcais no confinamento da mulher ao lar. Neste novo mundo instaurado pelo capitalismo, a família passa a ser vista como o coração em meio à tanta violência e competição.

Preocupados com a manutenção e sustentação desse sistema, o Estado e a família passaram a se preocupar com o bem-estar dos trabalhadores, para assegurar que continuassem vendendo sua mão de obra. O Estado passa a adotar medidas do que seria chamado posteriormente de “saúde mental”. Àqueles que não se conformavam ou adaptavam a tal lógica, se fazia necessário um outro tipo de atenção. Via-se como perigoso que um descontentamento individual se somasse aos demais, instaurando um movimento coletivo. Para isso, a psicologia é chamada (Parker, 2014).

Como abordado anteriormente, mesmo partindo do consenso estabelecido acerca da data de fundação da psicologia como ciência na criação do laboratório de Wundt, fica clara sua origem difusa e fragmentada. A psicologia experimental se dedicava ao estudo de si mesma, mantendo a separação entre pesquisador e objeto. Isso parte da concepção de que o pesquisador corrompe a pureza do fato com sua subjetividade enviesada caso o assunto lhe seja atrativo. Esta lógica se sustenta na crença de que fatos e verdades podem ser extraídos de experimentos por meio do controle de variáveis e condições na mensuração do comportamento observado (Parker, 2014).

A construção deste conhecimento parte da noção de descobertas que passam a ser acumuladas e integram um sistema de saber. Aqui, se preocupava mais em estabelecer relações de causa e efeito entre eventos, estímulos e respostas, não se atentando propriamente às relações humanas. Isso parte do próprio intuito da construção da disciplina de psicologia neste contexto. Não lhe era demandada compreensão das relações entre pessoas, mas sim uma predição e controle dos indivíduos tendo em vista a manutenção de sua participação - exploração - na produção e reprodução do sistema produtivo (Parker, 2014).

Quando pessoas passam a fazer parte das pesquisas, o nome “sujeito de pesquisa” lhes é atribuído. Nesse movimento, a reificação desta relação que envolve a produção do conhecimento se torna expressiva, seja pelo distanciamento do pesquisador ou pelo caráter de objeto atribuído à pessoa que participa do estudo (Parker, 2014).

A história da psicologia se circunda na história, e de seu contexto específico do qual partimos. Tendo sua regulamentação como profissão no Brasil na década de 1960, a psicologia se funda e se desenvolve mediante uma realidade marcada pelo fortalecimento e presença de movimentos sociais, envolvendo pautas feministas, do movimento negro e LGBTQIA+. Em uma realidade circunscrita pela presença de um regime militar em uma sociedade em processo exponencial de industrialização, a ciência acompanha os movimentos e novas demandas sociais emergentes de tais movimentos (Mota *et al.*, 2018).

Para a psicologia, segundo Mota *et al.* (2018), foi designado o papel de atuar na área da saúde mental da população em uma sociedade em desenvolvimento econômico. Compreendemos sua utilidade na ordem social, atuando em prol de determinado “equilíbrio” do sujeito em seu contexto. Isso parte da premissa de que indivíduos em harmonia, sem problemas de ajustamento, contribuíram para a construção e desenvolvimento nacional. Em contrapartida, sujeitos em “desequilíbrio” padecem de sofrimento psíquico, não se adaptando às demandas sociais.

Compreendemos que a psicologia nasce para atender à demanda de uma sociedade em transformação do século XIX voltada à busca pela compreensão dos indivíduos e controle de seus comportamentos. Essa ciência passa a adquirir relevância na manutenção das relações sociais, assim como de opressão (Guzzo & Ribeiro, 2019). Pensando nisso, a psicologia enquanto ciência pôde ser utilizada nas relações de gestão da barbárie⁸, tendo como mote as práticas hegemônicas⁹. Nesse sentido, as práticas constituintes de uma psicologia hegemônica,

⁸ Entende-se aqui por barbárie o processo de fetichização (objetificação) das relações que culminam na dissolução passiva desta forma social (Mascarenhas, 2016).

⁹ Provenientes do pensamento tido como consenso das classes dominantes (Mascarenhas, 2016).

enquanto um conhecimento reduzido à sua aplicação prática –imediatas-, abrem margens para serem utilizadas com uma lógica instrumental a serviço do capitalismo em busca de sua manutenção (Mascarenhas, 2016).

No esforço de identificar e tratar condutas desviantes, a psicologia é chamada para utilizar seus métodos e técnicas (Mota *et al.*, 2018). Aqui, referente ao que tratamos com relação ao conceito de “ajustamento”, observamos duas ordens de explicação e intervenção da psicologia: biologizante ou de desvio social.

Assim, a psicologia passa a se dedicar ao estudo do comportamento humano e classificá-lo em uma escala de normalidade. Aqueles que não têm a possibilidade de predição do comportamento são vistos como perigosos, uma vez que podem romper com a ordem estabelecida. Partindo desses estudos e divisões categóricas, a psicologia se compromete a ajudar os indivíduos a serem produtivos e prosperarem em um sistema baseado na exploração (Parker, 2014).

Seguindo esta lógica, aqueles que não conseguiam se adequar ao ritmo e molde produtivo eram observados pela psicologia em seus desvios, buscando as causas de seus comportamentos desviantes em falhas de estrutura familiar, instituição esta responsável pelo preparo e adequação do indivíduo à vida social em seus moldes pré-estabelecidos (Parker, 2014).

Boechat (2017) nos evidencia que este movimento se mostra presente, também, na construção da psicologia brasileira. Assim como abordado anteriormente, para abordarmos a psicologia brasileira, também precisamos compreendê-la em seu caráter histórico e social. Ou seja, entendê-la como demarcada e constituída, de forma contínua, em diversas dimensões: políticas, econômicas, culturais, históricas e sociais. Pensando nisso, Boechat propõe uma análise que parte de dois ciclos sociais brasileiros: o democrático-nacional e o democrático-popular, apresentando e explicitando seus respectivos aparelhos relacionados à história da psicologia.

O ciclo democrático-nacional se localiza entre os anos de 1930 e 1964, caracterizado pelo acelerado processo de industrialização brasileira, em meio a dois golpes de Estado. Aqui, é notória a presença de uma ideologia capitalista de desenvolvimento nacional. Neste ciclo, aparelhos foram criados para instaurar uma noção de consenso, visando legitimar este processo e as contradições que passam a emergir. Observamos isso na criação do Instituto Nacional de Pedagogia, com o intuito de ampliar a psicologia para a área educacional, na especificidade de orientação e seleção profissional, preparando e direcionando os funcionários deste sistema em

desenvolvimento. Assim, a psicologia passa a desempenhar um papel fundamental na adaptação da população para as novas formas de relação e exploração de trabalho (Boechat, 2017).

O Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), também criado neste período, desempenhou um papel no desenvolvimento de pesquisas na área de intervenção psicológica, principalmente na formação de profissionais para a área do trabalho (Antunes, 2012). Aqui, já podemos iniciar uma reflexão acerca dos instrumentos historicamente produzidos pela área da psicologia, voltados para a atenuação dos conflitos entre trabalhador e trabalho e, portanto, da adaptação do primeiro às condições do segundo. Em concordância com o período no qual é criado, este aparelho desempenhou função no incentivo ao aumento da produção nacional. O terceiro aparelho que Boechat (2017) nos traz deste período é o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Este, por sua vez, desenvolveu um papel fundamental na defesa da ideologia desenvolvimentista, contrapondo o que era considerado como tradicional e, portanto, atrasado, com o que se valorizava como progressista frente ao processo de industrialização.

Portanto, podemos compreender que a psicologia, a partir de 1930, constrói seu caminho e atua no Brasil em prol da adaptação do cidadão à uma sociedade em mudança, lançando mão de seus instrumentos e técnicas ao fazê-lo. Por este papel desempenhado, Boechat denomina a Psicologia deste período como um “agente de modernização e desenvolvimento nacional” (2017, p. 62).

A partir do final da década de 1970, adentramos no ciclo democrático-popular, marcado pelo crescimento dos movimentos sociais. Com a mudança no sistema de produção e reprodução, a queda do muro de Berlim e o golpe do Chile, o capitalismo finca suas raízes. Assim como no ciclo democrático-nacional, o ciclo democrático-popular passa a desenvolver aparelhos e mecanismos ideológicos que o sustentem. A ideologia do compromisso social passa a marcar este período, limitando as possibilidades de libertação humana à participação política na defesa radical da ideia da democracia participativa. Boechat (2017) nos traz que a psicologia, assim como no ciclo anterior, se desenvolve e desempenha um papel de acordo com o momento histórico e político brasileiro.

O importante agora é destacar que uma das variantes de Psicologia crítica nascida no ciclo democrático-popular desempenhou papel de peso na instrumentalização ideológica e na consolidação deste ciclo, acompanhando mais ou menos sincronicamente o movimento de inflexão conservadora realizado pelas demais objetivações a que fizemos referência. Referimo-nos à Psicologia crítica nascida nas dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (p. 64).

Boechat (2017) argumenta que a psicologia crítica desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob o discurso de luta contra a psicologia tradicional, contribuiu para a criação do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPG-PSO) e da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em meio à luta de classes e tensões políticas por parte dos movimentos sociais. O PEPG-PSO propunha uma formação em psicologia que rompesse com a cisão entre teoria e prática, em um movimento combativo à contrarreforma universitária de 1968. Contudo, esta psicologia passa por um processo de ampliação dos referenciais teóricos e metodológicos, assim como dos temas abordados, culminando, para o autor, em um movimento de inflexão.

Segundo Boechat (2017), esta psicologia não somente sofre influências do período histórico e social brasileiro no qual se encontra como passa a desenvolver um papel em seu desenvolvimento. Este movimento é feito em concordância com a ideologia que o sustentava, sob a lógica do compromisso social da profissão. Assim, a psicologia neste período reforça a ideia da possibilidade de uma ilusória emancipação humana circunscrita dentro de um sistema estabelecido. Ou seja, sem vislumbrar a quebra da ordem social em questão, na tentativa de “conciliar aquilo que é inconciliável: os interesses do Capital aos interesses do Trabalho” (p. 65). Um reflexo deste processo no fazer profissional da psicologia é a crescente ocupação de psicólogas nas políticas públicas, criando desafios para a categoria profissional. E questionamos: a formação profissional ofertada nos cursos de graduação oferecem o preparo necessário para a atuação das psicólogas nas demandas sociais da realidade brasileira?

Boechat (2017) nos traz que o empenho em estudar e compreender o histórico da psicologia, assim como suas contradições, tão pouco traça caminhos à emancipação humana caso não possibilite a instrumentalização das classes dominadas em seus cotidianos marcados pela violência e privação de direitos. Para o autor, o desenvolvimento de uma consciência crítica se funda como passo e instrumento essencial para esta luta. Muito mais do que se prender à uma ideia de compromisso social da profissão, a psicologia deveria traçar estratégias comprometidas com os sujeitos reais, inseridos em suas condições materiais de vida, promovendo seu fortalecimento rumo à emancipação humana.

Capítulo III - (Des) Encontros entre a formação e atuação profissional

Se buscamos compreender a forma como a psicologia atua nas demandas sociais, precisamos retornar às bases: quem são esses profissionais e como se deu sua formação? No terceiro capítulo deste trabalho, realizaremos uma breve retomada sobre o histórico da construção dos cursos de psicologia no Brasil, assim como da regulamentação da profissão. Passaremos pela construção do Sistema Conselhos, pela contextualização de regulamentações da formação e prática em psicologia no Brasil, e encerraremos com uma reflexão sobre o papel da psicóloga brasileira.

A formação em psicologia no Brasil

No século XIX a psicologia brasileira se encontrava presente em determinados espaços, como na Faculdade de Direito de São Paulo, nos Seminários Episcopais e nas Escolas Normais, compreendida como a era normalista da psicologia brasileira. Com a Reforma Benjamin Constant em 1890, a psicologia passa a incorporar a grade de disciplinas de outros cursos de formação. Neste mesmo ano se dá a construção do Pedagogium, no Rio de Janeiro, instituição que tinha como intuito coordenar as atividades pedagógicas nacionais. Em 1892 a psicologia passou a ser uma disciplina obrigatória nas Escolas Normais (Lisboa & Barbosa, 2009).

No decorrer da próxima década são criados laboratórios de psicologia, como o de Psicologia Educacional da USP em 1934 (Lisboa & Barbosa, 2009). O primeiro projeto de elaboração dos cursos de graduação em psicologia no Brasil foi desenvolvido e implementado em 1932 pelo Instituto de Psicologia do Ministério da Educação e Saúde Pública. Contudo, este foi extinto após 7 meses de funcionamento, por questões orçamentárias e políticas. Em 1946 se torna obrigatório o ensino da Psicologia Aplicada à Educação nos cursos de licenciatura, assim como se dá a regulamentação da especialização em psicologia. Contudo, é apenas em 1953 que o primeiro curso superior autônomo é criado, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) (Lisboa & Barbosa, 2009; Oliveira *et al.*, 2017).

Em 1954, a atual Associação Brasileira de Psicologia Aplicada realizou pressões ao Ministério da Educação, solicitando a regulamentação da profissão e apresentando uma proposta de currículo para os cursos de graduação. Em 1958 é elaborado o Projeto de Lei que dispõe sobre a formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicologista (Oliveira *et al.*, 2017).

No ano seguinte, a Associação Brasileira de Psicólogos, em conjunto com a Sociedade de Psicologia de São Paulo, apresentou uma proposta de substituição deste projeto. A proposta incluía a formação em bacharelado e licenciatura, com disciplinas que contemplavam as áreas

de estudo das ciências humanas e biológicas. O enfoque, neste momento, se dava pela atuação nos campos da clínica, do trabalho e da educação (Oliveira et al., 2017).

Em 1962, a Lei nº 4.119 de 27 de outubro regulamenta a profissão de psicóloga. Neste mesmo ano, o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 403 de 19 de dezembro de 1962 define o currículo mínimo dos cursos de graduação em psicologia, estabelecendo a formação para a docência (licenciatura), para a pesquisa (bacharelado) e para o exercício profissional. Na década de 1970, como resposta ao aumento da demanda social, observamos um grande crescimento dos cursos de graduação em psicologia no Brasil. Marcado pelo Regime Militar, este período caracterizou um movimento de privatização do ensino superior, em concordância com a Reforma Universitária (Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968). Ou seja, na década de 1970 observamos um crescimento exponencial dos cursos de psicologia, sobretudo em universidades privadas (Oliveira et al., 2017).

A criação do Sistema Conselhos se deu neste momento, em 20 de dezembro de 1971, pela Lei nº 5.766, com o objetivo de fiscalizar e orientar o fazer profissional. Estas entidades, em 1975, criaram o primeiro código de ética da categoria. Na década de 1990, foram trilhados debates relacionados à formação em psicologia sendo que, em 1992, o Sistema Conselhos realizou o primeiro Encontro de Coordenadores de Curso de Formação em Psicologia, conhecido como Encontro de Serra Negra. Neste evento estavam presentes 93 agências formadoras nacionais, sendo que, à época, continham 103 no total. O encontro debateu os princípios norteadores da formação e como contemplá-los no currículo disciplinar e nos estágios (Oliveira et al., 2017).

A partir deste encontro, o CFP elaborou, em 1992, a Carta de Serra Negra, aprovando os princípios norteadores dos cursos de formação em psicologia, abarcando: o compromisso social e ético da psicologia com a realidade brasileira; a formação básica pluralista com enfoque no contexto regional; a criticidade como norteadora das análises e práticas profissionais; a consciência política; e a concepção de ser humano integral e dinâmico, inserido na realidade material.

Em 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), estabelecendo a estrutura e duração dos cursos de formação, assim como o perfil desejado do formando. Além disso, a noção de currículo mínimo passa a ser substituída por grades disciplinares baseadas em competências e habilidades a serem desenvolvidas. Por conta de divergências e embates durante a discussão e definição das competências e habilidades, o consenso da segunda comissão de especialistas designada à tarefa só foi estabelecido em 2004. Neste ano, são publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de

graduação em psicologia (Resolução CNE/CES nº8 de 07 de maio de 2004). Em 2011, foi realizada uma alteração no documento quanto à licenciatura em psicologia, aprovando a Resolução CNE/CE nº 5 de 15 de março de 2011, Diretrizes Curriculares em vigor até a presente data (Oliveira et al., 2017).

É nela que encontramos os princípios, fundamentos e condições de oferecimento dos cursos de formação em psicologia, assim como a forma que devem ser planejados, implementados e avaliados. Olhar atentamente para este documento pode ser de grande valia para nossa análise.

Esta revisão teve como objetivo a inclusão das diretrizes para o ensino de psicologia, ou seja, a formação de docentes com a inclusão do currículo de licenciatura (Souza *et al.* 2018). Neste mesmo período histórico, observamos a influência da criação e ampliação de políticas de acesso ao ensino superior. Em 1999, foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, atual Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Esta política teve como objetivo o financiamento de cursos superiores de graduação não gratuitos. Em 2010 o fundo deixou de ser gerido apenas pela Caixa Econômica Federal e passou a ser responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esta mudança caracterizou uma redução de juros, aumento do período de carência e amortização, e operação em fluxo contínuo (GOV, 2022).

No artigo 2º das Diretrizes Curriculares (Ministério da Educação e Cultura [MEC], 2011), temos que o objetivo dos cursos de formação em psicologia é formar psicólogas para o exercício profissional, para a pesquisa e para o ensino da psicologia. No artigo 3º é explicitado que os cursos de graduação em psicologia devem ter como princípios e compromissos a construção do conhecimento científico na área, a compreensão e reconhecimento dos diferentes referenciais teóricos que constituem o arcabouço da ciência, com discussões sobre ética, assim como aprimoramento e capacitação contínuos. Devem formar a profissional para a atuação nos diversos campos possíveis da área “ considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades” (p.1).

Tendo esta compreensão acerca dos diversos campos de atuação da psicologia, as diretrizes curriculares (MEC, 2011) estabelecem que a formação deve se diferenciar em ênfases curriculares na concentração dos estudos em estágios direcionados. Além disso, os cursos de graduação em psicologia devem proporcionar uma compreensão crítica dos fenômenos estudados (sociais, econômicos, culturais e políticos) circunscritos no contexto nacional.

Segundo as Diretrizes Curriculares (MEC, 2011), os cursos de graduação em psicologia devem ter como objetivo o desenvolvimento de habilidades e competências, sendo estas:

I - Atenção à saúde: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética;

II - Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - Comunicação: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral;

IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade;

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e a administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho;

VI - Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais (p.2).

A capacitação por meio das competências, habilidade e conhecimentos deve ser feita por meio de um núcleo comum nos cursos de graduação em psicologia no Brasil, com o objetivo de estabelecer uma “base homogênea” (MEC, 2011, p.3) na capacitação profissional. Sendo que as competências, referidas ao exercício das ações profissionais, devem ser apoiadas em habilidades. Além deste núcleo comum, cada ênfase curricular compreende suas próprias competências e habilidades específicas.

No Art. 5º, estabelecem seis eixos estruturantes dos cursos de graduação, sendo o primeiro referente à "fundamentos epistemológicos e históricos que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico,

desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em psicologia” (p.2). Ou seja, defende o ensino da História da psicologia como base do pensamento crítico à prática contemporânea.

Compreendemos que esta é uma breve contextualização histórica da construção do curso de graduação em psicologia no Brasil. Contudo, a partir dela, já podemos compreender movimentos importantes para serem levados em consideração em nossas análises. O percurso entre os currículos mínimos e a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais caracterizou uma mudança significativa na orientação da formação da profissional de psicologia. Com a preocupação de localizar os conhecimentos no contexto social, a busca pela uniformidade dos cursos de graduação da área se justifica pela criação de uma identidade da psicóloga brasileira. As DCNs configuraram, de fato, um “salto qualitativo” (Oliveira et al., 2017, p. 11) na formação da categoria. Contudo, se faz necessária a atualização da discussão para o cenário brasileiro contemporâneo.

Produções das entidades da psicologia articulam e complementam as DCNs, demonstrando a importância do constante diálogo dos órgãos regulatórios da categoria com a formulação de normativas curriculares. Em 2001 foi criado o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), formado por 27 entidades, dentre elas o CFP e a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), com o objetivo de compor um espaço de construção coletiva na área da psicologia brasileira na pesquisa, na atuação profissional, nas lutas sindicais e estudantis (CFP, 2022).

Em 2017 o Conselho Nacional de Saúde realizou pressão para retomar as discussões acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos da área da saúde, sendo a psicologia integrante deste grupo. As entidades da categoria se mobilizaram para reunir informações de estudantes e profissionais para a construção de novas normativas, mas as DCNs de 2011 permaneceram em vigor até a presente data.

Mas por onde começamos a discutir como deveria ser a formação da psicóloga no Brasil? O estabelecimento de um perfil profissional desejado guiou as discussões que definiram as Diretrizes Curriculares em vigência até o presente momento. Partindo desse estabelecimento, são elencadas habilidades e competências que devem ser desenvolvidas ao longo do curso para seu alcance (Yamamoto *et al.*, 2002).

No estudo realizado em 2009, por Lisboa e Barbosa, acerca do perfil dos cursos de graduação em psicologia à época, os autores elencam alguns passos para chegarmos à formação desejada pela categoria. Primeiramente, é enfatizada a necessidade de rompimento com a lógica do mercado predominante dos cursos. A predominância de cursos privados em resposta às

demandas do mercado caracteriza uma formação tecnicista que não se alinha ao direcionamento ético-político proposto pela categoria, nem responde às demandas sociais a ela destinadas.

Em segundo lugar, os autores ressaltam a importância do fortalecimento das universidades públicas. Por fim, avaliam ser necessária uma reformulação do modo, da organização e da avaliação do curso, visando a formação de psicólogas para a excelência, para o pleno exercício profissional dos papéis sociais atribuídos à categoria (Lisboa & Barbosa, 2009).

Para Yamamoto *et al.* (2011) é necessário um esforço ulterior para chegarmos neste objetivo. Os autores ressaltam que as raízes deste perfil identificado por Lisboa e Barbosa se encontram na seletividade socioeconômica. Ou seja, das condições prévias do acesso aos cursos de ensino superior. Para reverter tal panorama, se faz necessário o investimento na educação básica, nas condições de acesso e permanência ao ensino superior e na qualidade do ensino ofertado.

A atuação profissional da psicologia brasileira

A criação e regulamentação da Psicologia como prática profissional foi marcada por embates e pressões (Mota *et al.*, 2018). A definição das práticas e do objeto de trabalho encontraram campo de disputa com demais áreas do conhecimento, como a medicina. O sancionamento da Lei 12.842 de 2013 (Projeto de Lei nº 268 de 2002 e Projeto de Lei nº 7703 de 2006), em seu Art. 4º, define que o processo diagnóstico e prescrição terapêutica são atividades privativas da medicina. Pressões feitas por demais categorias profissionais (como psicólogas e assistentes sociais) acarretaram no veto do referido artigo, por meio da discussão do que se compreende por diagnóstico e prescrição terapêutica.

Uma problemática encontrada no processo de regulamentação da profissão, assim como das diretrizes para a formação, é a definição de conceitos presentes na legislação. A Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962 (Brasil, 1962) regulamenta a formação em psicologia e seu exercício profissional. Nela, se estabelecem as ações privativas da categoria: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento. Além disso, estabelece que, para realizar as referidas funções, a psicologia se utilizará de seus instrumentos e técnicas. Na lei, não constam as definições do que deve ser considerado por “problemas de ajustamento”, tão pouco sobre o que compreendemos por “instrumentos” e “técnicas”.

No esforço de compreender tais conceitos, Mota *et al.* (2018) realizam uma busca acerca da origem do termo “ajustamento”. Proveniente do campo de estudos da biologia, o ajustamento pode ser compreendido como o grau de adaptação do ser vivo relacionado à sobrevivência. Contudo, no campo da psicologia, o termo leva outro significado, abordando as relações do indivíduo ao longo de sua vida com o ambiente na busca pela satisfação de seus objetivos. Para a psicologia, o termo se refere às relações do indivíduo com o meio social na busca pela satisfação de seus objetivos.

Para solucionar tais problemas, a psicologia deve se valer de seus métodos e técnicas. Contudo, a referida Lei pouco define o que seriam tais formas de atuação. No esforço de consolidar as resoluções da categoria, o Conselho Federal de Psicologia nos traz uma série de definições na Resolução nº 018 (CFP, 2000). O Art.2 do Título I se dedica à caracterização da profissão, nos trazendo definições elementares para o exercício profissional. Seguem:

I - MÉTODO - conjunto sistemático de procedimentos orientados para fins de produção ou aplicação de conhecimentos;

II - TÉCNICA - entende-se como toda atividade específica, coerente com os princípios gerais estabelecidos pelo método;

III - MÉTODOS PSICOLÓGICOS - conjunto sistemático de procedimentos aplicados à compreensão e intervenção em fenômenos psíquicos nas suas interfaces com os processos biológicos e socioculturais, especialmente aqueles relativos aos aspectos intra e interpessoais;

IV - DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO - é o processo pelo qual, por intermédio de Métodos e Técnicas psicológicas, analisa-se e estuda-se o comportamento de pessoas, de grupos, de instituições e de comunidades, na sua estrutura e no seu funcionamento, identificando-se as variáveis nele envolvidas;

(...)

VIII - SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE AJUSTAMENTO - é o processo que propicia condições de autorrealização, de convivência e de desempenho para o indivíduo, o grupo, a instituição e a comunidade, mediante métodos psicológicos preventivos, psicoterápicos e de reabilitação.

Realizando esta leitura, compreendemos que o método delimita as técnicas, uma vez que estabelece certo direcionamento e princípios a serem seguidos. Já os métodos psicológicos, como funções privativas da categoria profissional, se referem aos procedimentos e atividades específicas empregadas no fazer profissional, considerando a complexidade de dimensões que cercam o fenômeno em questão. Em concordância com a concepção de ajustamento trazida por

Mota *et al.* (2018), a solução destes problemas se dá por meio de métodos psicológicos empregados no cotidiano dos sujeitos, individual ou coletivamente.

No Brasil, entre os anos de 1964 e 1980, a formação em psicologia se disseminou com o enfoque clínico e privado, tendo em vista o regime militar em vigor na época, sendo que esse direcionamento perdura até os dias atuais (Guzzo & Ribeiro, 2019). Se estamos falando de relações de opressão, como poderia a psicologia na educação contribuir com as mudanças necessárias em busca de uma prática libertadora?

Neste caminho, construções importantes foram trilhadas no fim da década de 1980, trazendo o enfoque para a discussão acerca do papel das psicólogas nas escolas. Era essencial, para a categoria, abandonar a concepção ahistórica e supostamente neutra da psicologia enquanto ciência, passando a adotar uma prática crítica e contextualizada que não perpetue relações de opressão e vitimização pelo uso da ciência como arma de poder dentro das escolas.

Martín-Baró (1997) nos traz a reflexão sobre o papel da psicologia frente ao momento sócio-histórico no qual ela se insere. O autor compreende que a psicologia, como ciência, não é eficaz quando meramente importada de outros contextos. Ou seja, ela deve ser sempre pensada e construída tendo como base uma realidade social e histórica específica. Portanto, para pensar o fazer psicológico, se faz necessário compreender o contexto no qual ele se insere.

Yamamoto (2012) também nos propõe uma análise sobre o papel da psicologia. Para Mello (1975, p. 113, apud Yamamoto, 2021) se faz necessário defendê-la como um “instrumento de modificação social” e não como um conjunto de técnicas para a solução de problemas individuais. Para isso, precisamos olhar a construção dos cursos de graduação, assim como o processo de regulamentação da profissão no Brasil. Como vimos anteriormente, a profissão cresceu de forma exponencial no Brasil ao longo dos anos, acompanhada do crescimento dos cursos de graduação, em sua maioria privados.

Neste ponto, se instaura a questão: Qual é o papel da psicóloga neste panorama? Este questionamento norteia a ação, pois é a partir deste que refletimos sobre o objetivo da intervenção. Aqui, é reforçado o caráter não neutro e, portanto, político, da psicologia. A psicologia teve sua expansão em uma atuação de reconversão, oferecendo-se como solução de problemas sociais por meio de uma mudança nos comportamentos dos indivíduos e manutenção da ordem social. Além disso, observa-se um esforço maior dedicado às elites, buscando respostas individuais para questões sociais por compreender o contexto histórico como meio natural e, portanto, imutável. Neste panorama, a psicologia é posta em evidência e importância como um mecanismo de reprodução do sistema e manutenção da ordem (Martín-Baró, 1997).

Partindo desta visão, a psicologia deve buscar compreender a estrutura inconsciente que naturaliza as relações na realidade. Por exemplo, no caso da educação, onde o aprender não se configura apenas como assimilação de signos, mas sim como a estruturação de uma forma de relação com o mundo, e a materialidade dos interesses sociais. Neste sentido, busca-se compreender o que permeia o comportamento somado aos sentidos que o configuram. Assim se dá o processo de conscientização, norte do fazer psicológico (Martín-Baró, 1997).

Por sua vez, a conscientização supõe três aspectos: (1) o ser humano se transforma ao modificar a realidade; (2) ao decodificar o mundo, o indivíduo passa a compreender os mecanismos opressores e desumanizadores, abrindo seu horizonte para novas possibilidades de ação; e (3) o saber construído a partir deste processo acarreta um novo saber daquele que o faz, sobre quem é no mundo e o que pode vir a ser, fortalecendo a possibilidade de autonomia dos sujeitos (Martín-Baró, 1997).

Assim, ter a conscientização como norte do fazer psicológico implica em buscar a desalienação, construindo um saber crítico nos níveis individual e social. Deste modo, se assume uma responsabilidade histórica, uma vez que a psicologia parte de seu saber e especificidade para contribuir na mudança das condições que geram (Martín-Baró, 1997).

Cabe à psicologia trilhar rumos à construção de identidades pessoais e coletivas para responder às demandas da sociedade. Para tanto, se faz necessário assumir uma responsabilidade social por meio da reflexão constante de sua imagem enquanto profissional, da tomada de perspectiva das maiorias populares, e da confrontação crítica frente ao referido sistema. Se trata de disponibilizar o saber psicológico para a construção de uma sociedade mais justa e humana (Martín-Baró, 1997). Yamamoto *et al.* (2002) tratam da formação da profissional de psicologia dialogando com seu papel e o contexto sócio-histórico no qual nos inserimos, propondo possíveis contribuições do pensamento marxista para a categoria.

Mas o que o Marxismo tem a contribuir para a psicologia? Ainda há muita resistência para a inclusão do pensamento marxista na formação e prática da categoria, seja pela ideia de que este fundamento pouco tem a contribuir para as profissionais, seja pela concepção de que a universidade não comporta espaço para transformação social. Importante ressaltar que não falamos da criação de uma nova área da psicologia, como uma abordagem. Falamos de um apontamento à psicologia em sua totalidade, devidamente localizada em seu contexto de atuação: nas expressões da chamada questão social, frutos de uma sociedade em sistema capitalista de produção (Oliveira & Paiva, 2016).

Defender a presença do pensamento marxista na psicologia parte da compreensão de que a ciência não é, e não deve ser, neutra. Trata-se de gerar mudanças necessárias para uma

efetiva práxis transformadora no campo de trabalho da psicologia, seja como ciência ou profissão. Como abordamos no primeiro capítulo deste trabalho, a psicologia serve como “instrumento de tortura, de subjugação e opressão de presos políticos, de controle e manipulação de massas” (p. 225). De fato, o histórico da psicologia denota grande distância do direcionamento ético que buscamos. Contudo, não podemos correr o risco de apagar seu passado indesejado. Pelo contrário, se faz necessário lembrá-lo e lançar esforços para compreendê-lo no intuito de não repetir tais práticas (Yamamoto *et al.*, 2002).

Ao buscar atender às demandas sociais destinadas à categoria de forma imediata, as profissionais de psicologia não se atentam para o direcionamento de suas ações. Algumas normativas da categoria nos trazem a importância dessa reflexão. Se nos propomos, aqui, a pensar a instrumentalidade na psicologia, precisamos nos atentar a algumas normativas da categoria. Como já abordado anteriormente, os instrumentos empregados pela categoria, na atuação profissional, têm grande peso no direcionamento da prática. Assim, a Resolução do CFP nº 6, de março de 2019 nos traz as normas para a elaboração de documentos escritos pelas profissionais. Logo de início, a resolução nos apresenta considerações importantes, como: a necessidade de alinhamento com o Código de Ética vigente; uma leitura do cenário atual brasileiro, o qual tem demandado uma atuação transformadora da psicologia voltada às demandas sociais; a necessidade de apenas utilizar instrumentos e técnicas reconhecidos pela comunidade científica; e a importância de levarmos em conta demais leis e resoluções que regulam o fazer profissional da categoria (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2019a).

Ao estabelecer os princípios técnicos da produção de documentos, a referida resolução reforça a necessidade da profissional seguir critérios que prezam por uma conduta ética na utilização destes materiais, considerando: a natureza dinâmica dos fenômenos estudados; a necessidade de demonstração da construção do raciocínio psicológico; o sigilo; a participação dos envolvidos na produção técnica; e a importância de referenciar os materiais teóricos e técnicos. Além disso, a resolução estabelece os princípios éticos, ressaltando artigos do Código de Ética da categoria. Também estabelece que os documentos produzidos não devem sustentar processos de subjetivação pela justificação de modelos ideológicos e institucionais.

Como vimos anteriormente, a psicologia surge formalmente no Brasil como ciência aplicada nas Escolas Normais e em cursos de graduação, como disciplina obrigatória, tendo fortes influências da medicina e da psicanálise. Sua maior contribuição era na análise de comportamentos considerados desviantes. O resultado desse histórico marcou uma concepção patologizante e individualizante acerca da profissão, a qual permanece na atualidade. Essa identidade profissional limita suas possibilidades, mas também lhe garante espaço no

mercado de trabalho: pela venda de serviços que se pretendem responder às demandas e interesses pela manutenção de um sistema produtivo (Oliveira & Paiva, 2016).

Após sua consolidação como profissão, em 1962, a psicologia brasileira se desenvolveu como ideologia, responsabilizando os sujeitos por suas condições de vulnerabilidade e responsabilizando-os pelo processo de superação delas. Isso acontece pela abstenção, no pensamento psicológico, da consciência dos processos históricos, políticos e econômicos que cercam a vida cotidiana em sua materialidade (Oliveira & Paiva, 2016).

Na década de 1970, com a falência do projeto neoliberal da profissão e a crescente expressão da questão social, levam à inserção massificada das profissionais de psicologia para atuação nas políticas públicas. Neste movimento, vale ressaltar a influência de Vigotski na Rússia, de Holzkamp na Alemanha, do movimento estudantil na França, dos trabalhos de Foucault sobre o poder e os processos ditatoriais na América Latina. Neste período, a psicologia passa a incorporar as contribuições de Paulo Freire, da teologia da libertação, dos pensamentos de Martín-Baró e de Fals Borda, munindo-se de matrizes marxistas para o exercício da prática e da pesquisa (Oliveira & Paiva, 2016).

Antes de tratarmos da psicologia atuante nas políticas públicas, cabe uma breve explanação da origem e desenvolvimento das políticas sociais. Apesar de ser, comumente, associada à realidade europeia no final do século XIX, a origem das políticas sociais é de difícil precisão, se tratando de processos sociais emergentes em meio a demais transformações no período de ascensão do capitalismo, abarcando mudanças produtivas, societárias, políticas e econômicas.

Pode-se definir proteção social como o conjunto de iniciativas públicas que visem enfrentamento de riscos ou privações sociais; uma intervenção estatal na distribuição de riquezas tendo em vista o bem estar. Ainda pode ser evidenciado um caráter preservacionista desta proteção social - visa a manutenção e proteção - ocasionando em uma noção de segurança social e proteção de direitos sociais (Zola, 2015).

Mas qual seria a diferenciação entre política pública e política social? A política social é uma espécie de política pública, uma vez que esta última se configura pelas estratégias governamentais empregadas em diversas áreas, como a econômica, transporte, saúde, assim como a social. A política pública tem como base a concretização dos direitos de cidadania conquistados socialmente. Ainda dentro desta esfera, a literatura inglesa diferencia três tipos de política, a *polity* voltada à ordem do sistema político, a *politics* caracterizada pelos processos de tomada de decisão, e a *policy*, sendo esta a política pública. A política pública é a

materialização da *politics* por meio de programas governamentais que asseguram os direitos sociais, se declarando compromissada à alteração de uma realidade (Zola, 2015).

Antes deste período, a preocupação social não se centrava na produção e acumulação de capital, tendo seu foco na manutenção da ordem e atividades filantrópicas com fins políticos. Portanto, as leis disponíveis previam a assistência - mínima - mediante condições de trabalho fixas, com critérios de escolha dos beneficiários marcada por valores morais cristãos (Behring & Boschetti, 2009). Pode-se dizer que tal proposta ocasiona em uma manutenção e agravante de desigualdades sociais - quando, fundamentalmente, deveria gerar o efeito oposto - localizada em uma óptica de proteção e controle da força de trabalho. No Brasil, a construção do sistema previdenciário refletiu tal cenário, atribuindo pesos distintos para diferentes categorias, amplitude diferenciada de benefícios para categorias de maior salário, diferenças entre o setor público e privado, diferenças de tempo de contribuição, entre outras (Campos, 2015).

Após a revolução industrial, o trabalho ganha um novo sentido, se instaura uma necessidade de manter a mão de obra para livre circulação no mercado de trabalho, quebrando com a lógica anterior de manutenção de uma ordem laboral fixa. Assim, o trabalhador se torna livre para ser explorado, sem garantias. Com o crescimento das lutas por condições dignas de trabalho, o Estado é demandado a criar novas regulamentações (Behring & Boschetti, 2009).

A chamada questão social tem suas gêneses na forma como os seres humanos se relacionam com o trabalho, assim como na tentativa de superação das condições de vida desencadeadas pela forma como este se dá. A manifestação concreta da questão social se dá na acumulação de capital por meio da exploração de mão de obra, na qual o valor do trabalho, assim como seu sentido, é regido pela acumulação de capital. Neste processo de exploração do homem pelo homem, de acumulação desigual, a desigualdade social se agrava, fazendo com que uma maior parcela da população se encontre em situação de pobreza (Behring & Boschetti, 2009).

As políticas sociais estão intrinsecamente relacionadas à chamada questão social, tendo seu campo de atuação - na mobilização da mão de obra de profissionais que operam neste sistema, na objetivação de suas intencionalidades mediadas por seus instrumentos - nas contradições emergentes desta lógica produtiva. A questão social diz respeito às condições que, antes, eram vistas como de ordem individual e que passam, por conta das lutas, pressões e movimentos sociais, encargo do Estado. Em teoria, elas deixam de ser questões pessoais e se tornam questões sociais (Behring & Boschetti, 2009).

Isso não significa, contudo, que o controle está nas mãos do Estado. Nesta lógica liberalista, a ordem é regida pelo mercado e seus interesses. O papel do Estado, em especial das

políticas sociais, é de garantir condições de manutenção da vida para melhor a produção e reprodução da vida. Cabe ao Estado garantir, por mecanismos sistematizados de leis, a liberdade do mercado: a gestão das contradições emergentes deste sistema para contenção de sua irrupção (Behring & Boschetti, 2009).

No Brasil, se tratando de uma realidade muito diferente da europeia, a origem das políticas sociais se dá de forma diferente, sem acompanhar o momento histórico em sincronia. Não houve movimentos sociais no século XIX que pudessem impulsionar a responsabilização do Estado pela tratativa das expressões da questão social. A discussão sobre esta pauta se inicia somente no início do século XX, com a reivindicação por melhores condições de trabalho, sendo que, até pouco antes da proclamação da república, em 1889, não havia registros de legislação social. Os primeiros sindicatos são constituídos a partir de 1903, com os trabalhadores rurais, e em 1907 com os trabalhadores urbanos. Este movimento teve grande influência dos imigrantes europeus, por trazerem concepções dos movimentos sociais vividos em seus países de origem (Behring & Boschetti, 2009).

Em 1923 é aprovada a lei Eloy Chaves, tornando obrigatória a criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) a determinadas categorias trabalhistas, como uma forma primária da previdência social brasileira. Com o passar dos anos, demais movimentos são realizados, impulsionando a criação das políticas sociais que hoje conhecemos (Behring & Boschetti, 2009). No Brasil, as políticas de proteção social têm se voltado à matricialidade das famílias. A família é compreendida aqui, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) brasileira de 2004, como o espaço de socialização primário provedor de cuidados. A matricialidade, por sua vez, pode ser compreendida como a ação pública voltada à proteção dos indivíduos tendo a família como ponto central. Este caráter de intervenção na família - tendo esta como ponto central - pode ser representado também na Lei dos Pobres inglesa, que realiza a ação na família compreendendo estar nela as condições que levaram à pobreza ou ao risco social (Zola, 2015).

Na sociabilidade criada pelo sistema de produção capitalista, observamos uma inversão da relação entre sujeito e objeto, concebendo a humanidade a serviço da produção mercantil. Iamamoto (2007) discute sobre as consequências sociais do capital fetiche, no qual, em linhas gerais, há um esvaziamento da origem da produção da riqueza. Instaura-se a concepção de que o capital gera capital ao passo que, como sabemos, a força de trabalho humano gera a produção da riqueza. Esta lógica encoberta as sequelas que este processo deixa, banalizando as questões que cerceiam a vida humana e incidindo nas raízes da chamada questão social.

Além disso, o modo de produção capitalista compreende duas realidades: a suposta igualdade jurídica dos seres humanos; e o aumento da produção e concentração da riqueza, responsável pelo avançado processo de pauperização observado na questão social. Esta lógica produz novas necessidades, captura as tensões e lutas de classe, assim como os movimentos de ruptura, aumentando as desigualdades e rivalidades entre seres humanos (Iamamoto, 2007).

A entrada do trabalho da psicologia no campo da política social inaugura um novo sujeito para a categoria, um sujeito marcado pela fome, violação de direitos e violências, diferente dos clientes burgueses da psicologia clínica classista tradicional. Isso demanda um saber e fazer profissional que ofereça aporte para tal ação. Tendo em vista esse panorama, os órgãos regulatórios da categoria sentem a necessidade da criação de parâmetros para a atuação profissional nas políticas públicas.

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) foi criado em 2006 pelo Sistema Conselhos de Psicologia com o intuito de prezar pela qualificação profissional das psicólogas que trabalham nas políticas públicas. O CREPOP desenvolve um papel ético ao elaborar referências técnicas que alinhem o fazer profissional à garantia de direitos. Além disso, desenvolve um papel político por demarcar a presença da psicologia nas políticas públicas com direcionamento claro, visando a transformação social (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP], 2022).

Durante as décadas de 1980 e 1990 observamos a crescente inserção das psicólogas no campo de atuação das políticas públicas. Este movimento tornou urgente a ampliação e formalização das discussões acerca da prática profissional da psicologia neste campo. Pensando nisso, o Conselho Federal de Psicologia realizou movimentos importantes, envolvendo ações internas da categoria, como os Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas. Além disso, articulações foram feitas com o Estado, destacando-se a realizada no Banco Social de Serviços que teve como objetivo apresentar a psicologia aos órgãos estaduais. É nesta articulação que o CREPOP foi idealizado. Posteriormente, no V Congresso Nacional de Psicologia em 2004, foi discutido e deliberado. Em 2005 o Conselho Federal de Psicologia elaborou o relatório desta experiência, conferindo ao CREPOP a responsabilidade de identificar as práticas realizadas pela psicologia nas políticas públicas, convocando seus principais atores para a formulação de referências técnicas para a atuação profissional (CREPOP, 2022).

A criação do CREPOP foi autorizada na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), em dezembro de 2005, sendo implementado em 2006. Mas qual a relação destas referências com a formação profissional das psicólogas? Aqui, falamos também da

necessidade de uma formação que contemple a complexidade das demandas sociais (Oliveira & Paiva, 2016). E nos questionamos: os cursos de graduação em psicologia contemplam esse fazer?

Se faz necessária uma formação que contemple a análise das contradições e seus desdobramentos na materialidade das demandas atribuídas à profissão. Uma formação que parte de uma compreensão de sujeito alocado em um determinado momento histórico, político e econômico, sendo produto e produtor deste. Segundo Oliveira e Paiva (2016) o pensamento marxista muito tem a contribuir para a psicologia neste sentido. Seus fundamentos epistemológicos podem favorecer o entendimento do sujeito, assim como do contexto no qual se insere, para possibilitar o estabelecimento de objetivos, direcionamentos e técnicas. Isso implica na desnaturalização dos fenômenos sociais, compreendendo o fazer profissional como possibilidade de mediação das demandas sociais rumo à mudança das condições materiais de vida.

Capítulo IV - Método

Assim como nos traz Paulo Netto (2011), a questão do método é uma problemática central da teoria social. O presente trabalho se propõe à realização de uma análise acerca da instrumentalidade na formação e prática da psicologia brasileira. Para tanto, precisamos definir de que ponto partiremos, qual caminho trilharmos e onde pretendemos chegar. O quarto capítulo deste trabalho se destina justamente a isso. Neste capítulo realizaremos uma breve explanação acerca do Materialismo Histórico-dialético, pontuando sua contribuição para a pesquisa e produção de conhecimento na psicologia. Além disso, realizaremos um delineamento dos procedimentos de coleta e análise de informações.

Considerações acerca do método

A psicologia como ciência tem um compromisso com o tipo de conhecimento que produz e, conseqüentemente, com o tipo de prática que instrumentaliza. Compreendemos que grande parte dessa produção não se sustenta em uma perspectiva emancipadora. Muito pelo contrário, pauta-se em uma ótica incompatível com a humanização e processos dignos de vida (Guzzo, 2016). O que nos cabe sempre questionar é para quem e para quê pesquisamos: com qual objetivo concreto nossas pesquisas se alinham?

Partindo desta questão, passa a ser imperativo um redirecionamento dos fundamentos epistemológicos que orientam a produção de conhecimento na área. Assim, alinhamos os objetivos, o método e a análise com o intuito científico almejado: a mudança social. Considerando o que foi previamente exposto, o presente projeto de pesquisa se baseará no Materialismo Histórico-dialético para o processo de análise.

Aqui, nos questionamos para quê têm servido as pesquisas produzidas em psicologia, sobretudo as que utilizam recursos públicos das agências de fomento (Guzzo, 2016). Elas geram qual retorno à sociedade? Elas são traduzidas para a vida cotidiana de seus participantes? A pesquisa e a ação na realidade são desenvolvidas em conjunto?

Para Guzzo (2016) “pesquisar ou desenvolver pesquisa é atividade política, especialmente porque a pesquisa é dotada de sentido e intencionalidade” (p. 247). Ou seja, compreendemos que a pesquisa, muito mais do que o desenvolvimento de um projeto individual do pesquisador, é um instrumento político. E, por sê-lo, não comporta neutralidade ou imparcialidade. Por mais objetiva que a pesquisa seja, assim como toda produção de conhecimento, ela sempre estará alinhada à uma estratégia, a interesses éticos e políticos, mesmo que não declarados em seu desenvolvimento.

Isso se dá uma vez que a pesquisa parte de uma pergunta a ser respondida, processo que será feito sempre por determinada ótica. Assim, compreendemos como imperativo o aprofundamento teórico e inserção na realidade concreta estudada para o desenvolvimento da pesquisa. Se partimos aqui da premissa de uma produção de conhecimento comprometida com a mudança social, torna-se obrigatória a profunda investigação das raízes dos problemas sociais estudados. Para fazê-lo, a ciência marxista nos provê o aporte necessário, na revelação da ideologia que sustenta a vida cotidiana em suas raízes (Guzzo, 2016).

Assim como abordado anteriormente neste trabalho, compreendemos que a relação entre psicologia e marxismo mostra-se oportuna no delineamento metodológico da análise. Esses dois campos se afastaram ao longo de sua história, por diversas questões (Guzzo, 2016). A psicologia crítica (Hozkamp, 2016) é cunhada compreendendo que o marxismo, até então, se mostrava útil para análises sociais, políticas e econômicas, mas ainda recorria à psicanálise para as análises referentes ao sujeito. Para tanto, Hozkamp propõe a criação da psicologia crítica com o intuito de constituir-se uma psicologia marxista do sujeito.

O pensamento marxista passou - e ainda passa - por um processo de deformação que o cindiu em seu caráter histórico e dialético, como se fosse uma lógica geral de explicação dos fenômenos sociais. Isso reduziria o método à mera aplicação de leis, de um passo a passo, em contraposição ao árduo processo de análise e investigação que deve ser. Ao contrário do que se pode pensar, o pensamento marxista não sobrepõe o elemento da economia aos demais. Pelo contrário: o que se investiga é a totalidade, assim como as demais totalidades que lhe compõe. Para a construção do método, Marx parte dos conhecimentos pré-existentes, sendo essa uma característica fundamental do pensamento materialista histórico-dialético, por excelência. Ou seja, o método não nasce de abstrações postuladas como verdades a serem seguidas; tampouco de descobertas imediatas. O método de Marx resulta de um longo processo de investigação (Paulo Netto, 2011).

Cabe aqui nos debruçarmos, mesmo que brevemente, sobre a teoria. Para Marx a teoria não é compreendida como a sistematização do objeto estudado, tampouco como um compilado de enunciados. Paulo Netto (2011) nos traz que, para Marx, a teoria deve ser compreendida como uma modalidade do conhecimento, assim como a arte, o senso comum e o conhecimento mágico-religioso. Contudo, essa se difere dos demais por se tratar do conhecimento do objeto: de sua estrutura e dinâmica, em sua essência material. Podemos compreender a teoria como a representação ideal daquilo que é material, necessariamente, nesta ordem. Por meio da ação da pesquisadora, a teoria se caracteriza pela transposição do material ao pensamento humano.

Se estamos falando de produção de conhecimento científico, falamos deste movimento: da ação da pesquisadora na reprodução mental do objeto material, por meio de uma ação revestida de intencionalidade. Portanto, compreendemos que se trata de uma ação ativa e, por sê-la, não comporta neutralidade revestida de objetividade. Assim, é possível afirmar que a essência e existência do objeto independem da pesquisadora. O objetivo da pesquisadora não é criar o objeto, e sim partir da investigação para ir além de sua aparência imediata: acessar - ao máximo - sua essência. Por sua vez, a essência não é entendida como abstração do real, imutável ou etérea. Pelo contrário, ela é entendida como a estrutura e dinâmica que constitui o objeto (Paulo Netto, 2011).

Para fazê-lo, é requerido um método que possibilite tal processo. Neste percurso, instrumentos e técnicas são empregados. Esses devem ser compreendidos como meios, mediações no processo investigativo, não como o método. O método se fundamenta no processo minucioso e árduo da análise dos elementos da totalidade, localizado na realidade material, nas condições materiais de vida. Fora dessas, a análise se mostra impossibilitada (Paulo Netto, 2011). Mas como, de fato, se dá este método?

Começa-se pelo real, pelo concreto, pelo que está dado. Partindo disso, é realizado o esforço da pesquisadora de transpô-lo ao pensamento, no processo de análise. É por meio desta capacidade de abstração que se opera o método, compreendida como o ato de extrair um elemento da totalidade - sem cindi-lo dessa - e examiná-lo em sua estrutura e dinâmica de suas determinações. Por meio do conhecimento concreto de suas determinações, conheceremos também o objeto. Aqui, é necessário um processo inverso: estudar o mais complexo para compreender o mais simples; partir da análise do sistema mais desenvolvido para seu estado anterior; partir do atual para compreender o passado. Ou seja, "é o presente, pois, que esclarece o passado" (Paulo Netto, 2011, p.48).

Partindo dos fundamentos materialistas, históricos e dialéticos, realizamos uma análise crítica do contexto e do fenômeno estudado em sua integridade. Partir de uma perspectiva crítica de análise significa vestir-se de certa quantia de ceticismo teórico, assim como implica em um engajamento político. Para fazê-lo partimos, essencialmente, dos conceitos de: (1) totalidade, como a "unidade de forças opostas" (Guzzo, 2016, p. 250); (2) a vida cotidiana, compreendida a partir das mediações e estruturas complexas que a compõe; e (3) a dialética, conceito revelador das contradições.

Em resumo, o método marxista parte do processo de análise que se utiliza das categorias de totalidade, contradição e mediação. É por meio dos sistemas de mediação que regulam as dinâmicas dos elementos da totalidade que compreenderemos as contradições criadas por essas

e, portanto, conheceremos a totalidade. Tudo isso feito, como dito anteriormente, com uma ótica acerca do objeto e da pesquisadora bem estabelecida (Paulo Netto, 2011).

Assim, como propomos uma postura crítica, compreendemos que o método marxista não nos traz respostas imediatas e de fácil acesso. Muitas dificuldades são encontradas, principalmente pela compreensão complexa acerca da totalidade e sua árdua apreensão. Para melhor nos aproximarmos de uma análise dessa, é necessária a escolha cuidadosa dos instrumentos utilizados na pesquisa. Contudo, não podemos correr o risco de emboscar em uma perspectiva fatalista. Para superar as dificuldades encontradas podemos buscar caminhos pelo fortalecimento por meio da práxis (Guzzo, 2016).

Fontes de informação

No presente trabalho, os tipos de documentos e, portanto, as fontes de informação selecionadas, foram: (1) as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em psicologia em vigência no momento atual; (2) a Minuta do CFP referente às novas Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em psicologia já aprovadas, e regulamentadas em outubro de 2023 (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023); (3) As recomendações para as práticas e estágio remotos em psicologia no contexto pandêmico, produzidas pelo CFP; (4) O Código de Ética Profissional da Psicologia; e (5) uma seleção de 3 Referências Técnicas elaboradas pelo CREPOP/ CFP.

As Referências Técnicas a serem utilizadas neste trabalho foram selecionadas levando em consideração os objetivos desta pesquisa. Atualmente, existem com 33 produções publicadas pelo CREPOP/ CFP, sendo 24 dessas identificadas como Referências Técnicas. Para realizar a seleção destes materiais, utilizamos um critério de adequação à área de estudo do grupo de pesquisa no qual este trabalho está sendo desenvolvido. Ou seja, foram selecionadas 3 Referências Técnicas que se destinam à atuação da psicologia na escola e espaços que dividem o cuidado dos estudantes: políticas de assistência social e saúde pública, conforme a Figura 2.

Figura 2:
Fontes de informação

#	Documento	Ano de publicação	Órgão responsável
1	Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	2013	CREPOP
2	Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica	2019	CREPOP
3	Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	2020	CREPOP
4	Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011)	2011	Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação & Câmara de Educação Superior
5	Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023)	2023	CNE
6	Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações	2020	CFP
7	Código de Ética	2005	CFP

Fonte: Autoria própria

Procedimentos

Por se tratar de um trabalho que parte da análise de documentos escritos, foi realizada uma pesquisa de caráter documental. Como nos elucida Cellard (2012), o documento, como fonte de informação, carrega consigo uma dimensão temporal. Ou seja, o documento possibilita o acesso à história. Além disso, ele é imutável, eliminando possibilidades de interferências de agentes de pesquisa e não podendo ser exigido de comunicar algo diferente daquilo que comunica. Mas, de fato, o que é um documento? Para Cellard (2012), “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado documento ou fonte” (p.296).

Para realizar uma análise documental, alguns procedimentos devem ser seguidos. Primeiramente, o documento a ser utilizado precisa ser selecionado, partindo de sua pertinência,

credibilidade e representatividade. Além disso, algumas outras preocupações prévias devem ser tomadas, como o entendimento de que tipo de documento falamos: arquivos públicos, documentos públicos não arquivados; arquivos privados; ou documentos pessoais.

Escolhido o documento, passa a ser necessária uma análise preliminar. Esta etapa do procedimento exprime um exame crítico do material, levando em consideração o contexto, os autores, a autenticidade e a confiabilidade, sua natureza, os conceitos-chave e sua lógica interna. Primeiramente, precisamos analisar o contexto no qual o documento foi elaborado: a conjuntura política, histórica, econômica, social e cultural de sua produção. Compreendemos ser fundamental compreender o contexto no qual este material emerge, pois o concebemos como uma produção material historicamente localizada. Contudo, não podemos atribuir a instâncias generalizadas e abstratas os interesses de uma produção material. Portanto, é necessário olharmos atentamente para quem o produziu, identificando seus interesses e motivos na elaboração desse documento, seja individual, coletivo, pessoal ou institucional (Cellard, 2012).

Além disso, devemos nos atentar à autenticidade e à confiabilidade do texto, partindo da análise de sua procedência e a qualidade da informação transmitida. Outra característica fundamental a ser considerada, é a natureza do documento analisado, tratando-se de uma produção jurídica, médica, científica ou histórica, a natureza, a qualidade que sustenta o instrumento e as diversas formas que adquire.

Ou seja, devemos nos atentar aos conceitos-chaves e à lógica do texto. Compreendendo em que momento e local histórico o documento foi produzido, é necessário buscar o sentido dos termos utilizados no texto, passíveis de múltiplas traduções, interpretações e mudanças ao longo da história. O processo de análise consiste em reunir todas estas partes, elaborando uma interpretação oportuna.

Tendo em mente que este trabalho caracteriza-se por uma pesquisa documental de caráter qualitativo, avaliamos que devemos desprender de instrumentos que favoreçam e facilitem o processo de análise. Foi utilizado o *software Atlas.ti*, sendo este uma ferramenta de análise criada para facilitar a produção de conhecimento, em especial as pesquisas que trabalham com dados qualitativos e subjetivos. O *software* não realiza a análise para o pesquisador. Muito pelo contrário, essa tarefa contínua é dever do agente de pesquisa. Contudo, o *Atlas.ti* possibilita uma maior visibilidade das informações e, sobretudo, o estabelecimento de uma estratégia de análise sistemática (Walter & Bach, 2015).

Para o processo de análise, Bandeira-de-Mello (2006) nos traz quatro princípios norteadores do *Atlas.ti*: (1) visualização, pelo gerenciamento facilitado das informações sem a perda do contato o pesquisador; (2) integração dos elementos que constituem o material de

análise em um projeto sistematizado; (3) casualidade, pela descoberta de insights sem sua busca intencional; e (4) exploração, pelo processo facilitado de insights pela integração dos elementos constitutivos do material.

Por sua vez, os elementos constitutivos do *software* devem ser apresentados. A Unidade Hermenêutica refere-se ao projeto como um todo, que reúne os documentos primários - fontes de informação - formando uma unidade. Partindo destes documentos, são selecionadas as citações, segmentos da informação que representam um código. Os códigos são conceitos norteadores da análise da pesquisadora, podendo se associar a citações e a demais códigos. Ao longo do processo de análise, a pesquisadora pôde realizar notas, que passaram a construir um histórico da pesquisa, com as inferências nas determinadas etapas de seu desenvolvimento. Além das notas, a pesquisadora pôde, também, realizar comentários com informações relevantes ao processo de análise. Por fim, foram gerados esquemas gráficos com a sistematização do trabalho realizado por meio dos demais elementos constitutivos do *software*. Esses elementos auxiliaram a visualização das informações, possibilitando uma análise mais esclarecida e profunda (Walter & Bach, 2015).

No presente trabalho, os códigos utilizados no *software Atlas.ti* foram estabelecidos em duas etapas, com uma lista de elementos previamente elencados que foram somados, fundidos ou subtraídos a demais elementos encontrados no momento de análise, elencando citações dos documentos que as representam. Por fim, os códigos levados em consideração para esta análise foram: dimensão ético-política; dimensão teórico-metodológica; dimensão técnico-operativa; ética deontológica; instrumentalidade; e intencionalidade. Compreendendo haver um necessário cuidado na busca por tais códigos, foi realizado um trabalho de definição teórica - conforme a Figura 3 - de cada um dos conceitos buscados, visando ampliar as possibilidades de maior apuração e congruência na coleta e análise das informações.

É a partir delas que compreendemos a presença ou não de instrumentalidade em psicologia nas Diretrizes Curriculares e nas Referências Técnicas selecionadas. Partindo dessa categorização, o *software* realizou o cruzamento das ocorrências de códigos. Essas visualizações facilitam as informações, e nos propiciou ferramentas para analisar a aproximação ou distanciamento entre a formação e a prática profissional em psicologia.

Figura 3:
Definições teóricas dos códigos

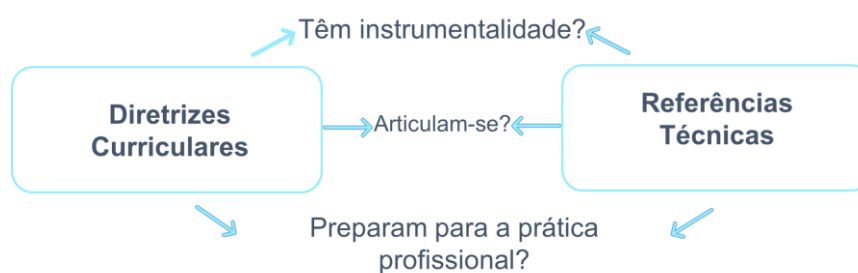
Conceitos	Definição	Palavras chaves
Instrumentalidade	Instrumentalidade pode ser definida como capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, por meio de um processo sócio-histórico. Este processo desenvolve um modo de ser da profissão no confronto entre condições objetivas (produção material da sociedade/ realidade material) e condições subjetivas (escolhas dos sujeitos, qualificação e competência, preparo técnico etc.) do exercício profissional (Guerra, 2000). Contudo, para a autora (2014), a instrumentalidade só é atribuída aos meios e técnicas pelo exercício do trabalho, na conversão dos meios em instrumentos no pôr teleológico.	Instrumentalidade; modo de ser da profissão; emprego de instrumentos no atendimento de objetivos; teleologia.
Intencionalidade	A intencionalidade, como categoria de análise, pode ser entendida como o direcionamento da ação profissional. Muito mais do que o objetivo imediato da ação, diz respeito à intenção final, o propósito maior que guia o fazer profissional. A intencionalidade perpassa pelas escolhas teóricas, metodológicas e éticas, mas as ultrapassa, sendo necessário superar o pragmatismo e assumir uma postura que não gera contradições entre o dizer e o agir, a cisão entre a teoria e a prática. É esta categoria que guia a intervenção profissional, embasando suas escolhas (Falla Ramírez, 2017).	Intencionalidade; direção; propósito
Ética Deontológica	O conjunto de deveres a ser seguido em relações sociais, em especial, as de caráter profissional. Assim, a deontologia se refere ao conjunto de normas a serem seguidas pelos profissionais ao estabelecerem relações com seus clientes e colegas de trabalho, sistematizados na modernidade, nos códigos de ética profissionais (Passos, 1993)	Ética; deveres; normas profissionais; regras.
Dimensão teórico-metodológica	Integração entre teoria e prática, sendo a teoria um constante processo de reconstrução da realidade. A apreensão da realidade é mediada pela teoria e a ação mediada pela prática, possibilitando o entendimento do fenômeno em sua totalidade e atuando diretamente nas contradições (Costa, 2018).	Dimensão teórico-metodológica; teoria; prática; lente teórica; método.
Dimensão ético-política	Compreensão acerca das contradições que cerceiam o fazer profissional. Elucida o direcionamento das ações (a intencionalidade) na escolha do método (Costa, 2018).	Dimensão ético-política; ética; política; intencionalidade; objetivos; direcionamento.
Dimensão técnico-operativa	Instrumentos, técnicas e procedimentos empregados no trabalho como mediação das demandas sociais. Os instrumentos são escolhidos conforme a DTM e direcionados pela DEP (Costa, 2018).	Dimensão técnico-operativa; instrumentos; técnicas; procedimentos; mediações das demandas sociais; intervenção.

Fonte: Autoria própria

Cabe ressaltar, aqui, que a busca por esses conceitos foi realizada de modo a evitar ocorrências vazias de conteúdo. Ou seja, quando o termo procurado foi apresentado em títulos ou nome de documentos mencionados, essa ocorrência foi ignorada. Um exemplo desse procedimento pode ser encontrado com grande facilidade na análise do documento Código de Ética Profissional da Psicologia, no qual o termo “ética” foi ignorado todas as vezes que aparecia como integrante da nomeação do referido documento, quando mencionado no corpo de texto. Outro cuidado tomado nesta etapa foi o de excluir trechos específicos dos documentos de Diretrizes Curriculares Nacionais referentes à licenciatura em psicologia, uma vez que essa é, nas normativas atuais, uma parte opcional da formação, com conteúdos específicos que não se mostram abrangentes a toda categoria profissional da categoria.

Os códigos foram desenvolvidos, escolhidos e selecionados tendo em mente conceitos chaves trazidos pelo arcabouço teórico-metodológico acerca do tema de instrumentalidade, como temas chaves para seu entendimento. Esse processo foi desenvolvido pela pesquisadora em momentos de orientação, em uma troca dialética em busca de categorias de análises funcionais para o presente trabalho.

Figura 4:
Análise das informações



Fonte: Autoria própria

Assim, compreendemos que a utilização do *software Atlas.ti* foi proveitosa no presente trabalho, por possibilitar comparações entre documentos e facilitar a visualização das informações qualitativas coletadas (Walter & Bach, 2015). Por meio dessa análise, encontramos evidências de instrumentalidade nas fontes de informação, bem como ampliamos a discussão sobre a mesma em psicologia. Esperamos que a pesquisa possa mostrar semelhanças e diferenças entre a formação e a prática profissional em psicologia, contribuindo para a discussão sobre o papel da formação básica e continuada. Por fim, esperamos que a pesquisa promova

reflexões sobre os rumos ético-políticos da profissão, tendo como diretriz a construção de uma psicologia brasileira, latino-americana e socialmente envolvida.

Por se tratar de uma temática pouco explorada pela categoria, compreendemos que os resultados e análises emergentes desta pesquisa possam contribuir com a produção de conhecimento científico na área. Tratando-se de uma pesquisa realizada com o apoio de uma bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), este alinha-se com os objetivos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) ao passo que intenciona produzir conhecimentos relevantes para a área, uma vez que encontramos uma lacuna nesta discussão nas produções disponíveis na psicologia (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação [MCTI], 2020).

Além disso, esta pesquisa realiza reflexões sobre a formação e prática profissional. Ao apresentar o conceito de instrumentalidade, como base para esta discussão, intencionamos fortalecer e fomentar os processos de tomada de decisão e regulamentação de normativas profissionais e educacionais. Assim, alimenta-se a busca por melhoria das condições de preparo profissional das psicólogas brasileiras no exercício de suas funções frente às demandas atribuídas socialmente à categoria. Pensar, fomentar, instrumentalizar e construir normativas que visem a melhoria e adequação à realidade brasileira das categorias profissionais, são práticas diretamente relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Especialmente tratando-se de uma profissão atuante na área da saúde (MCTI, 2020).

Portanto, esta pesquisa se alinha com o caráter prioritário estabelecido à produção de conhecimento científico na área de tecnologias para qualidade de vida, especificamente na área da saúde (MCTI, 2020).

Capítulo V - Resultados e Análise

Observamos que cada documento tem um número de páginas, formatação e diagramação variáveis, assim como a presença ou ausência de imagens, referências e demais elementos. Assim, compreendemos que não seria possível comparar a representatividade dos códigos nos documentos, por meio do número de ocorrências, segundo versão do Atlas.ti. Pensando nisso, optamos por realizar esta análise pelo percentual de representatividade de cada código dentro de cada documento, conforme exposto nas figuras e tabelas a seguir. Primeiramente, abordaremos, com a Tabela 1, os números de ocorrências identificados de cada código em cada documento selecionado.

Tabela 1:

Número de ocorrências de códigos encontrados nos documentos selecionados

Códigos	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	TOTAL
Dimensão ético-política	4	22	33	6	21	2	20	108
Dimensão teórico-metodológica	4	9	10	12	26	3	5	69
Dimensão técnico-operativa	5	21	20	8	15	11	10	90
Ética Deontológica	4	19	33	4	16	8	50	134
Instrumentalidade	0	2	2	1	1	0	0	6
Intencionalidade	4	5	2	2	1	3	1	18
Dimensão ético-política	21	78	100	33	80	27	86	425

Fonte: Autoria própria

Legenda:

D1: Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;

D2: Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica;

D3: Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência;

D4: Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011);

D5: Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023);

D6: Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações;

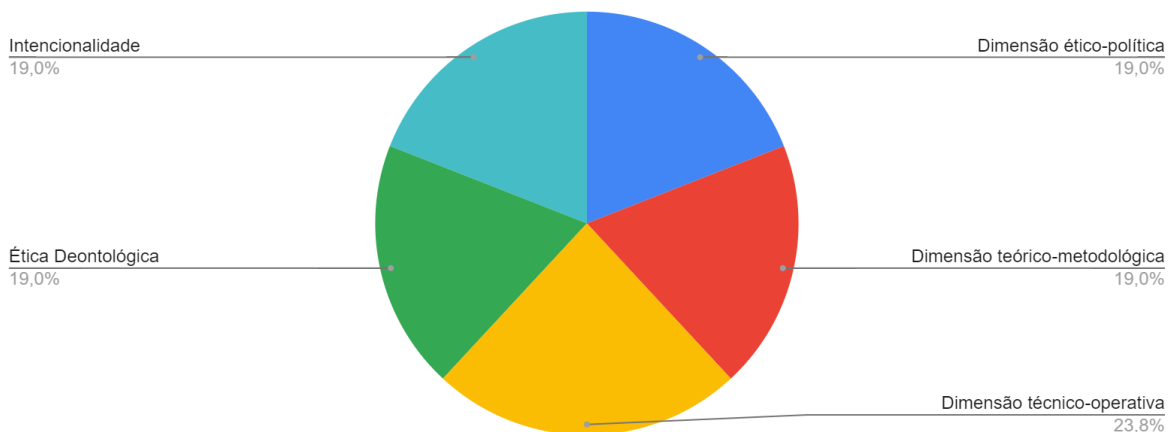
D7: Código de Ética do Psicólogo.

Essa tabela nos mostra que o código que teve maior número de ocorrência nos documentos foi o de “Dimensão ético-política”, mais presente no documento Ética Profissional do Psicólogo. Além disso, outra informação relevante é a baixa frequência identificada acerca do código “instrumentalidade”. Da mesma forma, o código de “intencionalidade” apresentou baixo nível de ocorrência quando comparado com os demais. Essas informações acarretam em uma pré-definição das discussões a serem aqui realizadas: todas as sistematizações das informações referentes aos códigos de “instrumentalidade” e “intencionalidade” têm como base baixos níveis de ocorrência, o que impacta diretamente na forma como os dados foram computados. A seguir, apresentaremos as proporções de representatividade dos códigos identificados separados por documentos, iniciando pela Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Figura 5:

Proporção de ocorrência de códigos no documento Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

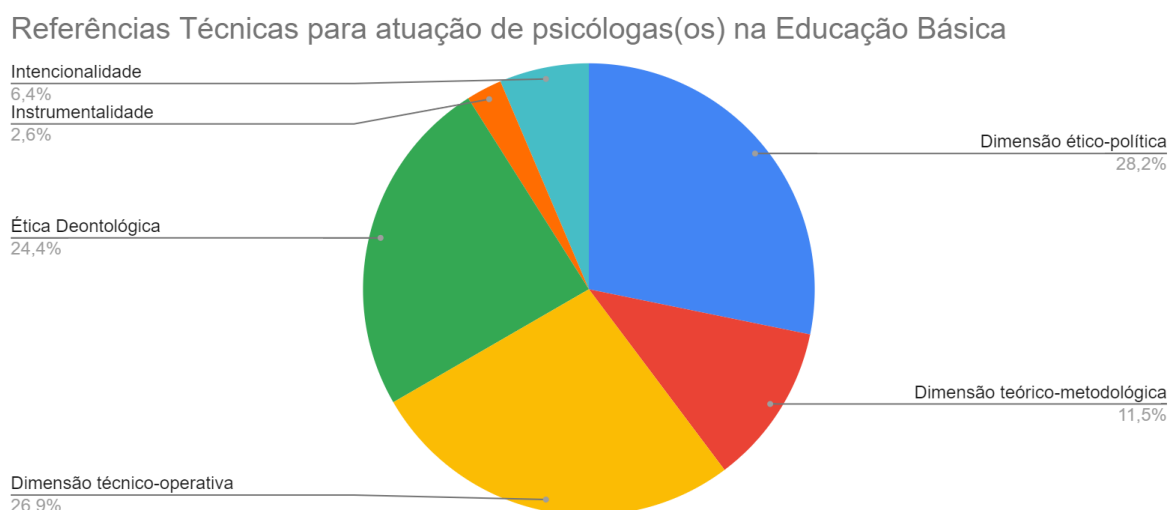


Fonte: Autoria própria

Conforme exposto na Figura 5, com relação às ocorrências dos códigos nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, observamos que: a identificação do código referente à dimensão ético-política, à dimensão teórico-metodológica, à ética deontológica e à intencionalidade, corresponderam, cada uma, a 19%. Já a dimensão técnico-operativa correspondeu a 23% e a instrumentalidade 0%.

Na pesquisa realizada com as Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, há uma maior identificação de informações relacionadas à dimensão técnico-operativa do trabalho, quando comparada aos demais códigos analisados. Em seguida, observamos a identificação equilibrada da dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política e a intencionalidade. Já a instrumentalidade, não foi identificada de forma explícita no referido documento. A seguir, apresentamos, na Figura 6, a proporção de ocorrência dos códigos nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica.

Figura 6:
Proporção de ocorrência de códigos no documento Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica



Fonte: Autoria própria

Conforme exposto na Figura 6, com relação às ocorrências dos códigos nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica, foi evidenciado que há uma maior identificação de informações relacionadas à dimensão ético-política do trabalho (28,2%) quando comparada aos demais códigos analisados, mas também conta com uma predominância da dimensão técnico-operativa (26,9%). A ética deontológica (24,4%) é identificada como terceira maior percentagem, seguida da dimensão teórico-metodológica (11,5%). Em seguida, identificamos a intencionalidade (6,4%) e a instrumentalidade (2,6%).

Esse documento, publicado em 2019, diz respeito à segunda edição das referências técnicas para a atuação da psicologia na educação básica. No mesmo ano, foi aprovada a Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a inclusão da psicologia e do serviço social nas escolas públicas

de educação básica no Brasil. É importante ressaltar que este não foi um processo tranquilo. O projeto de lei que dispunha sobre essa proposta foi vetado pelo então presidente da república, mesmo tendo sido aprovado pela Câmara dos Deputados. O processo de aprovação, de fato, só foi possível pelas mobilizações realizadas pelo Conselho Federal de Psicologia, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia e o Congresso Nacional (CFP, 2019b).

Em 2019, no primeiro mês do mandato, o presidente da república assinou decreto que flexibiliza normas e facilita posse de armas¹⁰. Esse ano ainda foi marcado pelo rompimento de uma barragem de uma mineradora¹¹, tiroteio em uma escola na cidade de Suzano¹², aumento significativo no índice de queimadas no país¹³, e, em dezembro, a Organização Mundial da Saúde reportou mais de 40 casos de infecção respiratória por um novo vírus, na cidade de Wuhan, na China, que se tornaria a pandemia de Covid-19 (BBC, 2020).

Tendo em vista todo o cenário apresentado, compreendemos os dados encontrados no documento aqui analisado, entendendo que as discussões sobre ética e a política no fazer profissional da psicologia mostram-se presentes de maneira expressiva. Para combater discussões e pautas que disseminavam diversos tipos de violência, não é de se admirar que as produções oficiais da área da psicologia se preocupem em defender uma ação ética por parte das profissionais da categoria. Ou seja, a porcentagem dos códigos referentes a essas temáticas, nesse documento, retrata o momento histórico vivenciado na realidade brasileira, abordando, na produção técnica, os principais temas debatidos. A seguir, apresentamos, na Figura 7, a

¹⁰ O texto publicado realizou modificações no decreto de 2004 - Governo Lula - que regulamenta o Estatuto do Desarmamento, apesar de consulta pública realizada em 2004, assim como estudos divulgados em 2018, constataram que a maioria populacional brasileira considera que a posse de arma de fogo deveria ser proibida (Mazui & Barbiéri, 2019).

¹¹ Barragem da Empresa Vale foi rompida na cidade de Brumadinho, deixando 270 mortos e outros desaparecidos. Ao fazê-lo os rejeitos de mineração foram despejados pela ampla região, destruindo estruturas, soterrando áreas e deixando o solo contaminado. Antes do ocorrido, foi avaliado um problema na estrutura da barragem, mas a empresa responsável pela vistoria autorizou a continuidade das atividades por conta do retorno financeiro. Passados quatro anos, ainda é recomendado que a água da região - Rio Paraopeba - não seja ingerida nem utilizada para demais fins, por conta da contaminação (Mansur, 2023).

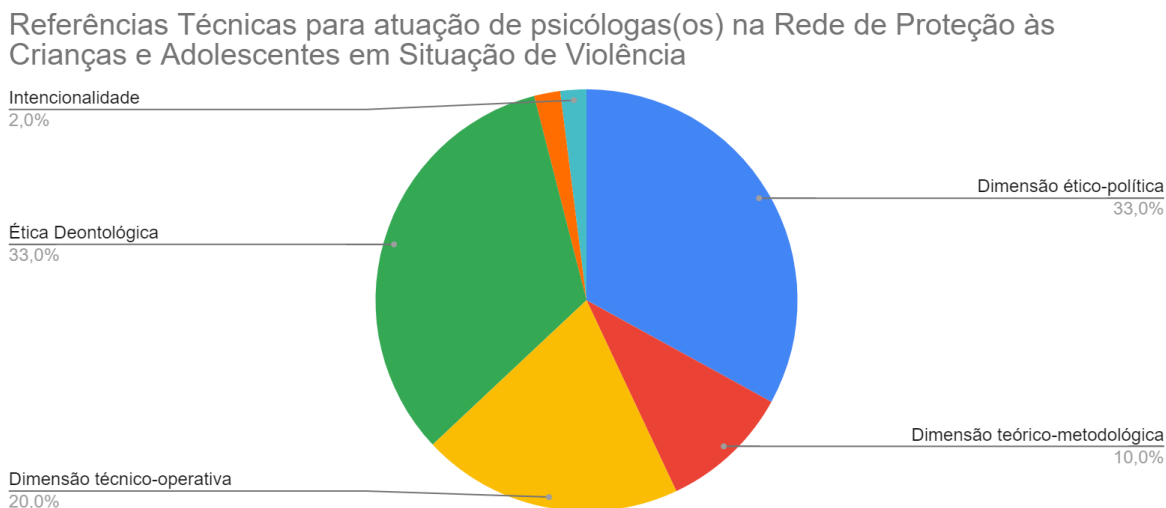
¹² Em março de 2019, dois homens entram em uma escola na cidade de Suzano (SP) com armas de fogo, deixando sete pessoas mortas, contando com os próprios atiradores. Ambos eram ex-alunos da referida unidade escolar (G1, 2019).

¹³ Estudos constataram um aumento de 82% no índice de queimadas no país, quando comparado ao ano anterior. No dia 19 de agosto as regiões de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná relataram um evento no qual “o dia virou noite” às três horas da tarde. O escurecimento do céu se deu por conta de uma frente fria que trouxe as fumaças originadas nas queimadas da floresta amazônica. Cabe ressaltar que foi constatado que essas queimadas mencionadas foram de origem humana, causadas pela prática proposital humana e não por condições climáticas (Dantas, 2019).

proporção de ocorrência dos códigos nas Referências para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência.

Figura 7:

Proporção de ocorrência de códigos no documento Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência



Fonte: Autoria própria

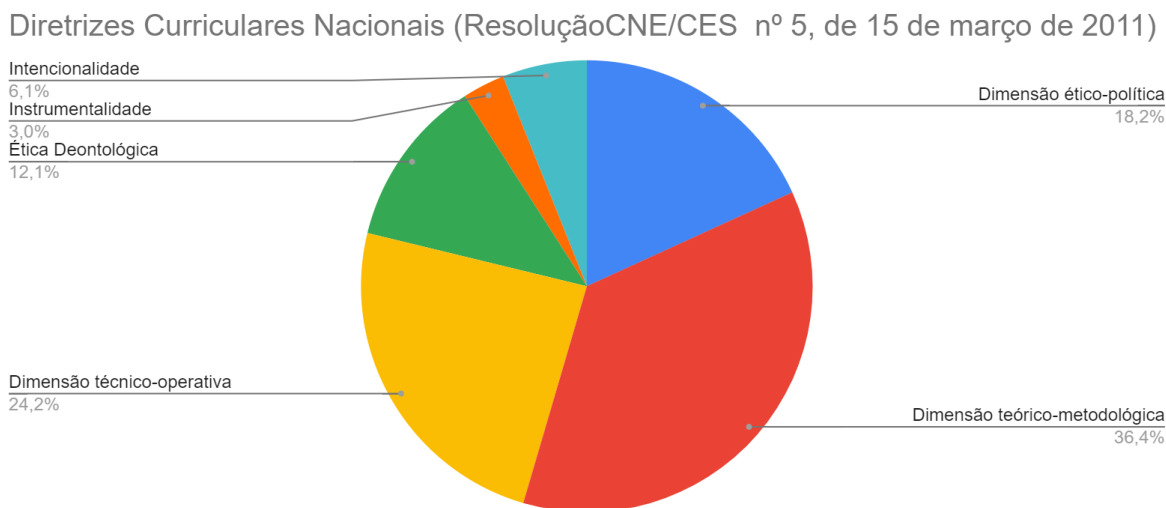
Na Figura 7 compreendemos que, nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, foi identificada uma presença expressiva dos códigos referentes à dimensão ético-política (33%) e à ética deontológica (33%), seguidas pela dimensão técnico-operativa (20%). Já a dimensão teórico-metodológica (10%) foi identificada com menor presença, seguida pela instrumentalidade (2%) e a intencionalidade (2%).

Aqui, compreendemos que o conteúdo deste documento centra-se em pautas relacionadas à ética e ao fazer profissional da psicologia, sobrepondo-se aos fundamentos teórico-metodológicos da prática¹⁴. A seguir, apresentamos, na Figura 8, a proporção de ocorrência dos códigos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011).

¹⁴ Esse documento foi publicado pelo CREPOP/CFP no ano de 2020, sendo que, em janeiro, é reportada a primeira morte causada pelo novo coronavírus. No final deste mês, a Organização Mundial de Saúde decreta estado de emergência de saúde internacional, orientando movimentações de combate à doença causada pelo novo coronavírus que se espalhava rapidamente pelos países, tendo alta taxa de mortalidade, assim como gerando problemas de sobrecarga dos sistemas de saúde pelo alto número de internações (Dantas, 2020) sendo que, passados dois meses, a doença adquiriu caráter de pandemia.

Figura 8:

Proporção de ocorrência de códigos no documento Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011)



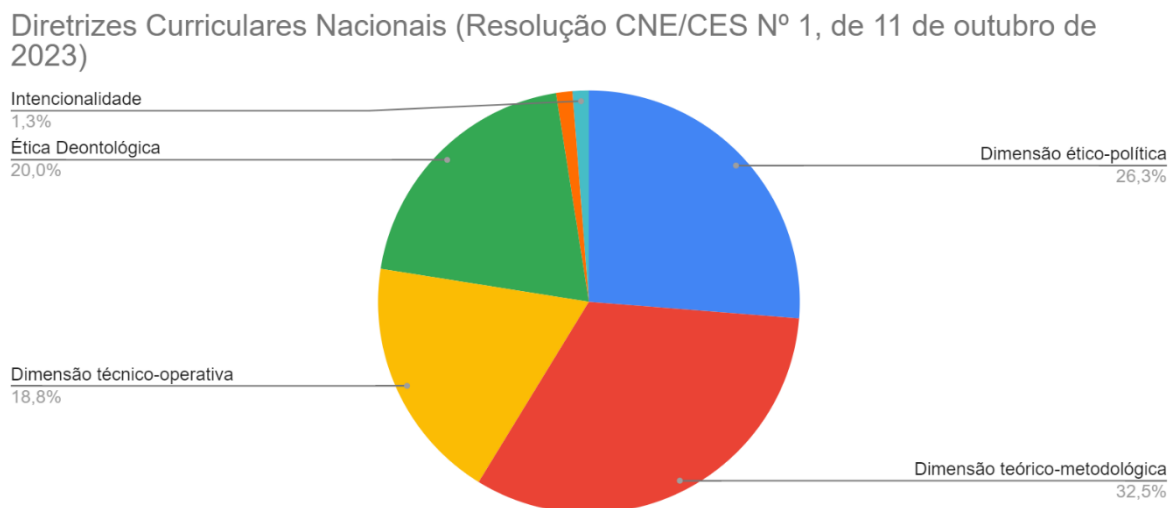
Fonte: Autoria própria

Na Figura 8 observamos que, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011), foi identificada a predominância da dimensão teórico-metodológica (36,4%) quando comparada com os demais códigos analisados neste documento. A dimensão técnico-operativa (24,2%) foi identificada com a segunda maior presença, e a dimensão ético-política (18,2%) com a terceira, seguidas da identificação da ética deontológica (12,1%), intencionalidade (6,1%) e instrumentalidade (3%).

Este documento foi publicado em 2011. Neste ano, Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) iniciava seu primeiro ano na presidência do Brasil, caracterizado por um governo de esquerda, focado na criação e implementação de políticas públicas voltadas à igualdade social. Um acontecimento marcante deste ano ocorreu em 7 de abril, o, posteriormente denominado, Massacre de Realengo, evento no qual um ex-aluno de uma escola no Rio de Janeiro matou onze crianças e cometeu suicídio após o ato. Em carta, o jovem relatou ter sofrido preconceito na escola (Bernardo, 2021). Seguindo o mesmo processo apresentamos, a seguir, os resultados obtidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023), na Figura 9.

Figura 9:

Proporção de ocorrência de códigos no documento Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023)



Fonte: Autoria própria

Na Figura 9 observamos que, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023), foi identificada com maior presença a dimensão teórico-metodológica (32,5%). Em segundo lugar, foi identificada a dimensão ético-política (26,3%) e, logo em seguida, a presença da ética deontológica (20%). Em quarto lugar foi identificada a dimensão técnico-operativa (18,8%), e, empatadas por último, a instrumentalidade (1,3%) e a intencionalidade (1,3%).

Esse documento foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação e, posteriormente, publicado no ano de 2022. Assim como pudemos observar na Figura 10, quando comparado com as informações levantadas acerca das DCNs de 2011, esse documento demonstra um aumento no percentual encontrado dos códigos referentes à ética deontológica e à dimensão ético-política do trabalho. A proposta inicial de reformulação das DCNs foi publicada em forma de relatório pelo Conselho Federal de Psicologia, detalhando todo o processo de sua elaboração até então (CFP, 2018)¹⁵.

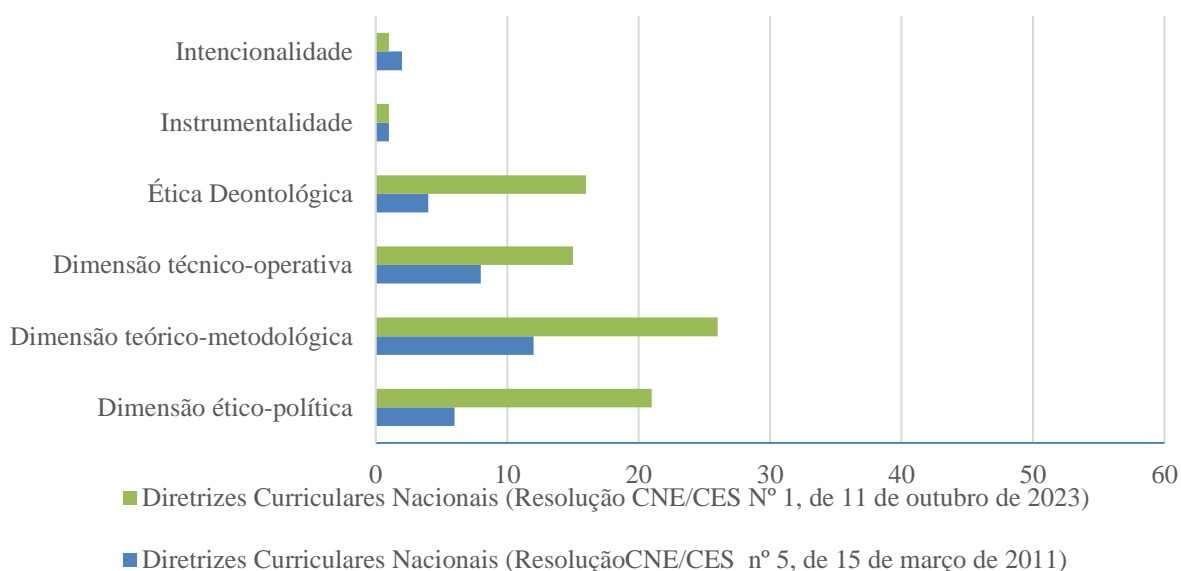
Assim como discutimos sobre o momento histórico de 2019, e seus possíveis reflexos

¹⁵ No ano de 2016 a então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, sofreu um processo de Impeachment, por meio do qual foi afastada do cargo. No ano de 2018, portanto, quem presidia o país era Michel Temer (Agência Senado, 2016), posteriormente incluído em inquérito que apurava casos de corrupção, denominada Operação Lava Jato (Ramalho, 2018). Nesse mesmo ano, ocorreu o assassinato da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro. O assassinato ocorreu no dia 14 de março, quando a vítima voltava para sua casa de um evento do qual participara. De dentro do carro, a vereadora e o motorista que a levava - Anderson Pedro M. Gomes - foram atingidos por nove tiros disparados de um carro ao lado, direcionados à Marielle, que se encontrava no banco de trás do veículo (Lemos & Kawaguti, 2018).

nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica, no momento histórico de 2018, essa problemática era ainda crescente, e as questões sobre direitos humanos, pautas identitárias e embates políticos passaram a ganhar espaço nos campos de debate. Compreendendo as informações até aqui apresentadas, demonstramos, na Figura 10, o comparativo das informações abordadas nas Figuras 8 e 9.

Figura 10:

Comparativo de proporção de ocorrência de códigos nos documentos Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023) e Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011)



Fonte: Autoria própria

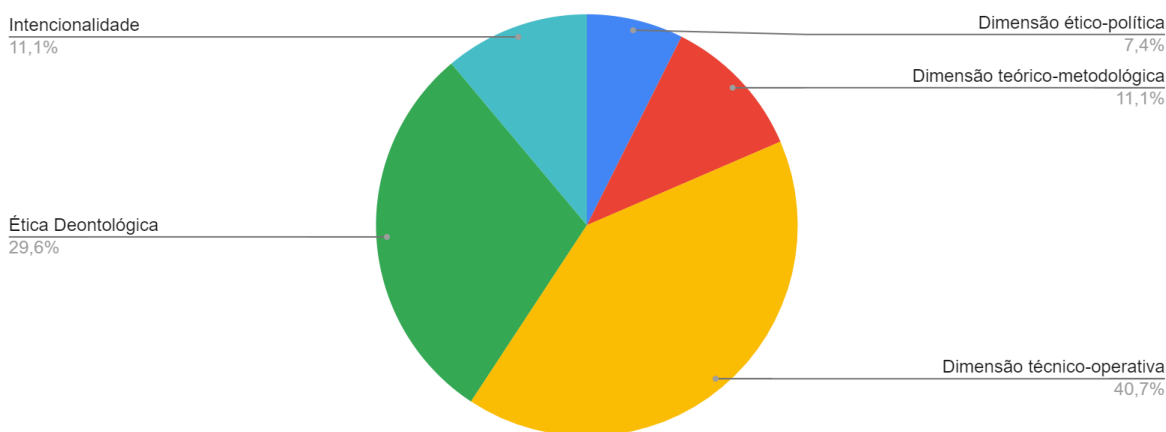
Portanto, conseguimos compreender o avanço nas discussões acerca de ética e política nas produções oficiais da categoria profissional. A preocupação em mencionar tal debate cresce de forma notória, mas ainda observamos uma falta de preocupação em definir melhor o que se entende por uma atitude ética ou qual é a ligação da psicologia com a política. Além disso, observamos que não fica explícito qual é o projeto societário da categoria. Pensando em tudo que foi exposto até aqui, consideramos que o projeto societário da psicologia deveria ficar explícito em seus documentos regulatórios para guiar a formação, ação e fiscalização profissional. Essa discussão estaria muito mais pautada na intencionalidade da categoria, ligada ao seu papel na sociedade brasileira. Contudo, como podemos observar na Figura 10, o código de intencionalidade foi encontrado pouquíssimas vezes nos referidos documentos. A seguir,

apresentamos, na Figura 11, a proporção de ocorrência dos códigos no documento Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações.

Figura 11:

Proporção de ocorrência de códigos no documento Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações

Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações



Fonte: Autoria própria

Na Figura 11, observamos que, no documento de Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações, a identificação da dimensão técnico-operativa (40,7%) mostrou-se, de forma mais expressiva na totalidade do documento, quando comparado aos demais códigos levantados. Em segundo lugar, identificamos a presença da ética deontológica (29,6%). Em terceiro lugar identificamos a presença equiparada da dimensão teórico-metodológica (11,1%) e a intencionalidade (11,1%). Em seguida, observamos a presença da dimensão ético-política (7,4%) e, por último, a instrumentalidade (0%).

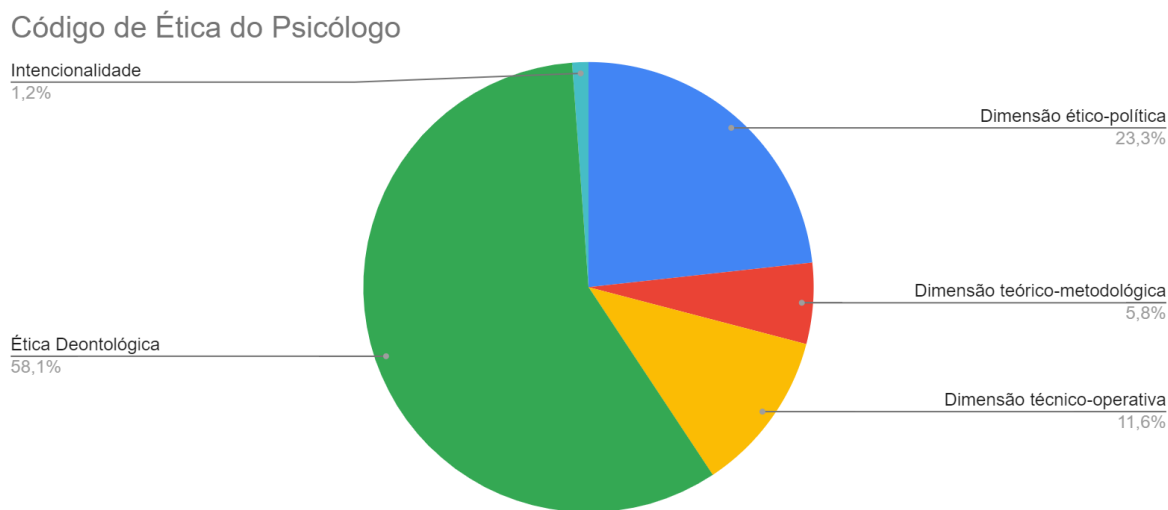
Alterando o movimento que vínhamos observando nos documentos produzidos em 2019 e 2022, as questões de ordem política e ética não foram encontradas de forma preponderante nesse documento publicado em 2020¹⁶. Preocupado em falar sobre a prática profissional, esse documento demonstra um maior percentual de discussões acerca da dimensão técnico-operativa, quando comparado às demais referências técnicas aqui estudadas. Podemos compreender essa informação pelo entendimento do sentimento de insegurança causado pelas mudanças estruturais na formação de psicólogas brasileiras, em função da pandemia. Muito

¹⁶ Ano marcado pelo início da pandemia de Covid-19.

mais preocupado em “como fazer”, o documento em questão parece responder às demandas da categoria daquele momento, na busca por alternativas de ação. A seguir, apresentamos, na Figura 11, a proporção de ocorrência dos códigos no documento Código de Ética do Psicólogo.

Figura 12:

Proporção de ocorrência de códigos no documento Código de Ética do Psicólogo



Fonte: Autoria própria

Na Figura 12, observamos que, no Código de Ética do Psicólogo, há uma presença expressiva da identificação do código referente à ética deontológica (58%). Em segundo lugar, foi identificada a dimensão ético-política (23,3%), em terceiro a dimensão técnico-operativa (11,6%), em quarto lugar a dimensão teórico-metodológica (5,8%), em quinto a intencionalidade (1,2%) e, por último, a instrumentalidade (0%).

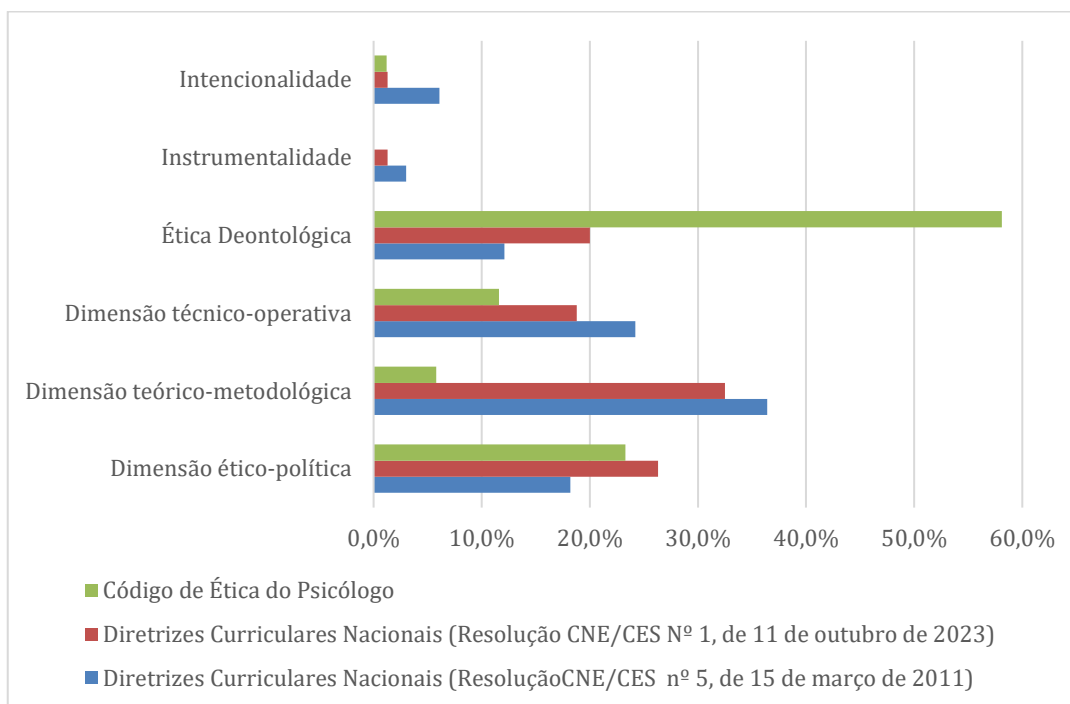
Esse é o terceiro código de ética profissional da psicologia, o qual foi publicado no ano de 2005¹⁷ e é utilizado até os dias atuais. Quando contrastamos os resultados encontrados nos documentos referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia, observamos um cenário interessante.

A seguir, apresentamos, na Figura 13, um comparativo dos códigos encontrados nos dois documentos referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais (2011 e 2023) e o Código de Ética do Psicólogo (2005).

¹⁷ Nesse ano o Brasil foi presidido por Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), estando no terceiro ano de seu primeiro mandato, caracterizando-se como um governo de esquerda aliado a pautas sociais. Um dos principais marcos desse governo foi a criação do Bolsa Família, pela Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, uma política pública de transferência de renda (Brasil, 2004).

Figura 13:

Comparativo da proporção de ocorrência dos códigos encontrados nos documentos Código de Ética do Psicólogo, Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023) e Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº5, de 15 de Março de 2011)

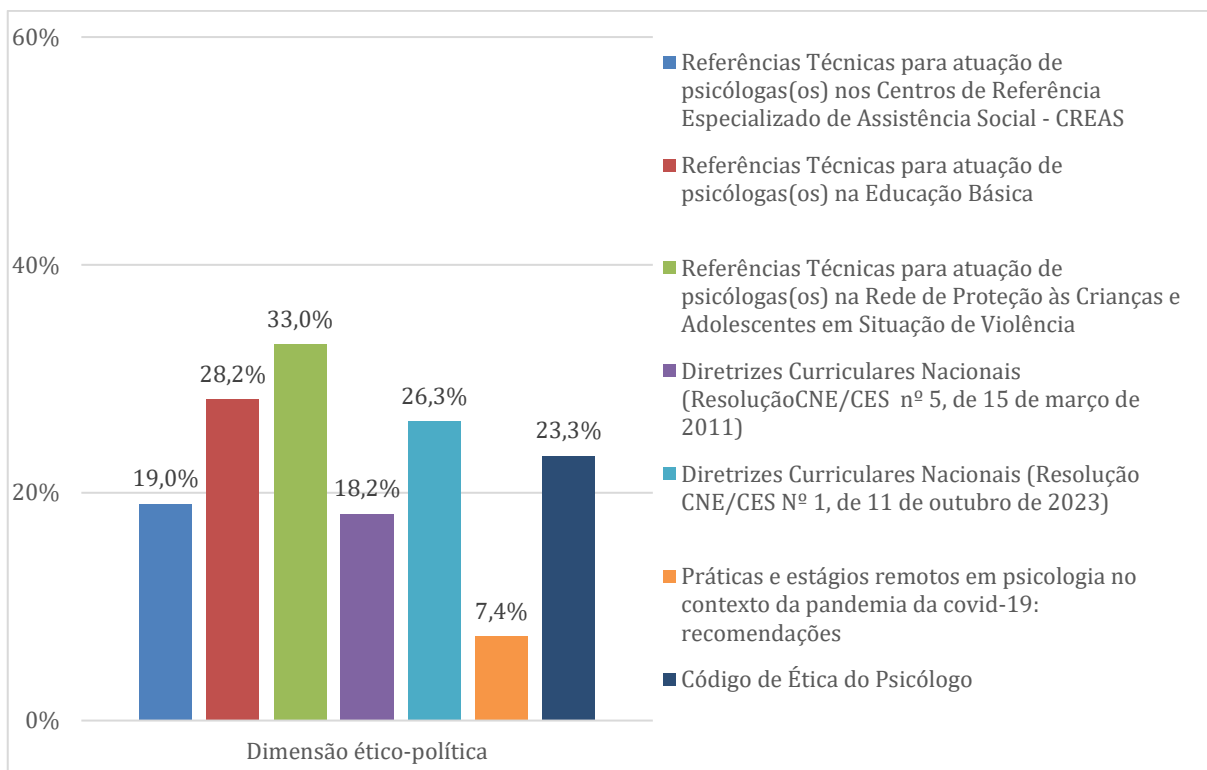


Fonte: Autoria própria

Assim, como observado na Figura 13, parece não haver uma equivalência no percentual dos códigos encontrados nesses três documentos. Esse dado chama a atenção para o propósito de cada documento. Se compreendemos as Diretrizes Curriculares Nacionais como o norte para a base da formação de cada psicóloga, e o código de ética como aquilo que é esperado da prática dessa profissional, não deveriam estes documentos estar mais equivalentes em seus conteúdos? Acreditamos que esta reflexão poderia auxiliar na discussão sobre a atualização do código de ética profissional da categoria.

A seguir, apresentamos as informações sistematizadas acerca dos códigos selecionados, realizando um comparativo em sua representatividade em cada documento. Iniciamos, na Figura 14, com o código “dimensão ético-política”.

Figura 14:
Proporção de ocorrência do código “Dimensão ético-política” nos documentos selecionados

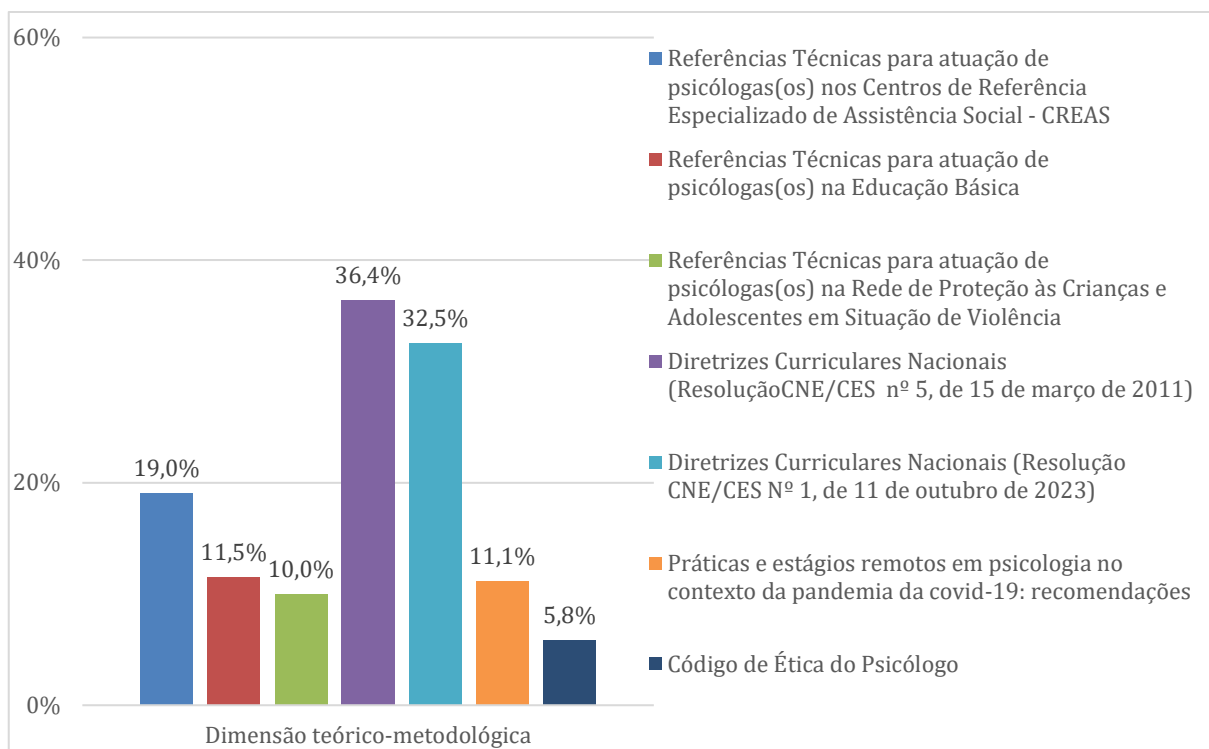


Fonte: Autoria própria

Na Figura 14, observamos o percentual de representatividade de identificação do código referente à dimensão ético-política nos documentos selecionados, configurando 19% das ocorrências nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, 28,2% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica, 33% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, 18,2% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011), 26,3% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023), 7,4% Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações, e 23,3% no Código de Ética do Psicólogo. Aqui, observamos que as Referências Técnicas para a atuação da psicologia na Educação Básica e na Rede de Proteção da criança e do adolescente são os documentos - dentre os selecionados - que mais abordam a dimensão ético-política da profissão. Isso pode estar relacionado ao caráter político da atuação profissional nesses contextos, implicando na necessidade de tal discussão ser pautada nos referidos documentos. Contudo, é necessário compreender que há uma discrepância entre o que

é considerado como atuação política e ética na psicologia, debate esse que poderia ser mais aprofundado em estudos futuros e na própria formação das psicólogas brasileiras. A seguir, são apresentadas, na Figura 15, as proporções de ocorrência do código “dimensão teórico-metodológica” nos documentos selecionados.

Figura 15:
Proporção de ocorrência do código “Dimensão teórico-metodológica” nos documentos selecionados

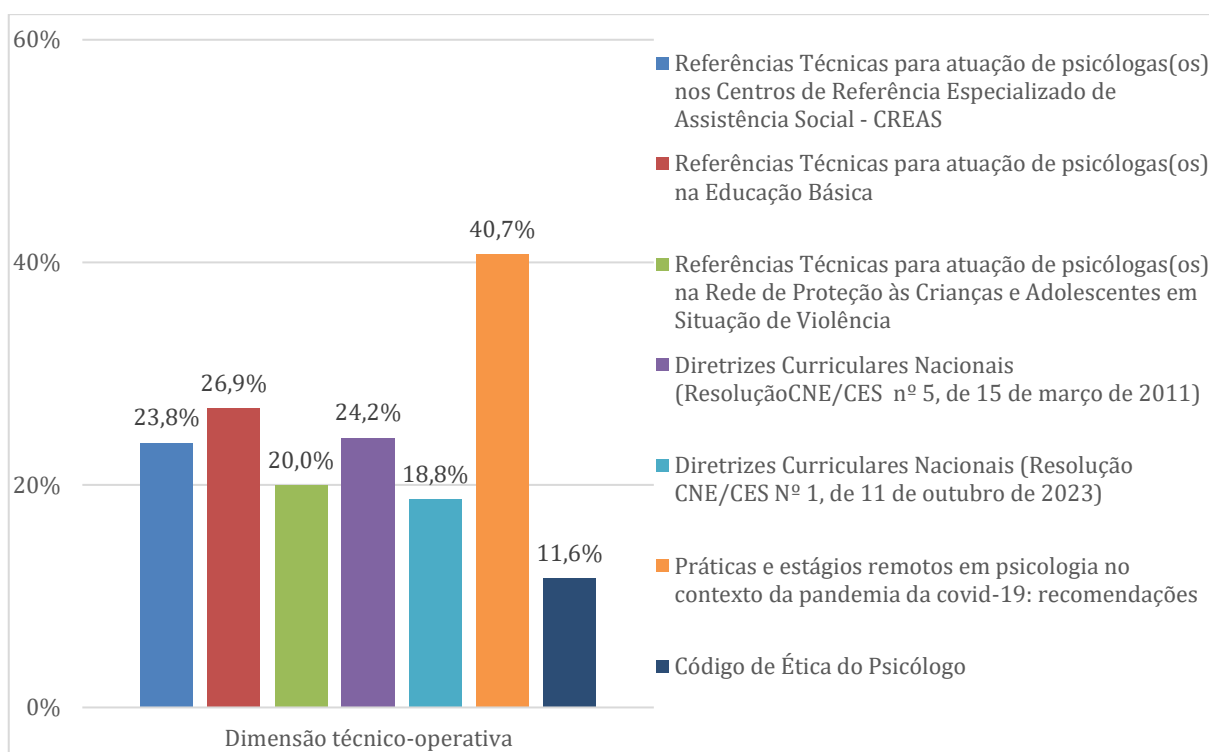


Fonte: Autoria própria

A Figura 15 mostra o percentual de representatividade de identificação do código referente à dimensão teórico-metodológica nos documentos selecionados, contando com 19% das ocorrências nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, 11,5% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica, 10% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, 36,4% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011), 32,5% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023), 11,1% Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações, e 5,8% no Código de Ética do Psicólogo. Nessa imagem,

compreendemos que, dentre os tipos de documentos selecionados, as DCNs (de 2011 e de 2022) abordam a dimensão teórico-metodológica com maior representatividade. Em comparação, os demais documentos demonstram uma representatividade deste código relativamente inferior. A seguir, são apresentadas, na Figura 16, as proporções de ocorrência do código “dimensão técnico-operativa” nos documentos selecionados.

Figura 16:
Proporção de ocorrência do código “Dimensão técnico-operativa” nos documentos selecionados

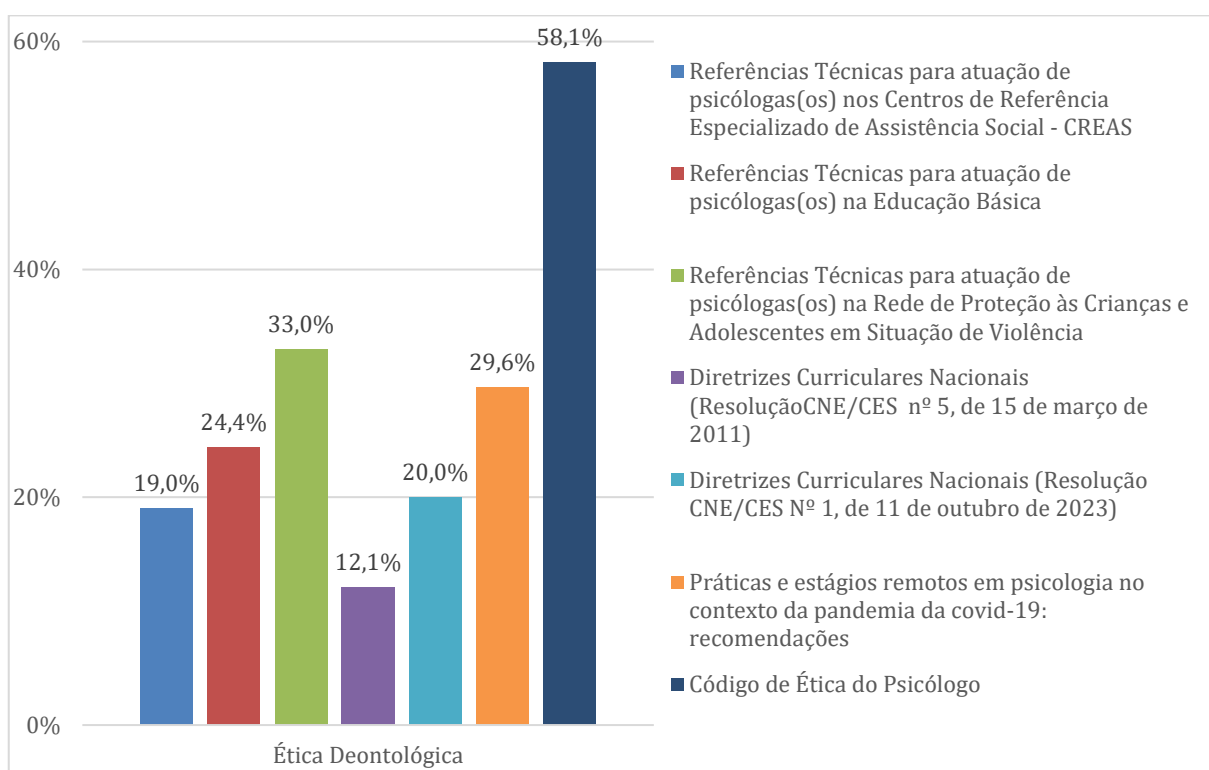


Fonte: Autoria própria

Na Figura 16, observamos o percentual de representatividade de identificação do código referente à dimensão técnico-operativa nos documentos selecionados, configurando 23,8% das ocorrências nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, 26,9% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica, 20% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, 24,2% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011), 18,8% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023), 40,7% Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia

da covid-19: recomendações, e 11,6% no Código de Ética do Psicólogo. Aqui, fica claro que a dimensão técnico-operativa foi extensamente abordada no documento referente às práticas de estágios remotos, compreendendo a necessidade de estabelecer um referencial acerca das ações possíveis nesse contexto específico marcado pelo distanciamento físico decorrente da pandemia de Covid-19. A seguir, são apresentadas, na Figura 17, as proporções de ocorrência do código “ética deontológica” nos documentos selecionados.

Figura 17:
Proporção de ocorrência do código “Ética Deontológica” nos documentos selecionados

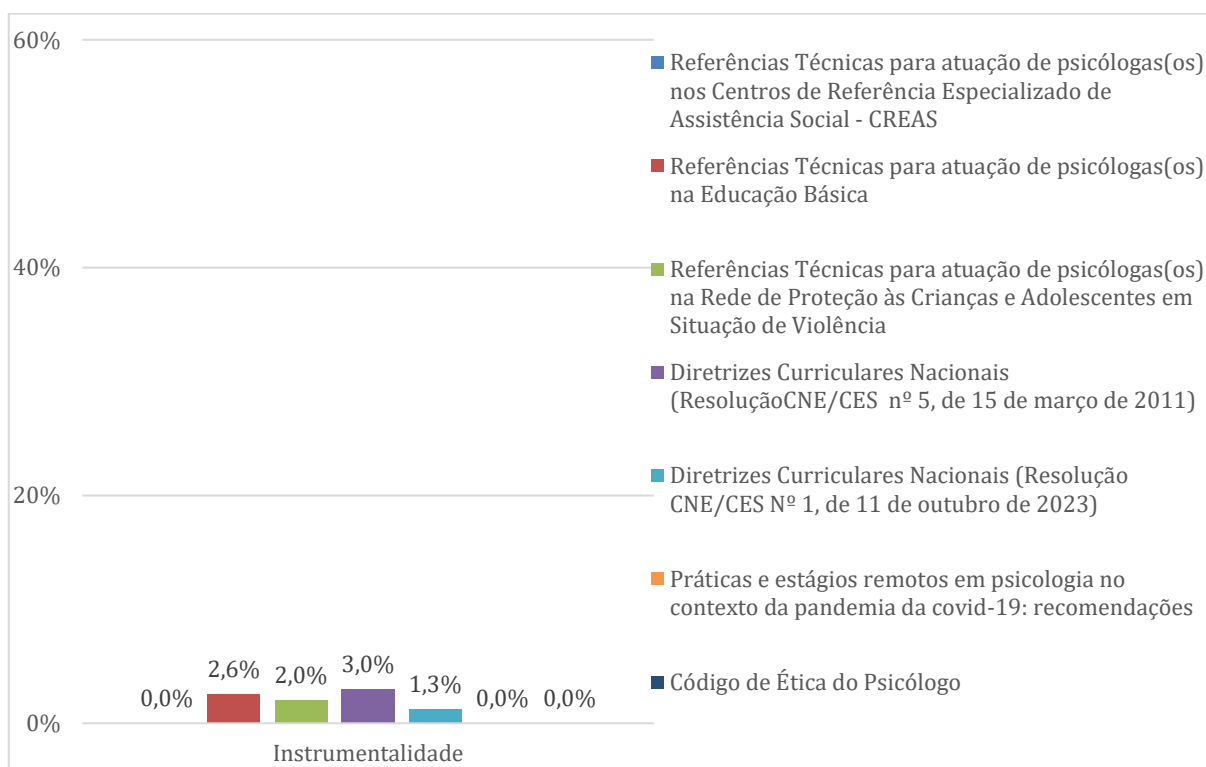


Fonte: Autoria própria

A Figura 17 mostra o percentual de representatividade de identificação do código referente à ética deontológica nos documentos selecionados. Observamos a identificação em 19% das ocorrências nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, 24,4% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica, 33% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, 12,1% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011), 20% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro

de 2023), 29,6% Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações, e 58,1% no Código de Ética do Psicólogo. Ou seja, a ética deontológica foi encontrada de forma expressiva no código de ética profissional de psicologia, compreendendo que tal documento se preocupa em dissertar sobre a forma como a profissional deve atuar na realidade tendo em vista o que é considerado como ético para a categoria. A seguir, são apresentadas, na Figura 18, as proporções de ocorrência do código “instrumentalidade” nos documentos selecionados.

Figura 18:
Proporção de ocorrência do código “Instrumentalidade” nos documentos selecionados



Fonte: Autoria própria

Na Figura 18, observamos o percentual de representatividade de identificação do código referente à dimensão instrumentalidade nos documentos selecionados. Observamos a identificação em 0% das ocorrências nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, 2,6% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica, 2% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, 3% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março

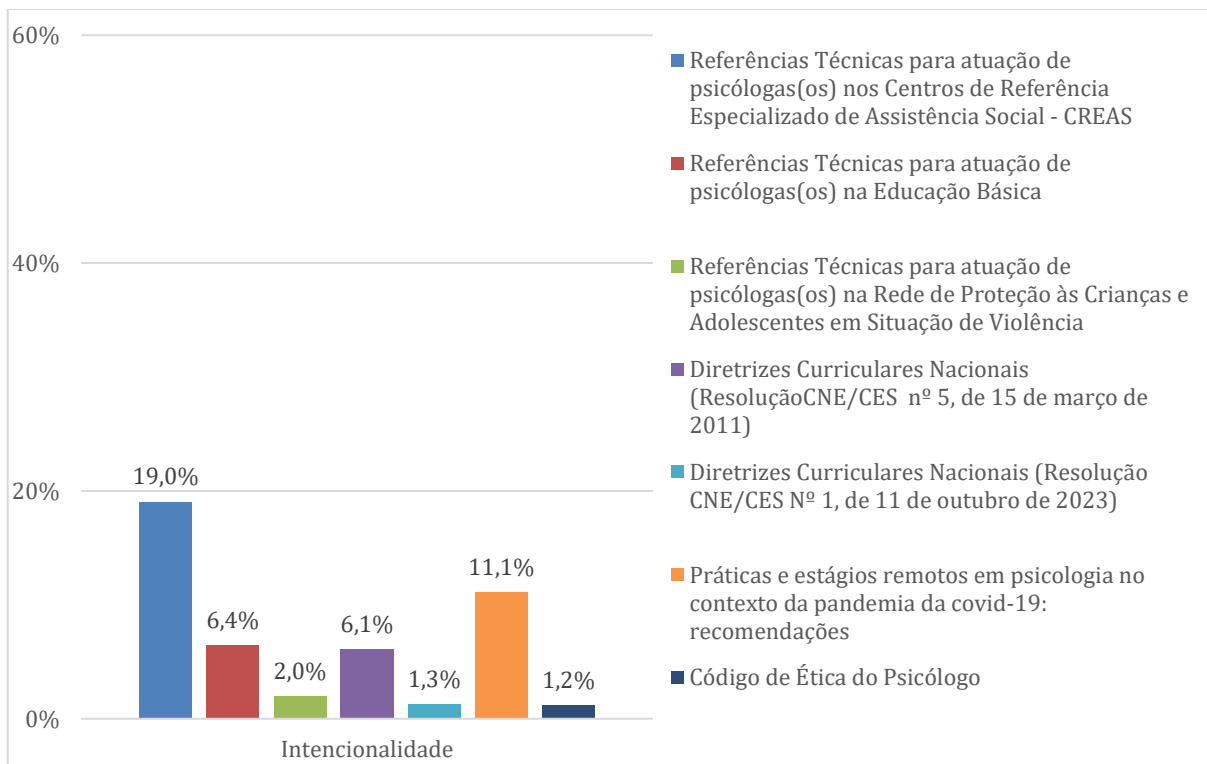
de 2011), 1,3% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023), 0% Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações, e 0% no Código de Ética do Psicólogo.

Nos trechos identificados acerca da instrumentalidade, observamos uma relação com o atendimento das demandas sociais, descritas por via da questão social, como a violência, desigualdade social, exclusão, discriminação, exploração etc. Em demais trechos, identificamos uma preocupação na aplicação das técnicas, instrumentos e práticas da psicologia no atendimento dos objetivos profissionais tendo em vista o compromisso ético-político da profissão, intencionando transformação social.

Uma informação interessante é que, principalmente nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica, podemos identificar algumas menções de alternativas para fortalecer a prática, fornecer maiores condições de criar possibilidades para a mediação das demandas sociais e, portanto, enriquecer a instrumentalidade na psicologia. Esses trechos abordam a importância da coletivização das demandas, construção criativa de novas possibilidades de intervenção - instrumentos -, superação dos processos de culpabilização dos sujeitos, análise crítica acerca dos processos de precarização dos serviços e qualificação continuada. Essas alternativas foram abordadas por Guerra (2014) como formas de elevar a instrumentalidade para o nível de mediação das demandas sociais, superando, assim, sua utilização para respostas profissionais imediatas ou manutenção do projeto burguês (Guerra, 2000). A seguir, são apresentadas, na Figura 19, as proporções de ocorrência do código “intencionalidade” nos documentos selecionados.

Figura 19:

Proporção de ocorrência do código “Intencionalidade” nos documentos selecionados



Fonte: Autoria própria

Por fim, a Figura 19 mostra o percentual de representatividade de identificação do código referente à intencionalidade nos documentos selecionados. O referido código foi identificado em 19% das ocorrências nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, 6,4% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica, 2% nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, 6,1% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011), 1,3% nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023), 11,1% Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações, e 1,2% no Código de Ética do Psicólogo.

Direcionando nossa atenção para o código de intencionalidade, podemos ressaltar alguns dos trechos identificados para investigar melhor como ela vem sendo abordada nos documentos oficiais da categoria. Nos documentos selecionados, observamos uma associação frequente da intencionalidade da psicologia com a transformação social e com o compromisso social, como norteadores de sua prática. Nesse sentido, é identificada a declaração de intenção da psicologia brasileira de atuar na realidade tendo em vista a transformação social, por meio

da construção de autonomia e práticas éticas, na promoção de qualidade de vida e superação de processos de exploração, exclusão e discriminação. Contudo, observamos, também, uma fragmentação no sentido de qual, de fato, é a intencionalidade da psicologia, sem mencionar a escassez de respostas para como alcançá-la. Para tornar esse resultado mais visível, realizamos uma nuvem de palavras, recurso que evidencia as palavras mais mencionadas para visualização do maior nível de menção, conforme a Figura 20.

Figura 20:

Nuvem de palavras dos conteúdos identificados referente ao código “Intencionalidade” nos documentos selecionados



Fonte: Autoria própria

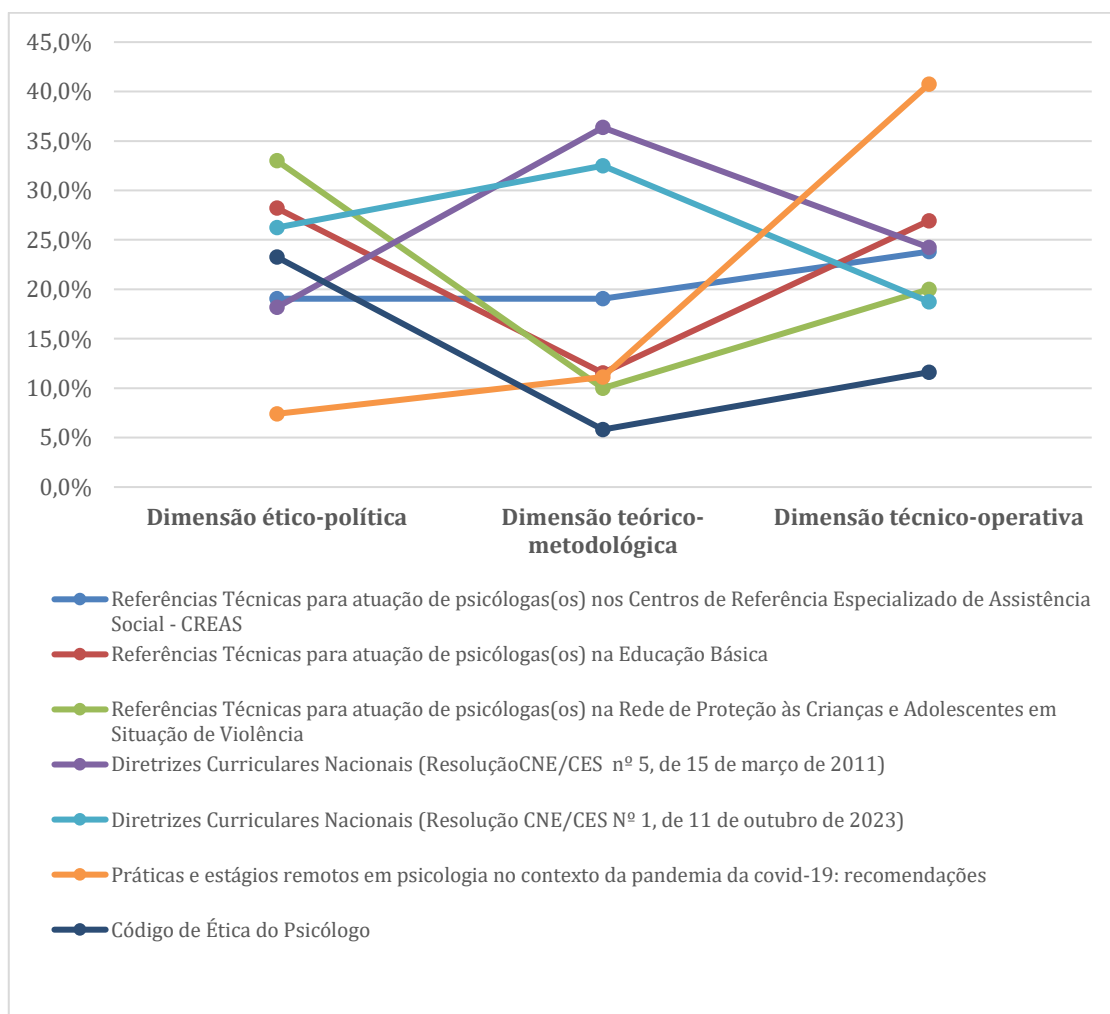
Na Figura 20 temos o levantamento da intencionalidade declarada da psicologia nos documentos selecionados. Apesar de difusa, ampla e descontextualizada da prática, todas as respostas atentam para a construção de uma sociedade mais justa. Para fazê-lo, é necessário o estabelecimento de uma direção social, juntamente com o abandono de perspectivas abstratas que não nos servem para uma análise e enfrentamento das condições materiais em nível do cotidiano (Santos & Vale, 2022).

Cabe, aqui, justificar que a escolha pela realização do esquema visual de nuvem de palavras foi avaliada como necessário apenas para o código de “intencionalidade” compreendendo-o como um código central. Isso se dá pelo fato de que a instrumentalidade, como conceito e, portanto, como código, está subordinada à intencionalidade. Além disso,

avaliamos que há uma discrepância nas definições acerca do referido conceito, o que, posto em esquema visual de nuvem, evidencia as distâncias e aproximações das palavras identificadas. A seguir, apresentamos um comparativo entre três códigos, com as porcentagens de ocorrência dos códigos referentes às dimensões do trabalho nos documentos selecionados.

Figura 21:

Comparativo da porcentagem de ocorrência dos códigos “Dimensão ético-política”, “Dimensão teórico-metodológica” e “Dimensão técnico-operativa” nos documentos selecionados



Fonte: Autoria própria

Como podemos observar na Figura 21, há um nível de discrepância entre as ocorrências dos códigos “dimensão ético-política”, “dimensão teórico-metodológica” e “dimensão técnico-operativa”. Essa informação já foi abordada, de forma individual, nas figuras anteriores, sejam caracterizadas por código ou documento. A escolha por fazer essa figura se deu pela necessidade de sistematização visual e enfoque dessa análise. Como podemos observar, os

documentos selecionados tendem a abordar uma das dimensões em demasia quando comparadas com as demais, a depender de seu objetivo. O que me chama a atenção é o deslocamento entre os fundamentos ontológicos, teóricos, metodológicos, práticos e políticos. Por conta dessa distância, o incômodo inicial que inquietou essa pesquisa ganha forma: o discurso deslocado de fundamentos que propõe ações deslocadas da realidade visando um objetivo abstrato.

Por fim, apresentamos, na Tabela 2, os índices de coocorrência dos códigos nos documentos selecionados.

Tabela 2:
Coocorrência dos códigos nos documentos selecionados

	Dimensão ético-política	Dimensão teórico-metodológica	Dimensão técnico-operativa	Ética Deontológica	Instrumentalidade	Intencionalidade
Dimensão ético-política	.	3 - 0,02	7 - 0,04	31 - 0,15	1 - 0,01	n/a
Dimensão teórico-metodológica	3 - 0,02	.	5 - 0,03	1 - 0,00	n/a	n/a
Dimensão técnico-operativa	7 - 0,04	5 - 0,03	.	6 - 0,03	n/a	n/a
Ética Deontológica	31 - 0,15	1 - 0,00	6 - 0,03	.	n/a	3 - 0,02
Instrumentalidade	1 - 0,01	n/a	n/a	n/a	.	1 - 0,04
Intencionalidade	n/a	n/a	n/a	3 - 0,02	1 - 0,04	.

Fonte: Autoria própria

Na Tabela 2, temos o nível de coocorrência dos códigos nos documentos selecionados. A informação que mais chama a atenção na figura é a aproximação dos códigos “ética deontológica” e “dimensão ético-política”, demonstrando que esses temas foram identificados em trechos próximos dos documentos selecionados. A coocorrência entre os códigos em questão foi identificada 31 vezes nessa análise. Compreendendo que são conceitos diferentes entre si, porém com proximidades significativas, por tratarem de questões e condutas éticas no fazer profissional.

Outra informação relevante que podemos extrair dessa tabela é a proximidade - mesmo que baixa - encontrada relacionando a dimensão técnico-operativa com a dimensão ético-política e a ética deontológica. Ou seja, na análise realizada nos documentos selecionados, foram identificados momentos nos quais os conteúdos que tratavam sobre a prática da

psicologia, e os instrumentos por ela utilizados, são relacionados com implicações éticas e políticas, realizando considerações sobre a forma, motivo e conteúdo de sua utilização. A coocorrência do conceito referente à dimensão técnico-operativa com a ético-política foi identificada em sete ocasiões. Já a coocorrência entre a dimensão técnico-operativa com a ética deontológica foi identificada em seis ocasiões. Apesar de não se tratarem de números altos, quando comparados com as demais ocorrências encontradas, ainda se destacam.

Outra coocorrência interessante de ser levantada é entre as dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica, localizada em cinco ocasiões. Por se tratar de uma discussão interessante sobre a articulação entre teoria e prática, esse dado me chamou a atenção. Compreendo que, comparado com os demais níveis de coocorrência encontrados na análise, esse dado ainda se mostra de forma mediana e relevante. Contudo, tendo em mente as discussões aqui realizadas anteriormente sobre a necessidade de articular as dimensões do trabalho de forma sistêmica e integrada, avalio que os documentos selecionados - tratando-se de normativas, marcos regulatórios e indicações sobre o fazer profissional - deveriam abordar mais essa relação. Falar sobre o alinhamento entre os fundamentos teóricos que sustentam a criação dos instrumentos e a interpretação de sua utilização poderia ser uma pauta central nas discussões da categoria.

Outro dado que chamou nossa atenção foi a baixa coocorrência encontrada entre a ética deontológica e a dimensão teórico-metodológica, sendo identificada apenas uma vez ao longo da análise. Isso me faz refletir sobre a falta de discussões que articulem a teoria com a ética, no sentido da conduta profissional. Podemos observar uma aproximação levemente maior entre a dimensão teórico-metodológica e a ético-política - três ocorrências identificadas -, compreendendo que essa aproximação ocorre no sentido da dimensão ético-política abordar a análise das contradições no contexto trabalhado, e necessitar de uma lente teórica para fazê-lo. Contudo, quando falamos da conduta propriamente dita da profissional no campo de ação, qual a relação entre a teoria e a ética? Como traduzimos a teoria nas escolhas que realizamos no cotidiano profissional? E, principalmente, quais são as implicações éticas dessa relação?

Algo que pode parecer estranho em primeiro momento é a ausência preponderante na identificação de ocorrências dos conceitos de instrumentalidade e intencionalidade com os demais códigos levantados. Nós já abordamos anteriormente neste trabalho a proximidade intrínseca entre a instrumentalidade, a intencionalidade, a ética, a política, a teoria e a prática profissional. Portanto, pode gerar um estranhamento olhar para os dados levantados e não encontrar essa proximidade nos documentos. Contudo, é necessário lembrar que os termos referentes à instrumentalidade e a intencionalidade foram encontrados pouquíssimas vezes de forma explícita nos documentos selecionados. Ou seja, isso diminui a probabilidade de encontrá-los relacionados aos demais códigos.

Uma das coocorrências do código de instrumentalidade encontrada foi com o código de intencionalidade, em uma ocasião. Aqui, podemos lembrar da relação essencial que há entre o horizonte que orienta a ação profissional - a intencionalidade - e a capacidade que a categoria tem em transformar as condições materiais em instrumentos de ação para o alcance de seus objetivos - a instrumentalidade. A outra ocorrência encontrada referente ao código de instrumentalidade é com o de dimensão ético-política, também em uma ocasião.

Já o código de intencionalidade, além de aparecer próximo à instrumentalidade em uma ocasião, foi encontrado próximo da ética deontológica em três ocasiões. Aqui, podemos refletir sobre como o direcionamento da conduta profissional - a ética deontológica - está relacionada aos interesses da profissão - a intencionalidade e ao projeto societário que ela defende, explicitando contradições fundamentais e danosas para a categoria profissional no Brasil. Ou seja, compreendemos que a forma mais adequada para agir profissionalmente, está diretamente relacionada à nossa intencionalidade, ao propósito da profissão, o que pode explicar o resultado encontrado.

Capítulo VI - Conclusões

"A modificação do todo só se realiza, de fato, após um acúmulo de mudanças nas partes que o compõem" (Konder, 1981, p.39).

Sínteses

O processo de análise, neste trabalho, destinou-se a identificar as contradições e as mediações da totalidade estudada, sendo esses elementos os responsáveis pelo movimento da realidade. O processo de síntese buscou compreender os nexos - conexões- e conflitos nos documentos estudados. Essa busca foi realizada tendo em mente a necessidade de analisar os fenômenos para além de sua aparência imediata, buscando suas dimensões mediadas (Konder, 1981). Partindo das análises anteriormente elaboradas, podemos iniciar um processo de síntese. Compreendemos que a instrumentalidade em psicologia no Brasil - mesmo que não utilizando esta nomenclatura - vem sendo abordada de forma pontual nos documentos selecionados. Apesar de tratar sobre a capacidade e necessidade da profissão de mediar as demandas sociais - transformá-las em instrumento -, e defender que isso seja feito tendo em vista à intencionalidade, a discussão ainda se pauta em um discurso breve e pouco explorado.

Quando pensamos no que reveste a construção histórica de cada documento aqui abordado, podemos compreender a presença marcante da instrumentalidade em psicologia, como no caso da extensa luta pela implementação da Lei que prevê a inclusão de psicólogas e assistentes sociais nas escolas brasileiras, assim como no longo processo de reformulação das DCNs. Contudo, nos documentos propriamente ditos, essa discussão ainda se mostra de forma pontual, não demonstrando, muitas vezes, como a instrumentalidade se concretiza na prática cotidiana das psicólogas. Nos documentos aqui analisados, observamos que as referências técnicas selecionadas abordam a dimensão técnico-operativa, de forma mais marcante quando comparada aos demais códigos procurados.

Santos e Vale (2022), ao realizarem uma aproximação entre o serviço social e os movimentos sociais, chamam a atenção para a construção histórica realizada pelos movimentos sociais que possibilitam as sistematizações científicas por parte da categoria. As análises acerca da violência doméstica que possibilitam a construção de ações por parte das categorias profissionais, só são possíveis por conta da luta do movimento feminista, por exemplo. E essa lógica estende-se para os demais movimentos sociais, como o movimento negro, o movimento LGBTQIA+, as pautas dos povos originários, o movimento dos trabalhadores sem terra, entre outros. Quando falamos da psicologia, temos que levar em conta a importância dessa reflexão também. As referências técnicas aqui trabalhadas foram desenvolvidas tendo em vistas a

necessidade de abordar a prática da psicologia frente a uma demanda social, como a violência sofrida por crianças e adolescentes. Ou seja, a construção dos documentos aqui estudados é precedida por longas lutas dos movimentos sociais, assim como deveria fazer parte dessas.

Pensando nisso, compreendemos que, mesmo não se mostrando aparente, a psicologia carrega instrumentalidade na construção desses documentos, o que demonstra certo nível de contradição. Quando observamos o fenômeno da contradição presente nos documentos analisados, não devemos cair na ideia de que apresentam um erro de análise. Partimos da compreensão de unidades contraditórias. Ou seja, elementos que compreende, em si, divergências por meio de suas conexões íntimas as quais constituem sua totalidade momentânea. Essa dialética é compreendida como um princípio básico da existência de movimento dos fenômenos. Em outras palavras, o copo cheio contém a negação do copo vazio (Konder, 1981).

Compreendemos que foi possível caracterizar a vinculação da instrumentalidade com as orientações da prática profissional em psicologia, por meio da análise das referências técnicas selecionadas. Como abordado anteriormente, as referências técnicas selecionadas nos trazem informações muito relevantes acerca das temáticas trabalhadas. Contudo, pelo que foi possível analisar nesta pesquisa, compreendemos que nos faltam elementos para traduzir a instrumentalidade de forma enriquecida nos documentos selecionados. Ao que podemos analisar, não fica claro, de forma geral e explícita, a forma como as psicólogas podem transformar as condições materiais e subjetivas em instrumentos de trabalho na mediação das demandas sociais.

Nós conseguimos pensar, por exemplo, na desatualização do código de ética profissional e de sua distância das DCNs e das referências técnicas. O que mais chamou atenção nos resultados é a dificuldade em encontrar a materialidade da instrumentalidade no código de ética e nas DCNs, compreendendo que o primeiro fala de como a profissional deve atuar e o segundo fala sobre como esse sujeito será formado para tal ação. O que me estranha é: como enriquecer a instrumentalidade, nossa capacidade de transformar as condições em meios no exercício profissional, se aprendemos um conteúdo, nos deparamos com uma realidade na qual esse conteúdo pouco nos é útil como ferramenta de trabalho, e ainda somos cobrados de uma postura diferente da que foi abordada na formação? Realizando uma retomada dos resultados até então abordados, podemos voltar nosso olhar para algumas problemáticas, no desvelamento de contradições.

Compreendemos o código de ética como um instrumento que estabelece padrões para orientação e fiscalização da prática profissional. Dito isso, nos questionamos: como cobrar uma

conduta profissional divergente da formação ofertada? Passos (1993), ao realizar um estudo acerca da ética profissional na modernidade, aborda a relação entre o código de ética e o projeto societário.

A praticidade que envolve os códigos de ética profissional não os exime de um compromisso com os interesses da categoria e com o projeto global da sociedade, fazendo com que os mesmos oscilem a depender das oscilações sociais e, deste modo, eles seguem orientações teóricas também diferentes. Se a sociedade é regida por uma orientação metafísica, os códigos de ética profissional tendem a seguir princípios também metafísicos. Se por outro lado ela admite que o homem é um microcosmos capaz de construir, transformar e criar, eles tendem a valorizar esses aspectos, se a sociedade segue uma orientação individualista e egoísta, os códigos colocarão em prática esses valores (p. 60).

Ou seja, o código de ética em psicologia deveria ser atualizado para acompanhar as discussões sociais que emergiram nas últimas duas décadas. Atualizar o código de ética e, portanto, os parâmetros de atuação profissional, requer a necessidade de atualização dos critérios de formação profissional. Como podemos aceitar tanta discrepância entre o foco do código de ética, as DCNs e as referências técnicas? Se temos uma diretriz carregada em discussões sobre a dimensão teórico-metodológica do trabalho e um código de ética carregado na ético-política, a graduação não dará conta de formar um profissional que atue da forma ética desejada e não utilizará, no cotidiano profissional, nada das teorias que aprendeu. Aqui, conseguimos avaliar que foi possível compreender como a instrumentalidade - não - se traduz na operacionalização da formação como ferramenta de mediação para atuação profissional nas demandas sociais.

Portanto, compreendemos a relevância fundamental de a instrumentalidade ser mais discutida no campo da psicologia. A simples nomeação e categorização desta discussão traz corporeidade e ferramentas para a elaboração de questionamentos, sínteses e possibilidades de construções. Pensar, questionar e construir a instrumentalidade da psicologia nos campos específicos nos quais trabalhamos não significa jogar fora tudo o que construímos até então e partir do zero. Muito pelo contrário, precisamos partir de toda a construção histórica da psicologia no mundo e, sobretudo, no Brasil, para redirecionar e continuar com as construções e atualizações necessárias, compreendendo o momento histórico, cultural e social do nosso fazer profissional. A síntese apresentada a seguir na Figura 22 sistematiza as conclusões aqui levantadas e até então discutidas de forma extensa, agora apresentadas em forma gráfica.

Figura 22:
Síntese da instrumentalidade em psicologia



Fonte: Autoria própria

É necessário fazer uma crítica vinculada ao mundo real. Compreendemos que o limite da crítica é o limite da existência de quem a realiza: neste momento histórico, neste contexto, nesta realidade concreta limitada, com a bagagem de vida e de formação de quem a realiza. O crítico não é o que diferencia, é necessária uma sustentação. A intenção diferencial é o compromisso ético-político: realizar uma leitura do cenário político de que se trata e comunicar, claramente, sua estratégia, sua intencionalidade, e a tática (Teo, 2005). A metodologia é a tática, e os objetivos são estratégicos. Nós, profissionais, não atuamos no nível da estratégica, mas realizamos alterações no nível da tática que atendam aos nossos objetivos (Luxemburgo, 2004). Questionar não basta, é necessário avançar no conhecimento.

Importante retomar que não se trata de uma defesa ao abandono da psicologia, muito pelo contrário. É proposta a defesa da psicologia, realizar uma análise da realidade social sem abandonar a ciência em questão, localizando-a no mundo e fazendo uso dela para atuar na realidade, realizando a construção metodológica de táticas de ação - instrumentalidade. Para fazê-lo, é necessário redefinir conceitos fundamentais da psicologia, olhar e construir uma teoria que sustente essa prática voltada para a análise da subjetividade. Assim como nos traz Schraube (2015, p.539) “*Not only do we live under particular conditions, we also create the conditions under which we live*” - “Não apenas vivemos sob condições particulares, mas também criamos as condições sob as quais vivemos” (tradução livre).

Podemos retomar algumas informações relevantes já trabalhadas aqui anteriormente para finalizar essa reflexão. Compreendendo que a categoria profissional brasileira de psicologia é majoritariamente formada por mulheres branca, heteroidentificadas, egressas de instituições privadas de ensino, de formação generalista e com atuação na área clínica (Guzzo et al., 2022), como alinhamos a práxis da psicologia com a realidade brasileira? Guzzo (2021), nos lembra que a psicologia na América Latina se instaurou como uma ciência colonizada, fazendo com que problemas reais como pobreza, fome, violência e desemprego não penetrem na formação hegemônica da categoria. Portanto, para sintonizar a psicologia à realidade brasileira - à sua práxis no Brasil - é necessária consciência política do contexto no qual se insere.

Ao fazê-lo, as profissionais de psicologia serão capazes de instrumentalizar suas ações para as demandas reais às quais são atribuídas cotidianamente. Portanto, lutamos por uma psicologia comprometida com as características culturais de seu contexto. Não seria possível detalhar, nesse estudo, todas as propostas necessárias para chegar nesse horizonte. Contudo, seria de grande valia que os cursos de formação em psicologia fossem estruturados em conformidade com a realidade brasileira: embebidos na politização da teoria à serviço da

realidade. É necessário preparar as psicólogas para trabalhar com a pobreza, a fome, o desemprego, o racismo, o machismo, com povos originários, com imigrantes, com refugiados, população LGBTQIA+, população de rua, crianças, jovens, idosos, trabalho análogo ao escravo... com a realidade brasileira atual.

Limitações e indicações de estudos futuros

Pensando no que foi exposto anteriormente, reflito sobre os objetivos aqui estipulados. Avalio que conseguimos investigar como a instrumentalidade vem sendo abordada pela psicologia em uma parte determinada de sua totalidade, delimitando um espaço, tempo e forma nas escolhas metodológicas. Assim como enfatiza Konder (1981), a totalidade estudada sempre se refere a um momento do processo aberto da mesma. Obviamente não conseguimos traçar um panorama geral da realidade da categoria profissional da psicologia acerca da instrumentalidade. Contudo, foi possível gerar indicações relevantes à instrumentalidade da psicologia brasileira nos documentos selecionados. Ou seja, foi possível caracterizar o conceito presente de instrumentalidade nos documentos institucionais da psicologia selecionados.

Além disso, convergindo com o que se propõe o *software* utilizado (Atlas.ti), foi possível perceber nexos interessantes por meio da análise das ocorrências e coocorrências que não se faziam presentes como hipóteses antes deste cruzamento de informações. Outro ponto a ser ressaltado é a caracterização fragmentada que encontramos acerca da intencionalidade da psicologia. Esse foi um dado muito relevante para essa pesquisa, podendo ser uma informação norteadora para a continuidade dessa discussão. Como abordado anteriormente, para falar de instrumentalidade faz-se necessário discutir intencionalidade, e essa discussão pode pautar construções importantes no redirecionamento da psicologia como ciência e profissão no Brasil.

Compreendemos que existem muitas limitações na pesquisa aqui apresentada. Seria mais interessante se essa pesquisa fosse realizada com uma articulação entre as informações encontradas e entrevistas com profissionais, cruzando a análise dos documentos com o discurso de psicólogas acerca de suas realidades profissionais. Um facilitador e, dialeticamente, também um dificultador, foi o fato de apenas uma pesquisadora ter realizado a análise dos documentos selecionados. Como facilitador, essa análise foi enriquecida por ter sido realizada por uma pesquisadora que tem interesses pessoais e profissionais específicos com relação à formação em psicologia e a instrumentalidade.

Por ir ao encontro dos interesses da pesquisadora em questão, a pesquisa foi revestida por intencionalidade e respondeu às perguntas levantadas, ao mesmo tempo que suscitou novos

questionamentos, atuando como desveladora de contradições que impulsionam movimentos. Como limitador, seria muito interessante se essa análise fosse realizada por diversas pesquisadoras, cruzando os sentidos dos conceitos procurados nos documentos com suas subjetividades impressas na definição desses. Contudo, uma estratégia utilizada para reduzir essa limitação foi a tabela de definições conceituais dos códigos selecionados, a qual a pesquisadora retomou sistematicamente na leitura dos documentos.

Por compreender as limitações aqui levantadas, entendemos que é necessário continuar a discussão sobre instrumentalidade em psicologia. Além disso, é indicado que a categoria continue a depreender esforços na construção de um alinhamento de sua intencionalidade. Para tanto, as pesquisas da área, as construções de referências e notas técnicas, a formulação de diretrizes para a formação e as legislações, devem levar em conta essa pauta para caminharem juntas - dentro das limitações reais - rumo à intencionalidade construída e declarada pela ciência e profissão em questão.

Dadas as informações levantadas, avaliamos ser interessante a investigação do projeto ético-político da categoria, levando a instrumentalidade e a intencionalidade - somada ao projeto societário da categoria - como motes da discussão. Esse estudo pode levantar indicadores relevantes para a construção da prática - assim como referências - da psicologia no Brasil. Por fim, uma indicação de estudos futuros é a possibilidade de investigar a intencionalidade da categoria profissional, realizando um cruzamento entre as informações coletadas por entrevistas e análises documentais como a aqui realizada. Pensando nessa delimitação, é posta como possibilidade de um estudo futuro ser realizado com os programas específicos dos cursos de formação, para além das DCNs. Esse estudo poderia caracterizar mais especificamente como, de fato, a instrumentalidade vem sendo abordada nos cursos de formação. Para uma análise mais profunda ainda, seria interessante cruzar essas informações com entrevistas realizadas com estudantes e egressos desses cursos.

Por fim, compreendo que esse estudo pode ter relevância para as construções futuras da categoria, pois chama a atenção para três questões fundamentais: (1) a necessidade da categoria profissional estabelecer uma intencionalidade; (2) a necessidade do equilíbrio das dimensões do trabalho da psicologia em diferentes campos de atuação; (3) a necessidade do enriquecimento da instrumentalidade em psicologia como categoria profissional ampla - ciência e profissão - no Brasil, e a ética a ela relacionada.

Referências

- Agência Senado. (2016). Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. *Senado Notícias*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>
- Alcará, A. R., & Guimarães, S. É. R.. (2007). A instrumentalidade como uma estratégia motivacional. *Psicologia Escolar E Educacional*, 11(1), 177–178. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572007000100019>
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe), 44-65. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>
- Araujo, S. de F. (2021). O Nome e a Coisa: Sobre as Origens da Psicologia Como Ciência. *Estudos & Pesquisa em Psicologia*. 1(3). <https://doi.org/10.12957/epp.2021.62739>
- Bandeira-De-Mello, R. (2016). Softwares em pesquisa qualitativa. In: Godoi, C. K.; Bandeira-De-Mello, R.; Silva, A. B. da. (Org). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. Saraiva.
- BBC. (2020). China pneumonia outbreak: Mystery virus probed in Wuhan. *BBC News*. <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-50984025>
- Behring, E. R., Boschetti, I. (2009). Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: Behring, E. R., Boschetti, I. (2009). *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, (6a ed.), 2. p. 47-81.
- Bernardo, A. (2021). Massacre de Realengo: os 10 anos do ataque a escola que deixou 12 mortos e chocou o Brasil. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56657419>
- Boechat, F. M. (2017). A Psicologia Brasileira nos Ciclos Democrático-Nacional e Democrático-Popular. *Psicologia: Ciência e Profissão [online]*. 37(spe) p. 57-70. <https://doi.org/10.1590/1982-3703040002017>. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703040002017>.
- Borba, A., & Tourinho, E. Z.. (2009). Usos do conceito de eventos privados à luz de proposições pragmatistas. *Estudos De Psicologia (natal)*, 14(2), 89–96. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2009000200001>
- Borges, L. de O., & Alves Filho, A.. (2001). A mensuração da motivação e do significado do trabalho. *Estudos De Psicologia (natal)*, 6(2), 177–194. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2001000200006>
- Brasil. *Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962* (1962). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14119.htm
- Brasil. *Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004* (2004). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm

- Brasil. *Lei Nº 13.935. de 11 de Dezembro de 2019* (2019). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm
- Brasil, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação & Câmara de Educação Superior. (2011). *Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia*. Brasília, DF
- Campos, M. S. (2015). O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz?. In: Mioto, R. C. T., Campos, M. S., Carloto, C. M. (Orgs.) (2015). *Familismo, Direitos e cidadania: Contradições da política social*. São Paulo: Cortez, (1a ed.), p. 21 – 44.
- Cellard, A. (2012). A análise documental. In: Poupart, J., Dslauriers, J. P., Groulx, L. H., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. (Org.). *A pesquisa qualitativa*. (3a ed.). Vozes.
- Chagas, G. (2023). Boate Kiss: tragédia completa 10 anos; relembre incêndio e veja lista de vítimas. *G1 Rio Grande do Sul*. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/01/27/boate-kiss-tragedia-completa-10-anos-relembre-incendio-e-veja-lista-de-vitimas.ghtml>
- Conselho Federal de Psicologia. (2000). *Resolução CFP nº 018/2002*. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF
- Conselho Federal de Psicologia. (2019a). *Resolução do CFP nº 6, de março de 2019*. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2019b). *Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica agora é Lei*. <https://site.cfp.org.br/psicologia-e-servico-social-nas-redes-publicas-de-educacao-basica-agora-e-lei/>
- Conselho Federal de Psicologia. (2022) *FENPB*. <https://site.cfp.org.br/fenpb/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20F%C3%B3rum,%20profissionais%20sindicais%20e%20estudantis>.
- Costa, F. S. de M. (2008). *Instrumentalidade do serviço social: dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional*. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- CREPOP. (2022). *Conheça o CREPOP*. <http://crepop.pol.org.br/conheca-o-crepop>
- Cury, C. R. J. (1985). *Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. Cortez Editora.
- Dantas, C. (2019). Queimadas aumentam 82% em relação ao mesmo período de 2018. *G1*. <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/19/queimadas-aumentam-82percent-em-relacao-ao-mesmo-periodo-de-2018.ghtml>

- Dantas, C. (2020). Novo coronavírus é emergência de saúde internacional, declara OMS. *GI*. <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/30/novo-coronavirus-e-emergencia-de-saude-internacional-declara-oms.ghtml>
- Falla Ramírez., U. (2017). La intencionalidad de la intervención del Trabajo Social. *Trabajo Social* 19: 123-135. Bogotá: Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia.
- G1. (2018). Jair Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. *GI*. <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>
- G1. (2019). Dupla ataca escola em Suzano, mata oito pessoas e se suicida. *GI*. <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/13/tiros-deixam-feridos-em-escola-de-suzano.ghtml>
- Gallegos, M., Zalaquett, C., Sánchez, S. E. L., Mazo-Zea, R., Ortiz-Torres, B., Penagos-Corzo, J. C., Portillo, N., Fernández, I. T., Urzúa, A., Consoli, M. M., Polanco, F. A., Florez, A. M., & Miranda, R. L. (2020). Cómo afrontar la pandemia del coronavirus (COVID-19) en las Américas: Recomendaciones y líneas de acción sobre salud mental. *Sociedad Interamericana de Psicología*. 54(1). <https://investigacion.upb.edu.co/es/publications/c%3B3mo-afrontar-la-pandemia-del-coronavirus-covid-19-en-las-am%3BA9rica>
- Gonçalves, M. A. B. (2015). *Assistente Técnico Judiciário na Defensoria Pública: Suporte da teoria de Winnicott*. Tese (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, PUC Campinas.
- González Rey, F. L. (2017). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Editora Alínea.
- GovBR. (2022) *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Recuperado de: <https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos/item/4752-hist%3B3rico>
- Guerra, Y. (2000). A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: cfess/abepss-unb*, mod. 04. <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>
- Guerra, Y. (2014). *A Instrumentalidade do Serviço Social*. (10a ed.). Cortez.
- Guzzo, R. S. L. (2016). Marxismo e Pesquisa: Apontamentos sobre a experiência de um grupo de pesquisa em Psicologia. In: Oliveira, I. F. de ; Paiva, I. L. de; Costa, A. L. F.; Coelho-Lima, F.; Amorim, K. (Org.). (2016) *Marx Hoje pesquisa e transformação social*. São Paulo: Outras Expressões, (1a ed.), 1, p. 245-253.
- Guzzo, R. S. L. (2018). Pesquisa e mudança social: desafios e dificuldades para a formação em *Psicologia*. *Educar em Revista [online]*. 34 (71), 143-156. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62651>
- Guzzo, R. S. L. (2020). The Development of Participatory Action Research. In: Cook, D. T. (Org). *The Sage Encyclopedia of Children and Childhood studies*. 3. Rutgers

Univerity, USA. Sage Publications Ltd, 1207 -1209.

Guzzo, R. (2021). how tuning psychology to the real needs of people: contribution for the process of facing adverse living conditions. *Academia Letters*, Article 3152. <https://doi.org/10.20935/AL3152>

Guzzo, R. S. L., & Silva, S. S. G. T. da. (2017). *Psicologia, Escola e Família no enfrentamento à violência*. http://www.gep-epsi.org/pluginfile.php/42/mod_page/content/2/Psicologia_Escola-e-Fami%CC%81lia-Enfrentando-a%CC%80-Viole%CC%82ncia.pdf

Guzzo, R. S. L., Silva, S. S. G. T da, Martins, L. G., & Castro, L. de. (2021). Psicologia na escola e a pandemia: buscando um caminho. In: Negreiros, F., Ferreira, B. de O. (org) (2021). *Onde está a psicologia no meio da pandemia? (eBook) 1* (1a ed.). Pimenta Cultural. p. 654-682. DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.441

Guzzo, R. S. L., & Ribeiro, F. M. (2019). Psicologia na Escola: Construção de um horizonte libertador para o desenvolvimento de crianças e jovens. *Estudos & Pesquisas em Psicologia* [online]. 19(1). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43021/29668>

Guzzo, R., Ribeiro, F., Meireles, J., Feldmann, M., Silva, S., Santos, L., & Dias, C. (2019). Práticas Promotoras de Mudanças no Cotidiano da Escola Pública: Projeto ECOAR. *Revista de Psicologia da IMED*, 11(1), 153-167. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.2967>

Guzzo, R. S. L., Soligo, A., & Silva, A. P. S. da. (2022). As Trajetórias de profissionais de Psicologia: questões para a formação. In: Conselho Fedreal de Psicologia. (2022). *Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho: volume I : formação e inserção no mundo do trabalho*. CFP (1ed) (p.42-53).

Holzkamp K. (2016). *Ciência Marxista do Sujeito - Tomo 1*. Maceió: Coletivo Veredas.

Iamamoto, M. V. (2000). *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. (3a ed.). Cortez.

Iamamoto, M. V. (2007). Introdução. In: Iamamoto, M. V. (2007). *Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, p. 19-47.

Ianni, O. (1988). *Raízes da anti-democracia na América Latina*. Lua Nova, São Paulo, n. 14, p. 17-22.

Konder, L. (1981). *O que é dialética*. Brasiliense, 3ed.

Kosik, K. (1963). - "Praxis" e totalidade. In: Kosik, K. (1969). *Dialética do Concreto*. Paz e Terra. Tradução: Célia Neves e Alderico Torfíbio. (1ed) (p.197 - 230).

Korsch, K. (2018). O Conceito de Forças Produtivas Materiais. In: Korsch, K. (2018). *Karl Marx*. (1a ed.). Antígona.

- Lemos, M. & Kawaguti, L. (2018). Marielle Franco é assassinada no Rio; polícia investiga homicídio doloso. *UOL Notícias*. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/14/marielle-franco-vereadora-do-psol-e-assassinada-no-rio.htm>
- Lemos, F. C. S., Cruz, F. F. da ., Reis Junior, L. P., Sampaio, V., Cruz, A. P. de C., & Côrrea, M. R.. (2015). Biopolítica, gênero e organismos internacionais: mercado dos direitos das mulheres . *Fractal: Revista De Psicologia*, 27(3), 203–210. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1478>
- Lessa, S., & Tonet, I. (2011). *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular (2a ed.).
- Lisboa, F. S., & Barbosa, A. J. G. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: Um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 718-737. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gXB9MC5P7jb3vffbhpyh3yn/?lang=pt>
- Luxemburgo, R. (2004). *Reforma ou Revolução?*. Editora Expressão Popular (1ed).
- Mansur, R. (2023). Quatro anos da tragédia em Brumadinho: 270 mortes, três desaparecidos e nenhuma punição. *GI*. <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/01/25/quatro-anos-da-tragedia-em-brumadinho-270-mortes-tres-desaparecidos-e-nenhuma-punicao.ghtml>
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal) [online]*, 2 (1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la Liberación*. Editorial Trotta.
- Mascarenhas, R. M. (2016). Enfrentamento da pobreza e gestão da barbárie na contemporaneidade. *4º Simpósio mineiro de assistentes sociais*. Recuperado de: <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/29/29b570fc-77c1-4096-80b5-2b19bf4a1ea1.pdf>
- Mazui, G. (2018). Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT. *GI*. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>
- Mazui, G. & Barbiéri, L. F. (2019). Bolsonaro assina decreto que facilita posse de armas. *GI*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/bolsonaro-assina-decreto-que-facilita-posse-de-armas.ghtml>
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (2020). *Portaria MCTIC nº 1.122, de 19 de março de 2020*.
- Mota, A., Cara, B., & Miranda, R. L. (2018). História da Psicologia, por quê?. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(spe), 1049-1067. Recuperado em 29 de junho de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000400002&lng=pt&tlng=pt
- Oliveira, I. T. de, Soligo, Â., Oliveira, S. F. de, & Angelucci, B. (2017). Formação em Psicologia no Brasil: Aspectos Históricos e Desafios Contemporâneos. *Psicologia Ensino & Formação*, 8(1), 3-15. <https://dx.doi.org/10.21826/2179-5800201781315>

- Oliveira, I. F. de, & Paiva, I. L. (2016). A atualidade do marxismo e sua contribuição para o debate sobre a formação e atuação do profissional de Psicologia. In: Oliveira, I. F. de, Paiva, I. L. de, Costa, A. L. F., Oliveira Amorim, K. M. de, & Coelho-Lima, F.. (Org.). *Marx Hoje: Pesquisa e Transformação Social*. (1a ed.). Expressão Popular, v. 1, p. 223-244.
- Oliveira, N. C. De, Oliveira, L. A. de, & Santos, J. M. V. dos. (2013). O Materialismo Histórico e suas categorias de análise: algumas considerações. *VII Seminário de Pedagogia-SEPED*. 183-200.
http://primitivomoacyr.weebly.com/uploads/8/6/9/0/8690987/o_materialismo_histrico_e_suas_categorias_de_anlise.pdf
- Organização Mundial da Saúde. (2020). *Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*.
https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID19&Itemid=875.
- Organização Mundial da Saúde. (2023). *Chefe da Organização Mundial da Saúde declara o fim da COVID-19 como uma emergência de saúde global*. [https://brasil.un.org/pt-br/230307-chefe-da-organiza%C3%A7%C3%A3o-mundial-da-sa%C3%BAde-declara-o-fim-da-covid-19-como-uma-emerg%C3%Aancia-de-sa%C3%BAde#:~:text=de%20sa%C3%BAde%20global-.Chefe%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20declara%20o%20fim%20da,uma%20emerg%C3%Aancia%20de%20sa%C3%BAde%20global&text=Nesta%20sexta%20\(5\)%20o,uma%20emerg%C3%Aancia%20de%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica](https://brasil.un.org/pt-br/230307-chefe-da-organiza%C3%A7%C3%A3o-mundial-da-sa%C3%BAde-declara-o-fim-da-covid-19-como-uma-emerg%C3%Aancia-de-sa%C3%BAde#:~:text=de%20sa%C3%BAde%20global-.Chefe%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20declara%20o%20fim%20da,uma%20emerg%C3%Aancia%20de%20sa%C3%BAde%20global&text=Nesta%20sexta%20(5)%20o,uma%20emerg%C3%Aancia%20de%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica).
- Parker, I. (2014). O que é a Psicologia? Conheça a família. In: Parker, I. (2014). *Revolução na Psicologia*. (1a ed.). Editora Alínea, 17-42.
- Paschoal, J. (2018). Mulheres lideram multidão contra Bolsonaro em São Paulo, Rio e Recife. *El País Brasil*.
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/29/politica/1538226863_062834.html
- Passos, E. S.. (1993). Tendências da ética profissional na modernidade. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 46(1), 56–62. <https://doi.org/10.1590/S0034-71671993000100008>
- Pater, R. (2020). *Políticas do design: Um guia (não tão) global de comunicação visual*. Ubu Editora.
- Paulo Netto, J. (2011). As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social. In: Paulo Netto, J. (2011). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, (8a ed.), p. 19 - 86.
- Paulo Netto, J. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. Expressão Popular.
- Paulo Netto, J., & Braz, M. (2006) Trabalho, sociedade e valor. In: Paulo Netto, J., & Braz, M. (2006). *Economia política: uma introdução crítica*. (v1) (8a ed.). Cortez, 29-53.

- Ramalho, R. (2018). Fachin inclui Temer em inquérito da Lava Jato que investiga Padilha e Moreira Franco. *GI Política*. <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/fachin-inclui-temer-em-investigacao-sobre-eliseu-padilha-e-moreira-franco.ghtml>
- Sandall, H., Queiroga, F., & Gondim, S. M. G. (2022). Quem somos? Caracterizando o perfil das(OS) psicólogas(os) no Brasil. In: Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho: volume I : formação e inserção no mundo do trabalho*. CFP (1ed) (p.42-53).
- Santos, S. M. de M. dos, & Vale, E. S. do. (2022). Trabalho e instrumentalidade do serviço social: desafios da articulação com os movimentos sociais. In Alves, D. C., Vale, E. S. do, & Alexandre, T (org). (2022). *Serviço Social, Instrumentalidade e Movimentos Sociais*. (1a ed.). Editora da UECE, p. 27-45.
- Schraube, E.. (2015). Why theory matters: Analytical strategies of Critical Psychology. *Estudos De Psicologia* (campinas), 32(3), 533–545. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000300018>
- Silva, S. De S. (2020). Fundamentos éticos e projetos profissionais do Serviço Social brasileiro e italiano. São Paulo: *Ser. Soc. Soc.*, 138, 283-301. <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DjM65VBLQdcVQQHZntCQBzq/?lang=pt>
- Sobral, O. J. (2012). Ensaio sobre o Método de Pesquisa Marxista: uma perspectiva do Materialismo Dialético. *Revista Científica FacMais*, 2(1), 6-16. <https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2012/10/1.ENSAYO-SOBRE-O-M%C3%89TODO-DE-PESQUISA-MARXISTA-Osvaldo-Jos%C3%A9-Sobral1.pdf>
- Souza, M. P. R. de, Facci, M. G. D., & Silva, S. M. C. da (2018). EDITORIAL 22.1 - Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. *Psicologia Escolar e Educacional [online]*, 22(1), 13-16. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201801001>. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201801001>.
- Tanamachi, E. de R. (2014). Compromisso ético-político da psicologia na educação como expressão da perspectiva histórico-cultural. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(1), 173-180, 2014. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/11449/171568>.
- Teo, T. (2005). *The Critique of Psychology: From Kant to Postcolonial Theory*. Springer.
- Vigotski, Lev Semionovich (1996). O significado histórico da crise da psicologia. In: L. S. Vigotski, *Teoria e método em psicologia*. Martins Fontes, 203-417
- Vigotski, Lev Semionovich (2018). *Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedagogia*. Organização [e tradução]: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes; tradução: Cláudia da Costa Guimarães Santana. Rio de Janeiro: E-Papers.
- Walter, S. A., & Bach, T. M. (2015). Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: Inovando processos de análise de conteúdo por meio do Atlas.ti. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 16(2), 275–308. <https://doi.org/10.13058/raep.2015.v16n2.236>

- Yamamoto, O. H. (2012). 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político?. *Psicologia: Ciência e Profissão [online]*, 32(spe), 6-17. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500002>. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500002>.
- Yamamoto, O. H., Falcão, J. T. da R., & Seixas, P. de S. (2011). Quem é o estudante de psicologia do Brasil?. *Avaliação Psicológica*, 10(3), 209-232. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000300002&lng=pt&tlng=pt.
- Yamamoto, O. H., Oliveira, I. F. de & Campos, H. (2002). Demandas sociais e formação profissional em Psicologia. *Rev. Dep. Psicol., UFF*, 14(1), 75-86.
- Zola, M. B. (2015). Políticas Sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. In: Mito, R. C. T., Campos, M. S., Carloto, C. M. (Orgs.) (2015). *Familismo, Direitos e cidadania: Contradições da política social*. São Paulo: Cortez, (1a ed.), p. 45 - 94.